



ACTA N.º 04/2010

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, no auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes: José Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Memória, Céline Moreira Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, que foi substituída por Carlos Alberto Cruz Silva Santos, Ana Elisa da Costa Santos, Leonel Gomes da Costa, que foi substituído por João Curado e Silva, Manuel José Santos de Carvalho, que foi substituído por Maria de Fátima Santos Sismeiro, Maria Isabel de Almeida Gonçalves, que foi substituída por António Pereira Fernandes, Romeu Patricio Paz, que foi substituído por Artur Duarte Cordeiro, e Sílvia Francisco Lopes, que foi substituída por Maria Célia Gordo.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: o senhor Presidente, Raul Castro, e os senhores vereadores: Maria de Lurdes Machado, Gonçalo Lopes, Isabel Gonçalves, Lino Pereira, Blandina Oliveira, António Martinho Gomes, José Benzinho da Silva, Carlos Vitorino e Filipa Esperança. A vereadora Neusa Magalhães esteve ausente.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados: José Alves e Manuela Santos, 1º e 2º secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.20 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. IGUALDADE NA DIVERSIDADE COM VISTA A UMA SOCIEDADE JUSTA – PROGRAMA PROGRESS 2007-2013 (COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO) – **Apreciação e discussão;**

10-09-24 AM



2. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – **Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;**
3. INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – **Apreciação nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;**
4. REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
5. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ASSOCIAÇÃO D. PEDRO E D. INÊS DE CASTRO – **Apreciação, discussão e votação;**
6. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À REDE PARA A PROMOÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS DA UNIÃO EUROPEIA – REDE CIUMED – **Apreciação, discussão e votação;**
7. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2011 – **Apreciação, discussão e votação;**
8. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2011 - **Apreciação, discussão e votação;**
9. FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO NO IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA PARA OS RENDIMENTOS DO ANO DE 2011 - **Apreciação, discussão e votação;**
10. RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DA REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO QUE AUTORIZOU A DEMOLIÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NECESSIDADES EM CHÃS – REGUEIRA DE PONTES – **Apreciação, discussão e votação;**
11. PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO P.R.E.C.H – PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
12. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE



UM ELEVADOR – CENTRO COMERCIAL MARINGÁ - **Apreciação, discussão e votação;**

13. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM JUNTAS DE FREGUESIA – **Apreciação, discussão e votação;**

14. PROTOCOLO PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA PARCERIA ESTADO-AUTARQUIAS PARA A EXPLORAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO – **Apreciação e discussão;**



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito boa noite a todos.

Espero que tenham feito boas férias, aqueles que as fizeram, bem entendido, permitam-me uma saudação muito especial ao senhor deputado Domingos Carvalho, e que lhe desejo um rápido restabelecimento, é com gosto que o vemos regressar ao nosso convívio depois do incidente e acidente que teve.

Como sabem a nossa ordem do dia hoje tem alguma novidade, porque tínhamos agendado, a pedido da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Géneros, a sessão de Setembro da Assembleia Municipal para debater questões relacionadas com Cidadania e Igualdade de Género. Conversei com os líderes dos vários grupos entendemo-nos e consensualizámos uma medida semelhante à que utilizámos da última vez ou seja, este ponto que é o ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, sofre aqui uma troca meio atropelada com o período de “antes da ordem do dia” o que significa que o primeiro ponto da ordem do dia ficará a ser antes do período de “antes da ordem do dia”. Isto parece um pouco estranho mas com certeza toda a gente concordará que assim é melhor. A senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Géneros está connosco hoje e eu saúdo-a, muito boa noite, muito obrigado, por ter vindo ao concelho de Leiria hoje, e não fazia sentido que estivesse aqui connosco até ao final do período de “antes da ordem do dia”. E portanto, esse será o primeiro ponto da ordem de trabalhos e depois a partir daí teremos o período de “antes da ordem do dia” e a sessão decorre dentro da normalidade como estava previsto.

Antes porém, há um membro do Conselho Municipal de Segurança que não tomou posse, a representante do Instituto da Droga e da Toxicod dependência de Leiria, Maria



Cristina Vieira Neves Barroso, a quem pedia que viesse tomar posse depois de eu ler a acta:

“Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, no Centro Associativo Municipal, na cidade de Leiria, compareceu, perante mim, Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, os membros designados para, de acordo com o disposto no artigo 9º da Lei nº33/98, de 18 de Julho, tomar posse no Conselho Municipal de Segurança:

Representante do Instituto da Droga e da Toxicodependência de Leiria – Cristina Maria Vieira Neves Barroso

Verificada a conformidade formal do processo, a legitimidade e a identidade do membro nomeado, o senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, declarou-a investida nas suas funções, do que, para constar se lavrou a presente acta.”

E vamos então entrar no primeiro ponto, espero que desta vez as coisas corram bem, alguma lição terei aprendido com o que aconteceu na sessão da Assembleia Municipal em que falámos das questões de segurança e por isso a senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género está à minha direita, convidei, não estranhem, para se sentar à minha esquerda a Dr.^a Lurdes Machado, vereadora que tem o pelouro social na Câmara Municipal de Leiria, obviamente com o consentimento do senhor Presidente da Câmara, e que ficarão durante este primeiro ponto, depois a senhora vereadora ocupará o seu lugar e a senhora Presidente ficará o tempo que entender mas ficará liberta depois de terminar a intervenção.

Permitam-me só que em duas ou três palavras muito simples, porque a seguir darei a palavra à senhora vereadora, já saudei a senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, que diga da importância deste tema e da satisfação com que a Assembleia Municipal acolhe a proposta que lhe foi feita no sentido de ser confrontada com um conjunto de reflexões sobre um problema tão premente, um problema tão actual, um problema sempre urgente, e um problema que de modo nenhum pode passar-nos à margem, diz respeito a nós todos.

As questões de cidadania e as questões da igualdade de género continuam, infelizmente, e não quero ser profeta de nenhuma desgraça, continuarão a afectar a sociedade em que vivemos, e receio bem dizer que ainda precisamos de correr largos anos até que as questões da igualdade de género e as questões de cidadania deixem de ser um problema para a sociedade.

10-09-24 AM



Penso que todos nós, em maior ou menor grau, temos consciência disso, vou dizer uma coisa politicamente incorrecta, penso que todos nós, em maior ou menor grau, às vezes, nos esquecemos disso, e portanto, cada um de nós tem a sua quota-parte de responsabilidade num combate que é de todas e de todos, é de mulheres e é de homens. Estou a falar mais das questões de igualdade de género, mas se falar das questões de cidadania o resultado é o mesmo. É importante que os poderes públicos e aqueles que exercem poderes por força do voto popular, como são os membros da Assembleia Municipal, e que estão mais próximos das populações, porque afinal de contas os eleitos locais estão muito mais próximos das populações do que os eleitos a nível nacional, é importante, dizia, que todos esses, e nós fazemos parte desse número, reflectam com regularidade sobre um problema desta natureza. Como disse, um problema premente, um problema actual, um problema sério, grave, e eu acrescentei um problema urgente, e será sempre urgente até que nós deixemos de poder chamar-lhe um problema, infelizmente temos que lhe chamar um problema.

É o trabalho que faz a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e foi a proposta que nos fez, foi trazer-nos as suas reflexões, é um trabalho que as autarquias vão fazendo dentro do seu pelouro social (a Dr.^a Lurdes Machado tem esse pelouro), eu não me quero alongar, não quero de forma alguma que as minhas palavras constituam uma intervenção, quero apenas que constituam aquilo que devem constituir por parte do Presidente da Assembleia Municipal e falo, creio, em nome de todos nós, uma saudação. Não é por acaso que esta Assembleia quando recebeu a proposta a aprovou por unanimidade, não foi por acaso que esta Assembleia não teve nenhuma reserva em aceitar agendar este ponto, e isso já é sinal da adesão a esta preocupação que deve ser uma preocupação de todos nós.

E com isto termino e dou a palavra à senhora vereadora Lurdes Machado.

LURDES MACHADO (VEREADORA DO PELOURO DA ACÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA)

Boa noite a todos!

Em primeiro lugar um cumprimento especial à senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Prof. Doutora Sara Casaca Falcão.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados municipais, órgãos de comunicação social, minhas senhoras, meus senhores!



Desde já agradeço a Vossa presença e atenção para a apresentação dos projectos que considero os mais importantes, no âmbito da Igualdade de Género, em especial, os que estão a ser desenvolvidos na Câmara Municipal de Leiria, pela Divisão dos Assuntos Sociais.

Vou começar por apresentar uma breve resenha cronológica sobre o envolvimento desta Autarquia na concepção de um Plano Municipal para a Igualdade.

Assim, em Novembro de 2008, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a Câmara Municipal de Leiria, com objectivo de adoptar, de forma integrada, a dimensão da Igualdade de Género nas políticas do Município.

Em Junho de 2009, a Câmara Municipal de Leiria submeteu uma candidatura ao POPH – Tipologia 7.2. – Planos para a Igualdade, com a duração de 2 anos e com um custo estimado em cerca de € 58.000,00.

Os objectivos eram estudar a situação e a evolução da igualdade de género nos serviços municipais e desenvolver competências pessoais, parentais, sociais e profissionais favorecedoras da mudança de atitudes e comportamentos face à cidadania e igualdade de género.

Lamentavelmente, a candidatura não foi aprovada. (por falta de enquadramento em alguns dos objectivos e prioridades estabelecidos para a tipologia de intervenção), mas, porque se considerou o tema pertinente, procurou-se, com os recursos internos, encontrar outras formas de resposta, tentando esboçar um Plano Municipal para a Igualdade, abrangendo as diversas formas de discriminação:

- Género
- Idade
- Origem étnica
- Deficiência
- Orientação sexual, etc. ...

Entendendo a igualdade de **GÉNERO** como condição de justiça para o exercício pleno da cidadania por homens e mulheres e, partindo da premissa de que a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional é uma das componentes fundamentais para a efectivação da igualdade de género, o Município de Leiria estabeleceu acordo de parceria para a implementação do Projecto – Geminação para a Conciliação, com diversos parceiros portugueses e noruegueses. (Março de 2009)



Apesar do Projecto de Geminação para a Conciliação, não focar exclusivamente a diferenciação de sexo, julgamos que o Projecto em curso teve como alicerce inicial a diferenciação entre homem e mulher e o princípio constitucional de que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei”.

No âmbito deste Projecto, esta Autarquia, no ano de 2010, realizou um diagnóstico interno junto de todos os trabalhadores, sobre a conciliação entre a vida familiar e profissional, com o objectivo de definir medidas de conciliação a adoptar.

Do resultado do inquérito, apuraram-se as principais expectativas dos trabalhadores neste âmbito:

- Maior flexibilidade de horários;
- Disponibilização de serviços de apoio médico e psicossocial;
- Alteração/melhoria na distribuição de tarefas familiares.

Face aos resultados obtidos começou-se por implementar a medida de **Aconselhamento Psicossocial**, em Setembro do corrente ano, a todos os trabalhadores que o solicitam, permitindo ainda através desta técnica, identificar problemas subjacentes, constrangimentos e também potencialidades, quer da comunidade, quer da própria Câmara Municipal, para a melhoria das condições de Conciliação entre vida profissional e familiar.

Independentemente do género, todos os cidadãos poderão estar expostos aos vários tipos de discriminação, que podem ocorrer de forma isolada, temporária ou cruzada, falando-se mais recentemente no conceito de *discriminações múltiplas*, designadamente em matéria de **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**. Nesta área, esta Autarquia tem vindo a apoiar a Associação Mulher Século XXI, tendo concretizado recentemente, a cedência de um apartamento, para funcionamento de uma Casa de Abrigo.

No que se refere à **IDADE**, podemos apresentar alguns Projectos em curso que directa ou indirectamente são formas de promoção da igualdade, designadamente:

- *Programa Classes de Mobilidade*, em colaboração com o Centro de Saúde Gorjão Henriques e que tem como objectivo promover o exercício físico entre os idosos. Participam actualmente neste projecto 4 IPSS do concelho, abrangendo um total de 80 idosos. O êxito deste Projecto irá obrigar esta Autarquia a ter que equacionar, para o próximo ano, a abrangência de mais idosos.



- Esta Autarquia tem apoiado o Projecto NOVAS PRIMAVERAS, através da Sociedade Artística Musical de Pousos, com o intuito de “Envolver idosos, comunidade e famílias em actividades MUSICAIS E DE EXPRESSÃO DRAMÁTICA”. Participam actualmente 15 IPSS do concelho, abrangendo 264 idosos. Também acerca deste programa, e devido ao seu êxito, esta Câmara Municipal já tem em carteira, para o próximo ano, outros pedidos.
- Esta Autarquia também tem prestado apoio financeiro às instituições que prestam serviços aos idosos. (PARES, arranjo de espaços exteriores, aquisição de equipamentos, etc.).

Em termos de **ORIGEM ÉTNICA**:

- Encontra-se em reestruturação o Projecto “Viver Melhor”, junto dos moradores do Bairro Sá Carneiro, freguesia dos Marrazes, com vista a alargar a sua abrangência.
- Tem-se actuado na melhoria do ambiente geral do Bairro Social da Integração, freguesia de Leiria, nas suas diversas vertentes: infra-estruturas ambiente, apoio psico-social e mediação de conflitos entre membros do agregado familiar, inter-agregados familiares e comunitários.
- Iniciou-se a requalificação do Bairro Social da Cova das Faias, freguesia de Santa Eufémia, com a colaboração da Associação PROVILEI no tocante ao trabalho desenvolvido com as crianças e famílias.

No tocante à **DEFICIÊNCIA** esta Autarquia tem apoiado, dentro dos seus constrangimentos orçamentais, Instituições ou Associações sem fins lucrativos, quer no âmbito de cedência de instalações, quer no apoio ao pagamento de rendas das suas sedes, bem como no desenvolvimento das suas actividades, designadamente no apoio à prática da hipoterapia.

Também nesta área, tem-se apoiado as Associações, ao nível da melhoria das suas infra-estruturas.

A **DISCRIMINAÇÃO SEXUAL** não tem sido alvo de projectos específicos, embora todas as acções e projectos da autarquia sejam conducentes à promoção da igualdade para todos, não discriminando de forma nenhuma, inclusive a sexual.

Como já foi referido anteriormente, a diferenciação pode ou não ter apenas um factor, pelo que a implementação de qualquer projecto, deve ter em consideração os múltiplos factores da discriminação, ou uma combinação entre alguns.



A maior parte dos projectos realizados pela Câmara Municipal de Leiria, em parceria com outras Entidades são **INTER SECTORIAIS**, ou seja abrangem vários domínios.

A Autarquia tem vindo a incentivar as Freguesias a criarem as **Comissões Sociais de Freguesia**, com vista a que as próprias comunidades abordem as várias situações de discriminação e delinearem os respectivos Planos de Acção.

No âmbito do **DESEMPREGO**, outro factor de discriminação, e através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), que iniciou funções em Fevereiro do presente ano, realizou-se já o atendimento de **2531** desempregados, com o objectivo de definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, propôs ao IEPF a realização de Acções de *Procura Activa de Emprego*, nas quais já participaram 32 desempregados, em 3 sessões decorridas. Os conteúdos abordados são: como realizar Procura Activa de Emprego; como redigir cartas de apresentação; como elaborar um *Curriculum Vitae* e preparação da entrevista de emprego.

Para além disto é realizada uma estreita articulação entre o GIP e o Gabinete de Apoio Psicossocial onde tem sido prestado um acompanhamento individualizado, às situações mais problemáticas. Até à presente data já recorreram a este Gabinete 51 pessoas.

Finalmente, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010, e por Despacho do Sr. Presidente desta Autarquia, foram nomeados, em 6 de Setembro de 2010, dois Conselheiros Locais para a Igualdade, ambos Técnicos Superiores da Câmara Municipal de Leiria, sendo uma licenciada em Psicologia e outro em Sociologia.

Encontra-se em curso a elaboração do Plano Municipal Para a Igualdade, cabendo ao Conselheiro e à Conselheira, acompanhar e dinamizar a implementação das medidas que vierem a ser aprovadas pela Câmara Municipal.

Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora vereadora.

Eu dou agora a palavra à senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.



PROF. DOUTORA SARA FALCÃO (PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO)

Muito boa noite.

Em primeiro lugar senhor Presidente, muito obrigada pelas suas palavras e muito obrigada à Assembleia, por terem acolhido e com unanimidade a minha vinda.

É um prazer estar aqui, muito boa noite também senhor Presidente da Câmara, senhoras vereadoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, caras e caros munícipes.

Eu venho falar-vos das atribuições, planos e programas que a Comissão tem em curso mas faço um pequeno preâmbulo para vos dizer que presido à Comissão há pouco mais de meio ano, sou professora no Instituto Superior de Economia e Gestão, a minha área de investigação tinha a ver com mercado de trabalho e relações de género, lançaram-me este desafio, que achei muito interessante, fazer a ponte entre a investigação e a acção, e portanto, é um desafio, que abracei com grande empenhamento.

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, já tem alguns anos, na verdade, não sei se é do vosso conhecimento, ela foi criada primeiro numa versão não muito formal, em 1975, por Maria de Lurdes Pintassilgo, e em 1977 viria a ter a sua lei orgânica, nessa altura chamava-se Comissão para a Condição Feminina. Considerou-se, porém, que este conceito de condição feminina era um pouco fatalista, era quase como se as mulheres por nascerem mulheres morriam com uma determinada condição. E então, em 1990, foi proposto que a Comissão se centrasse sobretudo nos direitos, e passou a chamar-se CIDM (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres), e muito se fez em Portugal na verdade, no plano dos direitos.

Em 2006, passou a designar-se Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género ou seja, passou a ter uma missão mais abrangente, procurando promover na sociedade portuguesa os valores da cidadania, mas também a igualdade de género ou seja, foi reconhecido e em boa hora, que, se queríamos a igualdade de género, os direitos das mulheres, também nos cabe defender os direitos dos homens. Isto quer dizer que, se é reconhecido e hoje temos claramente ainda esse problema, que as mulheres estão sub-representadas em lugares estratégicos e de decisão na vida pública, não é menos verdade que os homens, também por força de preconceitos, de representações sociais muito tradicionais, têm sido privados da sua realização e dos



seus direitos na esfera privada e dos afectos, designadamente. E, portanto, é partindo deste princípio que a igualdade se faz, dando igual representação e participação aos homens na esfera pública e na esfera privada, que hoje a CIG actua. E depois deste preâmbulo, que já vai um pouco longo, para dizer que a Comissão está hoje integrada na Presidência do Conselho de Ministros, e é tutelada directamente pela Secretária de Estado da Igualdade, a Dr.^a Elza Pais, que era a anterior Presidente da Comissão.

A nossa missão é exactamente esta, é tentar garantir que as políticas que procuram promover a cidadania e a igualdade de género se concretizam na sociedade portuguesa.

Temos uma sede que fica na Avenida da República, e, a delegação regional do Norte no Porto. É importante também dizer que a Comissão conta com um Conselho Consultivo que é composto por organizações não governamentais. É composto por peritos e peritas nesta área e por conselheiras dos ministérios. Portanto, em 2010 tivemos o estatuto das conselheiras locais, em 2008 o estatuto das conselheiras que são nomeadas pelos ministros ou pelas ministras, que têm também representação no nosso Conselho Consultivo.

Os nossos grandes instrumentos. Temos a finalizar o III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, e já estamos a elaborar, e deverá estar em consulta pública muito em breve, o IV Plano Nacional para Igualdade, Cidadania e Género, que vai vigorar entre 2011 e 2013, e, deste grande plano surge um plano específico para o combate à violência doméstica, é o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, também já estamos a preparar o IV, e um plano mais bebé e que procura dar resposta a um fenómeno que começou a ter visibilidade, que é o fenómeno do tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral e sexual. Portanto, é o nosso plano mais bebé, e apresentaremos II plano no Dia Mundial Contra o tráfico de Seres Humanos, a 18 de Outubro próximo.

Qual é o grande objectivo do plano matriz, o III Plano Nacional para a Igualdade de Género? O grande objectivo é o "main streaming".

O que é que é o "main streaming"? É procurar integrar, procurar transversalizar a igualdade de género em todos os domínios de política ou seja, na década de noventa reconheceu-se que nós podemos ter políticas fragmentadas, políticas parcelares que procurem promover a igualdade entre mulheres e homens. Poderão ter algum resultado, mas esse resultado será também ele sempre fragmentado e parcelar. E



então, surgiu este conceito nesta altura, bastante inovador, que é, aquilo que tem que ser feito é integrar esta perspectiva em todos os domínios de política, para que os resultados sejam eficazes.

E, a primeira grande área do PNI parte do princípio, e estamos a trabalhar com os ministérios nesse sentido, de que não há boa governação se não estiver integrada a perspectiva da igualdade de género. As conselheiras nomeadas pelos ministérios estão neste momento a elaborar também os seus planos para a igualdade, para que cada ministério e cada organismo pertencente a cada ministério, integre esta perspectiva, quer na sua prática de gestão quer na sua relação com as cidadãos e com os cidadãos à semelhança do plano que falava a senhora vereadora a nível municipal.

Depois, procurar integrar a igualdade de género em todos os domínios de política (eu esqueci-me que esta animação que tentei fazer nos power point não funcionava se eu estivesse com o computador perto, por isso vou ter que vos maçar a andar para a frente e para trás), estas são as áreas de política consideradas fundamentais entre 2007 e 2010, a Educação, a Investigação e a Formação, promover a independência económica das mulheres, a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, a inclusão, a saúde, o ambiente e o território, onde se inclui esta nossa aposta na articulação com os Municípios, com as autarquias, com os agentes locais, a actividade física e o Desporto, e a Cultura.

Temos então também a área da Cidadania e Género, que procura promover os valores da cidadania, e passa, como eu dizia há pouco, por procurar que cada mulher e cada homem consigam ser cidadãs e cidadãos de pleno direito, conquistar a cidadania plena é conquistar a participação na esfera pública e na esfera privada, e combater todos os ciclos que sejam ciclos de exclusão económica e social. Aqui, a nossa grande preocupação tem sido vencer os estereótipos (eu trazia um pequeno filme de alguns minutos, não o vou passar porque eu sei que a vossa ordem de trabalhos é muito longa). Mas os estereótipos tem a ver com generalizações que nós fazemos, ou no caso dos homens ou no caso das mulheres, que estão profundamente enraizadas, estas generalizações, na nossa forma de pensar, muitas vezes a um nível inconsciente, mas que faz com que não avaliemos de uma forma objectiva o comportamento do outro ou da outra, como vou explicar.

No caso de estereótipo clássico na nossa sociedade é esta dicotomia que ainda persiste entre o racional/a emotiva, ele que é dinâmico ela que é mais passiva,



independente/dependente, dominador/submissa, competitivo/solidária, o orientado para o poder e a orientada para a solidariedade com os outros. Estamos no plano dos estereótipos, não quero ser muito provocadora mas, da minha própria experiência pessoal, eu poderia pensar em muitas mulheres que eu nunca escolheria para a minha equipa, perfeitamente competitivas, orientadas para o poder e que não me iriam facilitar nada o meu quotidiano de trabalho, e homens, perfeitamente orientados para a interdependência de tarefas e para a complementaridade.

Portanto, aquilo que importa mesmo é julgar cada pessoa em concreto, a partir da sua forma de agir e de pensar, avaliando-a na sua singularidade. Esta tem sido, de facto, uma grande aposta, combater os estereótipos trabalhando com as escolas, trabalhando com vários públicos diversos. Portanto, formar para a cidadania e apoiar as organizações da sociedade civil que tenham um trabalho verdadeiramente meritório, no sentido de provocar a mudança.

Outra área muito importante tem sido a área da violência de género, o combate à violência de género, esta área é tão importante neste plano que deu origem a um plano mais particular, aquele que eu falava há pouco, o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, embora a violência de género seja mais lata, não se restrinja à violência doméstica, como é o caso do assédio sexual em local de trabalho por exemplo. Depois outra preocupação é a perspectiva de género nas nossas relações internacionais, seja ao nível das relações com a União Europeia, na cooperação com os países designadamente os países africanos de língua oficial portuguesa, portanto procurar integrar esta perspectiva na nossa relação e na nossa estratégia também, para a cooperação. Estas são efectivamente as grandes áreas do plano.

Permitam-me agora um breve balanço sobre aquilo que eu penso ser a situação em Portugal.

É verdade, penso que poucas dúvidas levantará esta afirmação, de que no plano dos direitos, no plano da legislação, nós temos igualdade, igualdade formal. Aquilo que não nos deixa baixar os braços ainda, é que a igualdade substantiva, a igualdade de facto, ainda não a conseguimos atingir.

Mas eu gostaria de começar por sublinhar os progressos para depois falar um pouco sobre as perplexidades. Do ponto de vista dos progressos, eu gosto de relevar o facto, de as mulheres em Portugal terem vindo a abraçar a actividade profissional, de terem uma das taxas de emprego que é das mais elevadas da União Europeia, e portanto de procurarem activamente a sua independência económica. E, nós



sabemos que a actividade remunerada não traz só independência económica, ela traz muito mais do que isso, traz também independência simbólica, e os inquéritos, os estudos representativos, aquilo que dizem é, quando perguntamos às mulheres (poderão estar agora a pensar que se as mulheres não estiverem no mercado de trabalho como é que as famílias se sustentam, mas não é só uma relação instrumental com o mercado de trabalho por parte das mulheres) se o seu agregado não precisasse da sua remuneração, continuaria a exercer a sua actividade profissional? A esmagadora maioria das mulheres diz que sim, porque de facto, é a questão também da independência simbólica que está muito associada e não se revêem num papel que não contemple esta participação na vida pública na esfera profissional.

Nós temos, como eu dizia, uma das taxas mais elevadas, ultrapassou os 60%, que era a meta da estratégia europeia para o emprego para 2010, ultrapassámo-la há bastante tempo, e estamos distantes de países culturalmente próximos, como é o caso da Espanha e da Grécia, onde por exemplo a taxa de emprego feminino não atinge os 50%, ou em Espanha, que atingiu há muito pouco tempo. Mais de 80% das mulheres em Portugal está empregada a tempo inteiro, o que nos remete para as dificuldades de conciliação e para o grande desafio que Portugal enfrenta nesse domínio.

Outro grande ganho é que as mulheres têm vindo a investir muito firmemente, no seu capital escolar. Quando observamos, não é novidade nenhuma, o número de licenciados verificamos que 60% são mulheres. Já estão sub-representadas entre os Mestres, e já estão quase entre os Doutorandos e as Doutorandas, são quase 50%, a perplexidade que eu vou referir a seguir é que isto parece não as beneficiar muito, do ponto de vista prático. No entanto, repare-se, que há muito por fazer para vencermos a segregação das escolhas formativas. Quando observamos, por exemplo, quem são os alunos ou as alunas que frequentam as escolas superiores de educação, 90% são mulheres. Porquê? Quando olhamos para os alunos e as alunas inscritas em Tecnologias de Informação e Comunicação, apenas 20% são mulheres. Porquê?

Outro ganho evidente, ainda tímido, embora esta Assembleia nos deixe optimistas, tem sido a maior participação na esfera política também. Pensamos que a lei da paridade teve um impacto positivo, não tão positivo como desejaríamos, acabámos de lançar um estudo, para tentar perceber o seu real impacto, mas enfim, os avanços foram-se conquistando, e avanços notáveis do lado dos homens, do lado de



alguns segmentos masculinos que não prescindem hoje da sua paternidade, dessa paternidade próxima e activa que exerceram, é aquilo que nós chamamos as novas masculinidades, e se são bem-vindas estas novas masculinidades.

É preciso ter presente, que a igualdade e as novas feminilidades, como é óbvio, é preciso ter presente que, como eu dizia, a igualdade e a cidadania plena só se conquista quando homens e mulheres beneficiarem do bem-estar público e do bem-estar privado. E portanto, há progressos que convém assinalar. Mas há também perplexidades, como eu dizia há pouco. Entre as perplexidades, as relações de poder, entre homens e mulheres, permanecem assimétricas, como denunciam os números da violência doméstica por exemplo, como denuncia o tráfico de seres humanos que continua a penalizar os seres humanos mais frágeis, as mulheres e as crianças, para fins de exploração laboral e sexual. A precariedade e o desemprego atinge muito mais as mulheres que os homens, mesmo quando elas são mais escolarizadas do que eles. Isto, tanto é válido para as mulheres que procuram o primeiro emprego como no caso do desemprego de longa duração.

As mulheres estão sub-representadas nos lugares estratégicos das empresas, e eu pergunto, poderá Portugal, o país que, como nós sabemos, tem um défice de capital escolar, um défice de qualificações, continuar a desperdiçar as mulheres para os seus lugares estratégicos? Parece-me que não! Parece-me que, conviria pensar seriamente que as estratégias das empresas de modernização e estratégias de competitividade qualitativamente superiores passam por aproveitar o enorme capital formal e informal que as mulheres detêm do ponto de vista do conhecimento.

Há outras perplexidades, que têm a ver com as dificuldades de conciliação. Mais de 80% das mulheres estão a tempo inteiro, as mulheres trabalham em casa mais treze horas do que os homens por semana. Eu uma vez fiz as contas ao ano, e até fui generosa, descontei as férias, e as mulheres trabalhavam mais seiscentas e trinta horas por ano do que os homens, quando juntamos o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado, não é justo.

Portanto, precisamos de igualdade, partilhando cada vez mais a esfera do trabalho não remunerado. Há outra preocupação que decorre daqui, se assim for as mulheres deixarão de ter filhos, ou há um pacto que mobilize todas e todos para a conciliação, ou continuaremos a ter uma taxa de natalidade em declínio, está em 1,35, é um país em envelhecimento demográfico e é a sobrevivência da própria sociedade em risco, portanto, a igualdade e a conciliação são também favoráveis à sustentabilidade.



O que entendemos por igualdade?

Eu não quero mulheres iguais aos homens, igualdade não é igualização, igualdade é igualdade de oportunidades, é que possam ter, realizar-se, nas várias esferas da vida, desenvolver o seu talento e as suas capacidades. É isso que pretendemos!

O que é que estamos a fazer? Nós temos neste momento e felizmente com o apoio do ex-CET, do programa operacional do potencial humano, estamos a apoiar trezentas entidades, isto até 2010, ainda falta a segunda fase até 2013, temos quatrocentos e cinquenta projectos no terreno, passando pela promoção de planos para a igualdade, apoio a organizações não governamentais, formação de públicos estratégicos e apoio ao empreendedorismo. Importa-nos continuar a estudar a realidade, promover estudos, diagnosticar para intervir atempadamente, um passo importante foi o estatuto das conselheiras, quer na administração central quer na administração local, é importantíssimo para a CIG, que não pode ter um organismo em cada distrito, ter relações estreitas com as autarquias e com os agentes locais, e estou particularmente satisfeita por esta Resolução de Conselho de Ministros 2010, embora não sendo vinculativa, as autarquias têm vindo a nomear as suas conselheiras como é o caso da Câmara Municipal de Leiria. Temos protocolos com autarquias, como é o caso também de Leiria, promovemos assembleias municipais e temos também em Leiria a carrinha da diversidade, que é uma carrinha itinerante, que procura combater todas as discriminações e lutar pelos direitos humanos.

Vou terminar dizendo que, temos vários programas inovadores de combate à violência doméstica, trabalhamos muito com as escolas a promover a cidadania e estereótipos de género, distinguimos as empresas que estão a praticar a igualdade nas suas práticas de gestão, a promover a conciliação, a valorizar a maternidade e a paternidade, é um prémio que atribuímos com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e aquilo que eu deixava para debate e para reflexão, é que, uma sociedade melhor depende da igualdade, depende da cidadania plena, depende do bem-estar na esfera privada de mulheres e homens, e acredito que juntas e juntos conseguiremos construir essa sociedade melhor.

Desculpem o tempo que vos levei, levava muito mais porque entusiasmo-me bastante, muito obrigada pela atenção que me dispensaram, boa noite.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora Professora, da minha parte não haveria nunca qualquer intenção de lhe retirar a palavra, porque o que estava acordado era exactamente uma intervenção de fundo que provocasse a nossa reflexão. O que estava também acordado é que os membros da Assembleia Municipal, as senhoras deputadas e os senhores deputados, se quisessem suscitar alguma questão junto da senhora Professora Sara Falcão podem fazê-lo, questões ou divergências, pedia só que as vossas intervenções fossem breves.

Tem a palavra a senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Boa noite a todos.

Um cumprimento muito especial à senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados.

Todos nós sabemos que o princípio da igualdade está consignado na Constituição, mas, do reforço da legislação às práticas, vai um passo no infinito.

No ano em que comemoramos cem anos do Dia Internacional da Mulher, no ano em que comemoramos cem anos da República e o 36º Aniversário do 25 de Abril, importa fomentar estes debates de modo a que, o papel das mulheres na sociedade seja um papel cada vez mais igual na construção de uma cidadania plena e na construção de um futuro colectivo que seja melhor para todos.

A senhora Presidente disse, e bem, que as mulheres representam hoje cerca de metade da força de trabalho na população portuguesa. Mas é evidente que, elas continuam a ser as mais atingidas pelo desemprego, continuam a ser as menos representadas nas tomadas de decisão económica, política e financeira. E, continuam também a ter uma diferença salarial que não nos orgulha, os últimos dados da União Europeia diziam que, as mulheres ganham em média, para iguais funções que os homens desempenham, menos 18%.

Sabemos também que os direitos humanos e as liberdades fundamentais continuam gravemente ameaçados por todas as formas de violência e, em particular, a violência sobre as mulheres. As mulheres estão mais expostas às situações de pobreza, as mulheres vivem mais anos que os homens e são menos protegidas porque não têm



habitualmente quem tome conta delas. As mulheres constituem mais famílias monoparentais, e as mulheres, como já disse, são as mais atingidas pelo desemprego. Muitas vezes procuramos legislação que proteja de uma forma estrita as mulheres, mas reparem, se muitas vezes essa mesma legislação e as nossas mentalidades se abrirem em espaços como a protecção nos apoios sociais, e lembro aqui, por exemplo, o subsídio pré-natal ou o complemento solidário para idosos, no fundo são políticas que vão dirigidas às mulheres porque elas vivem mais anos. Uma política fiscal que procure colmatar estas dificuldades, nomeadamente discriminações positivas para as famílias monoparentais ou para as famílias numerosas, precisamos e já foi dito aqui, muito, de crianças em Portugal, e se de facto não tivermos políticas fiscais que protejam de algum modo as famílias mais numerosas, como disse a senhora Presidente, podemos correr o risco de não termos crianças e de os portugueses não terem sucessores.

Outra matéria extremamente importante tem a ver com a conciliação entre a vida profissional e familiar. Sabemos que as mulheres para além de trabalharem, as portuguesas são as que mais trabalham a tempo inteiro fora de casa, depois ainda acumulam com muitas das tarefas domésticas. Muita desta conciliação, entre a vida profissional e familiar, também se faz pela legislação, nomeadamente a última alteração ao código de trabalho com o regime da parentalidade. Sabemos hoje, que as sociedades mais desenvolvidas são exactamente aquelas que promovem de forma sistemática a igualdade do género, e fazem escolhas em função do mérito, eu repito, fazem escolhas em função do mérito. Este é o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, mais livre e mais democrática.

Mas todos nós sabemos que se em termos de legislação o PS deu o salto para a frente, trazendo para a agenda política estas matérias, criando legislação, importa que no dia-a-dia, em cada organismo, em cada entidade, nós possamos promover a igualdade do género de uma forma lata, quer seja nas empresas quer seja no seio da família, quer seja nos clubes, nas associações, na forma como olhamos e como vimos ainda, de facto eu diria ainda, este problema, porque entendo que ainda há muitas coisas que estão por resolver.

A pergunta que eu deixo à senhora Presidente é, sabemos que as mulheres hoje precisam do seu salário e ele serve para ter uma estrutura familiar enfim, um pouco, nalguns casos mais desafogada, noutros nem tanto, porque sabemos que ainda temos índices de pobreza muito elevados, que outras formas, para além dos apoios



sociais, para além destas concertações que muitas vezes são feitas, qual é o contributo que as empresas, que a sociedade civil pode dar, para que as famílias possam escolher se assim o desejarem, que o trabalho pode ser feito não a tempo inteiro mas a meio-tempo, e aqui não distingue o ser feito pelo homem ou ser feito pela mulher, tem que ser uma decisão partilhada junto da família. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigada senhora deputada.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal e distinta Mesa, muito boa noite senhor Presidente da Câmara e distintos vereadores, boa noite senhora Presidente da Comissão para a Igualdade de Género, que nos dá a honra de estar aqui presente.

Eu gostava de dar aqui dois sublinhados estritamente pessoais. O primeiro é dizer que pessoalmente continuo a achar que estas abordagens temáticas que a Assembleia Municipal faz, devem ter uma sessão específica só para a abordagem de fora da ordem de trabalhos. Esta é a minha opinião porque, perdemos todos, dada a riqueza sempre dos contributos que são dados pelos nossos convidados, sempre depois a possibilidade de os discutir a fundo. Esta é uma opinião estritamente pessoal e eu penso que as questões que foram aqui suscitadas mereceriam naturalmente um debate aprofundado.

Dado que o tempo é escasso e temos ainda uma longa ordem de trabalhos pela frente, limito-me, e este é o segundo sublinhado que quero aqui deixar.

Eu aprecio todos os esforços históricos que ao longo de muitos anos têm sido feitos no sentido da igualdade, apenas faço um apelo para que, num discurso oficial, sejam abolidas as abordagens que eu classificaria de sexistas, porque o sublinhado quanto a um dos sexos é claramente discriminatório. E portanto, penso que há aí necessidade de uma correcção na linguagem, a vários níveis, e não estou a referir-me a nenhum género em especial, estou a referir-me genericamente a esta matéria, é uma opinião de carácter estritamente pessoal. Eu acho que nos discursos oficiais há uma clara fixação numa linguagem sexista, esta é uma questão muito pessoal. Se quiser que eu lhe dê o exemplo, a recorrência sempre na abordagem só sobre o

10-09-24 AM



ângulo feminino em relação a determinadas coisas, eu não sou sexista, mas acho e poderíamos ir aos documentos oficiais e fazermos a estatística, e rapidamente verificaríamos isto. Se é certo que historicamente a mulher tem um percurso de desigualdade face ao homem, também é certo que no actual estado em que estamos a abolição dessa linguagem sexista era um progresso e era em si próprio um contributo para evitar a discriminação. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Boa noite, Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Eu venho aqui dizer à senhora Presidente, sobretudo pedir para que interfira, na medida das suas possibilidades, se concordar comigo, num assunto que tem a ver com a igualdade das mulheres, assunto que eu concordo praticamente em tudo o que foi dito, mas como Presidente de Junta, há pouco tempo afixei nos lugares de estilo da Freguesia, um Edital vindo do Ministério da Defesa, a convocar para este ano rapazes e raparigas, para se apresentarem no dia da Defesa Nacional. Concordo com isso. Agora eu penso que a igualdade se conquista, e deve ser uma igualdade que traga proveitos. E o que eu quero dizer com isto é que, a idade em que os rapazes e as raparigas são convocados para esse dia são aqueles e aquelas que perfazem dezoito anos nesse ano. Sabendo nós que a maioria, neste caso as raparigas, fazem dezoito anos e concluem o 12º ano, e como a senhora disse, entram mais para a faculdade do que os rapazes, elas já estarão nesta altura do ano a frequentar as várias universidades do país, e, são convocadas para o Dia da Defesa, para a região presumo, mais perto da sua residência. O que isto significa para mim é um prejuízo, aliás eu já tive oportunidade de constatar isso nelas, há um descontentamento, porque estão fora das localidades onde têm que se apresentar, têm que se apresentar num dia da semana, tiveram que se deslocar para zonas bem distantes e têm que regressar por um dia para se apresentarem no dia da Defesa Nacional.

Eu, entendo que houve um período de tempo, após concluírem os exames do 12º ano, mas de qualquer maneira na generalidade, o dia para se apresentarem coincidia



sempre com o período lectivo. Naturalmente que elas não podem estar satisfeitas porque é um prejuízo para elas e, através do organismo que a senhora representa, se puder interferir no sentido de que este dia seja numa altura menos prejudicial ou pelo menos fora do período lectivo, em que elas se encontram afastadas das suas origens, talvez fosse bom no final de Julho ou no início de Setembro, e até porque, acho que elas não estão muito interessadas no Dia da Defesa Nacional. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Alves.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)

Boa noite a todos.

Muito obrigado senhora Professora pela explanação que fez, gostei muito.

Sou advogado e nesta profissão ligada à Justiça como certamente também ligada à Educação e à função pública em geral, as mulheres já atingiram os patamares superiores, no Supremo Tribunal de Justiça não, mas, digamos, nos tribunais, nos notários e nas conservatórias, na advocacia, as mulheres são mais do que os homens em todo o lado. Portanto, esse patamar na Justiça já foi ultrapassado, no ensino também, e portanto trata-se de uma questão, a meu ver, cultural, ou seja, nas famílias, na nossa casa, é que talvez ainda as mulheres não tenham ultrapassado e tenham as tais seiscentas e tal horas a mais de trabalho, em cada casa. O que faz com que, não estejam disponíveis muitas vezes, por exemplo, a participar nas actividades políticas. As leis da paridade vieram obrigar a escolher de um universo muito restrito os homens e as mulheres, mas neste caso aplica-se naturalmente mais às mulheres, e eu, por exemplo, vejo-me aflito para arranjar uma lista com mulheres, e tenho até um slogan no Partido Socialista a pedir mulheres, não sei onde é que as vou buscar. E quando aparecem e continuam a existir MDM's e Federações das Mulheres Socialistas, está ali a deputada Odete João que vai encabeçar agora a lista, vai a votos brevemente e vai ser eleita Presidente das Mulheres Socialistas do Distrito de Leiria, e quando vejo estes movimentos de mulheres e não vendo movimentos de homens, fico um bocado perplexo porque estou convencido de que daqui a dez ou vinte anos, terão de ser os homens a organizarem-se, fazendo os movimentos contrários, para conseguir a equiparação nesta matéria.

10-09-24 AM



Mas, a minha questão é a seguinte:

A lei da protecção da maternidade e também da paternidade, ou seja da parentalidade, o código de trabalho enfim, a legislação que existe, proporciona portanto os cinco meses, as duas horas por dia, já não para a amamentação mas para a aleitação. É certo que qualquer progenitor as pode usar durante um ano e estas regalias que nós conhecemos como válidas e até eventualmente necessárias, não só para a mulher se recompor, se for o caso, mas sobretudo para a afectividade com a criança e do casal com a criança, por exemplo, nós na advocacia não temos esse direito. Não há nenhuma advogada que tire cinco meses ou tempo nenhum, não pode. As juízas podem, as advogadas não podem, mas faz com que estes direitos, a meu ver e é a pergunta que lhe deixo, prejudiquem ainda mais a mulher na sua inserção profissional. Aliás, é falado, que algumas empresas e alguns bancos se recusam a contratar mulheres ou recrutam o menos possível, por causa destes direitos que elas têm. Se na maternidade estes direitos acrescidos e bem, têm vindo a ser concedidos, embora também extensivos em parte aos homens, têm prejudicado ou não, a inserção da mulher na sua vida profissional. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Vou dar a palavra finalmente ao senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, não tenho mais nenhuma inscrição e portanto termina aqui, e depois darei a palavra à senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Aproveitando a temática, o Bloco propõe a seguinte Moção:

Em defesa dos Direitos Humanos, pela inclusão e justiça social contra a xenofobia e o racismo...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, eu pedia-lhe o favor de apresentar essa Moção no período de "Antes da Ordem do Dia", não me leva a mal não?

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Não, não vejo inconveniente.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

É que este tema é um tema muito específico, eu admito que possa estar incluído mas depois pode dar direito a debate. E portanto, seria preferível apresentá-lo no período que se segue. Muito obrigado senhor deputado pela sua compreensão.

Eu vou dar a palavra à senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, entretanto permitam-me só um pequeno esclarecimento.

Este debate teve lugar numa sessão ordinária da Assembleia Municipal porque assim foi solicitado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Fica feito o esclarecimento, obviamente que o senhor deputado tem todo o direito de pensar de forma diferente, mas o correio que recebi, como se recordarão aqueles e aquelas que estavam presentes nesse dia, era expressamente que isto fosse um ponto numa sessão ordinária da Assembleia Municipal e foi assim que a Assembleia Municipal aprovou, e eu limitei-me a respeitar uma decisão, como a Assembleia se limitou a respeitar um pedido. Muito obrigado.

PROF. DOUTORA SARA FALCÃO (PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO)

Cá estou de novo, muito obrigada pelas vossas questões.

Relativamente à primeira intervenção, da senhora deputada Odete João, eu gostei muito da intervenção e das questões que colocou, e permitiu-nos fazer a ponte também com o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, que eu não referi, mas efectivamente as mulheres são mais vulneráveis à pobreza, eu não posso deixar de ser sexista porque é um dado objectivo, se isto é tido como sexista, são mais vulneráveis à pobreza em todo o seu ciclo de vida, sobretudo as mulheres das famílias monoparentais e mais de 90% das famílias monoparentais são encabeçadas por mulheres, e sobretudo as idosas.

O combate contra a pobreza faz-se muito também, com a luta pela igualdade, porque efectivamente se nós conseguirmos que as mulheres tenham independência económica ao longo da sua vida activa, que não tenham trajectórias descontínuas, ou seja, que por terem de atender a cuidados familiares, seja de menores seja de dependentes idosos, tenham que abandonar a sua trajectória profissional o que obviamente muito as penaliza depois nas pensões de reforma. Se combatermos a discriminação salarial, a média na União Europeia, como muito bem referiu, é de 18%, esses dados davam uma média relativamente confortável a Portugal embora 8% não nos permite total satisfação, mas há outros dados que dão uma discrepância

10-09-24 AM



ainda maior e há profissões em que a discrepância atinge os vinte pontos percentuais. Portanto, é de facto uma discrepância muito significativa e, a pobreza combate-se efectivamente combatendo a discriminação salarial.

Por um lado, não têm de ser as mulheres a interromper a carreira profissional para tomar conta das crianças, dos idosos ou das idosas, é fundamental promover a renegociação das relações de género na esfera privada, a esfera do trabalho não remunerado, a esfera dos cuidados é para ser partilhada, é obvio que Portugal vive um contexto de crise, em que há fortes restrições orçamentais, muito desejaríamos que o cenário fosse de maior provisão de equipamentos sociais também às famílias, e as empresas, é fundamental que as empresas assumam um papel socialmente responsável, de apoiar as famílias, de apoiar a conciliação e de fazer uma gestão como dizia, com base no mérito e em critérios objectivos.

A segunda questão que me foi colocada. Bem, eu procuro sempre ter uma linguagem inclusiva, e até disse que, me sinto muito confortável numa Comissão que é a Comissão para a Igualdade de Género, e assim como nós procuramos promover a participação das mulheres na esfera pública, estamos do lado dos homens naquilo que diz respeito aos seus direitos na esfera privada. Já temos recebido queixas de homens que se sentem discriminados, por exemplo, quando o Tribunal os impede ou deprecia as suas competências enquanto pais, e não lhes permite ter uma relação próxima com os filhos, como se as mulheres por nascerem mães fossem naturalmente boas mães, e portanto os homens efectivamente nesse domínio muitas vezes têm razão para se sentir discriminados, e essa foi uma crítica que considere bastante injusta. Aquilo que os dados, as estatísticas, e em termos gerais podemos continuar a dizer, é que faz todo o sentido continuar a pensar na promoção da igualdade entre mulheres e homens, e que efectivamente há muitos domínios em que as mulheres estão em clara situação de desvantagem como se falou, na esfera económica, financeira, política, nas relações de intimidade como também referi a propósito da violência doméstica. O que eu considero sexista, é quando vejo os manuais escolares e se fala de história e é como se as mulheres não tivessem participado na I República, é como se não tivéssemos mulheres relevantes na Literatura, ou na Cultura, é quando olho os documentos oficiais ou quando eu própria recebo correspondência senhor Presidente, e se continua a recorrer ao género masculino como universal, neutro universal.



Relativamente à questão que foi colocada sobre o Dia da defesa Nacional só posso dizer que é uma questão que, assim que tiver oportunidade, com certeza que transmitirei a preocupação que foi aqui expressa.

Relativamente aos direitos que temos, aos direitos do ponto de vista da conciliação. Eu penso que foi importante termos alterado o conceito, por exemplo, de licença de maternidade para licença parental. Enfim, os quadros de referência não se alteraram muito, as pessoas continuam a associar à licença por maternidade, mas a verdade aquilo que esta licença procurou estimular foi a co-parentalidade, foi o maior envolvimento também dos homens na prestação de cuidados aos filhos, e, logo após o nascimento. A lei apenas obriga a mulher a ficar as primeiras seis semanas, apesar de, a licença poder perdurar até seis meses, a verdade é que, como eu dizia, a tradição ainda faz com que sejam as mulheres, as principais beneficiárias desta licença e que muitos empregadores pensem que contratar uma mulher os vai penalizar aquando do nascimento ou aquando da maternidade. Como eu disse, o que é preciso é investir, é sensibilizar as empresas para a responsabilidade social e a responsabilidade social passa por promover a licença junto dos homens, promover a co-parentalidade e acarinhar tanto a maternidade como a paternidade. Esse é o meu ponto de vista. E pronto, acho que respondi a todas as questões. Muito obrigada uma vez mais.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora Presidente.

Eu não posso deixar de concordar, apesar de ter dito que segui um pedido que foi apresentado pela Comissão, não posso deixar de concordar com o ponto de vista expresso pelo senhor deputado João Cunha, este como muitos outros temas, justificariam que a Assembleia Municipal os debatesse em sessão exclusiva. Infelizmente, a nossa agenda nem sempre permite a realização de sessões, mas talvez se justifique um dia fazermos a experiência sobre se teríamos a adesão das senhoras e senhores deputados municipais para uma sessão temática que não decide nada, que é uma sessão apenas para discutir. Pode ser que seja um risco a correr a experiência, mas depois tiraríamos as ilações. Este é seguramente um tema interessante, que nos ocupou um tempo que do meu ponto de vista valeu a pena.

Senhora Professora Sara Falcão, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, muito obrigado por ter estado connosco.



Este ponto da ordem de trabalhos termina aqui, vamos despedir-nos da senhora Presidente, a quem mais uma vez em nome da Assembleia Municipal e deste concelho de Leiria agradeço o esforço que foi desenvolvido hoje para nos levar a todos a pensar um pouco mais num problema que é seguramente um problema de todos nós, e passaremos portanto aos demais pontos da ordem de trabalhos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras e senhores deputados, vamos então levar por diante a nossa Assembleia que tem uma ordem de trabalhos exigente, gostaria que pudéssemos, apesar de tudo, terminar a horas humanas, mortais e decentes, vamos ver, nem todos estamos habituados a gastar a noite em trabalho como o nosso deputado Manuel Antunes.

Antes de mais, eu tenho os seguintes pedidos de justificação e substituição:

O deputado Romeu Paz que é substituído pelo deputado Artur Cordeiro, a deputada Sílvia Lopes substituída pela deputada Célia Gordo, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo que é substituída pelo respectivo Secretário, Carlos Alberto Santos, o deputado Manuel José Carvalho que é substituído pela deputada Fátima Sismeiro, o senhor deputado Leonel Costa é substituído por João Curado e Silva, a senhora deputada Isabel Gonçalves que é substituída por António Fernandes, e a deputada Ana Elisa da Costa Santos justifica a ausência mas não tenho a menção de quem a substitui, deduzo que não está substituída, apenas justifica a falta.

Vamos entrar no período de "antes da ordem do dia " não sem antes vos dizer que o décimo quarto ponto da ordem de trabalhos, por proposta da Câmara Municipal, é retirado, considera a Câmara Municipal que ao contrário do que esperava quando pediu o agendamento do ponto, não se chegou ainda ao nível desejável de definição do assunto para que ele possa ser submetido à discussão. E nesse sentido, a Câmara pede que o ponto seja retirado, como ele foi agendado por iniciativa da Câmara o ponto está automaticamente retirado e não será discutido.

Tenho vários pedidos para intervenção no período de "antes da ordem do dia", antes disso temos a acta da última sessão, ela foi colocada na página da Assembleia, portanto todos tivemos conhecimento dela. Pergunto se alguém tem alguma objecção ou necessita de fazer algum reparo?

Tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite a todos!

10-09-24 AM



Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos Vereadores, caríssimos colegas.

Senhor Presidente, obviamente não venho aqui falar sobre matéria concreta da acta em termos de discordar de alguma coisa que tenha sido dita, pretendo apenas duas pequenas notas, que me parece relevante fazê-lo.

Em primeiro lugar, obviamente, agradecer à Assembleia o voto que fez de restabelecimento para o meu pequeno incidente, o meu muito obrigado, em termos de curativo não teve efeito, garanto-vos, em termos emocionais foi muito bom. Obrigado a todos e em particular ao senhor Presidente pela amabilidade das suas palavras.

Houve uma outra questão que eu tenho que referir, e pedir uma correcção, como hoje estamos a falar de efemérides, porque não quero que daqui a cem anos, quando estivermos a falar dos duzentos anos da República, possa haver alguma confusão sobre uma pequena matéria.

Pela primeira vez em termos de política local, eu ouvi referir, através da intervenção que está na página sessenta e nove da acta, pude ler não ouvi, li, o senhor deputado do Partido Comunista, Carlos Guerra, referir uma maioria PS/CDS na Câmara Municipal. Eu gostaria de dizer, enquanto Presidente da concelhia do CDS, que tal não existe, não é porque eu esteja contra em qualquer situação, é apenas porque, para dançar o tango são precisos dois, e, eu não fui convidado nem o CDS para fazer qualquer coligação com o Partido Socialista. Bom, mas poder-se-ia também colocar aqui a questão de, enfim, "não é você, Presidente da concelhia, que pode tomar essa decisão", felizmente, e agradeço ao deputado José Alves, que na página setenta e dois, na sua intervenção diz o seguinte:

"...como Presidente da Comissão política responderão nos jornais, onde quiser, mas quem me deve responder, em primeiro lugar, acho que é o Presidente da Comissão política do PSD, que é o meu interlocutor institucional, não é a Assembleia Municipal, é o Presidente do PSD. Se há divergências no PSD sanem-nas, é problema vosso, o meu é este. O meu interlocutor chama-se José António Silva e é com ele que eu falo como Presidente da concelhia, não é como membro desta Assembleia." Exactamente por perceber que é esta a posição do Partido Socialista, situação que eu agradeço, obviamente, não lamento, mas não houve qualquer negociação como CDS para que pudesse haver uma maioria PS/CDS. Que fique registado em acta. Muito obrigado.

10-09-24 AM



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Devo dizer que este assunto deveria ter sido tratado no período de “antes da ordem do dia” porque não é propriamente um reparo à acta. Mas eu não iria pedir ao senhor deputado Domingos Carvalho que viesse segunda vez cá acima.

Portanto, não há de facto nenhuma objecção à acta, eu coloco a acta da sessão ordinária de 9 de Junho de 2010 à votação.

Quem vota contra

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, duas abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 09 de Junho de 2010.

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Passamos às inscrições para intervenção no período de “antes da ordem do dia”.

Tenho inscritos: a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, a senhora deputada Manuela Santos, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, o senhor deputado Manuel Antunes, o senhor deputado Francisco André, o senhor deputado Domingos Carvalho, o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, o senhor deputado João Curado e Silva, o senhor deputado João Cunha, a senhora deputada Odete João e o senhor deputado Pedro Biscaia.

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria pediu-me para usar da palavra em primeiro lugar e eu trazia esse registo. Fará o favor.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)

Boa noite a todos!

Caro Presidente da Assembleia Municipal, cara Mesa, senhor Presidente da Câmara, caros deputados municipais, senhores vereadores, comunicação social e a todas as pessoas que quiseram estar aqui presentes.

Em primeiro lugar quero agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ter aceitado o meu pedido para intervir, no período antes da ordem do dia, pedido efectuado no dia 19 de Junho, dia em que José Saramago regressa definitivamente a Portugal.



Este pedido tem para mim um significado, muito, mas muito especial, porque conheci e tive o enorme privilégio de conviver a privar inúmeras vezes com ele, muitos anos antes de ele ser “Prémio Nobel”, quer em Portugal quer no Estrangeiro. Pairava em Frankfurt, em 1998 um desassossego pela inesperada visibilidade da Literatura Portuguesa, nunca vista, e uma alegria profunda em todos nós, que só se sente por quem teve o privilégio de estar presente.

Dizia ele na altura, e cito; *“ Outros poderiam ter ganho este prémio, mas fui eu que tive essa chance. Não vou dizer coisas do estilo “Estou muito satisfeito”. Creio que ainda não estou muito consciente do que aconteceu. Há tantos grandes Escritores que não ganharam o Nobel”.*

E foi este Saramago, que nunca disse que não a um convite para vir a Leiria, e que nos privilegiou com as suas diversas presenças, logo no ano seguinte em 1999 aceitando vir a uma Feira do Livro (de província), e às seguintes (até 2004,) à inauguração da Biblioteca José Saramago e à Pousada com o mesmo nome, junto à Residência de Estudantes do IPL e ainda à sua participação no 1º Encontro de Língua Portuguesa (2001) promovido pelo IPL onde recebeu o seu primeiro e único título de Professor Coordenador Honorário do Instituto Politécnico de Leiria, o que tornou Leiria, como se lia em letras “garrafais” num destacável da imprensa local sobre este acontecimento nacional, “Leiria Capital dos Escritores”, pela excelente organização e pelos escritores convidados que quiseram dar-nos a honra e o gosto da sua presença. Também foi homenageado em 1999 pela Câmara Municipal de Leiria, numa simples cerimónia pública, segundo ele *“tão intimista”*, na Biblioteca Municipal de Leiria - Afonso Lopes Vieira, com a atribuição da Medalha da Cidade, bem como a sua presença no Rotary Club de Leiria. Acompanhei-o nessas deslocações, e por isso tenho as melhores recordações, da pessoa, mas sobretudo da sua amizade para comigo, e do seu gosto de visitar e estar em Leiria, algumas até acompanhado pela sua Mulher, Pilar del Rio.

E por isso redigi um pequeno texto em forma de Moção, que dei conhecimento aos partidos representados nesta Assembleia, com o intuito de que simbolicamente se registasse em acta evocando o seu recente falecimento, que ocorreu no passado dia 18 de Junho, uma vez que ainda não houve nenhuma AM após essa data, para que se envie para a Fundação José Saramago e à sua Editora de sempre, Editorial Caminho, constituindo assim parte integrante do seu espólio, perpetuando assim um agradecimento de Leiria ao nosso Prémio Nobel da Literatura.



A Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 24 de Setembro de 2010, aprova a seguinte Moção:

“Goste-se, ou não, do que José Saramago escreve, e como escreve, a verdade é que o Nobel sendo dele, é igualmente de uma cultura e de uma língua que são as nossas. Isto significa que todos nós, todos os que falam e escrevem português, saímos beneficiados, e por isso, tendo em conta o privilégio que foi o ter podido contar com a sua presença, aceitando sempre todos os convites para vir a Leiria, queremos, a título póstumo, reiterar o nosso apreço pelo inestimável contributo que deu à Língua e Literatura Portuguesas.” Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora Presidente.

Senhoras e senhores deputados, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria pediu-me no momento em que me escreveu este mail, foi de facto no dia das cerimónias fúnebres de José Saramago, que fizesse a sua inscrição, que usasse da palavra em primeiro lugar e que pudéssemos votar a Moção antes de sequer prosseguir o período de “antes da ordem do dia”. Não é regimental, não tenho nada contra, se ninguém se opuser votaríamos esta moção agora não sem antes a submeter, obviamente, à discussão se alguém a quiser discutir. Refiro-me apenas ao texto da moção e não à intervenção que o precede. Da parte dos grupos municipais há alguma objecção a que se possa votar agora esta moção?

Não há qualquer objecção, alguém pretende intervir ou discutir este texto? Não vejo nenhuma inscrição a esse respeito. Portanto colocarei à votação a moção, que é apenas a parte final da intervenção da senhora Presidente de Junta da Freguesia de Leiria.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com um voto contra e duas abstenções, aprovar a presente moção.

O senhor deputado João Cunha vai fazer uma declaração de voto. Faça favor!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Queria dizer que votei contra esta moção, já tinha tido oportunidade de dizer à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria que no caso de essa proposta

10-09-24 AM



surgir eu iria votar contra, porque entendo que, mesmo contra o pensamento reinante, a figura do senhor José Saramago no que diz respeito à sua postura cívica, não me merece aquilo que a generalidade das pessoas entende, que é o dever de o homenagear. Reconheço o valor que a personalidade contém, mas há outros factores históricos que me levam a não partilhar e ser hipócrita e votar favoravelmente essa posição. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputado.

Temos agora onze intervenções, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria não excedeu muito tempo, digamos que, limitemos a quatro/cinco minutos, no máximo, o tempo de intervenção, mas se puderem ser mais concentradinhos eu agradecia porque reduzimos substancialmente o período de “antes da ordem do dia”. A deputada Manuela Santos poderá sair da Mesa para fazer a sua intervenção.

DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)

Boa noite a todos

Manuela Santos, Partido Socialista.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para divulgar uma acção de cariz social, que irá ocorrer em Outubro na nossa cidade, e que julgo merecer a atenção de todos.

O Rotary Clube de Leiria, ao qual presido este ano, é uma associação de profissionais que visa ajudar a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo, prestando serviços voluntários em prol da comunidade.

A nível mundial, uma das mais importantes e acarinhadas causas de solidariedade do Rotary é a erradicação da Poliomielite. Esta doença ainda endémica essencialmente nalguns países africanos e asiáticos pode causar paralisia, sendo irreversível na maioria das vezes e mesmo fatal nalguns casos, razão pela qual a vacinação preventiva é essencial.

Com o objectivo de se angariarem fundos para reforçar o programa que o Rotary Internacional tem no terreno, o “Hand Polional”, e de harmonia com o desafio que nos foi lançado pelo lema rotário deste ano “Fortalecer Comunidades, Unir Continentes”, estamos a organizar a primeira mini-maratona e caminhada solidária de Leiria, que irá decorrer no próximo dia 10 de Outubro, pelas dez horas, começando junto ao estádio municipal, na ponte Euro 2004, e terminando na Praça Rodrigues Lobo. Esta

10-09-24 AM



será uma oportunidade para se contribuir para uma causa nobre, ao mesmo tempo que desenvolvendo relações de solidariedade a nível da nossa comunidade se divulga e incentiva a prática desportiva.

Gostaria por isso de poder contar com a presença de todos, tanto mais que o preço de inscrição, que reverterá integralmente para esta causa, é simbolicamente de dois euros por participante, o suficiente para conseguirmos salvar quatro vidas humanas, já que cada vacina que previne esta doença, tem o custo aproximado de quarenta e cinco cêntimos.

Termino, relembrando uma frase da Dr.^a Margaret Chen, directora-geral da Organização Mundial de Saúde "*Temos poucas oportunidades de fazer algo que seja inquestionavelmente bom para todos os países e para todas as crianças, a erradicação da Polio é uma dessas oportunidades.*"

Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Manuel Antunes, PSD.

Antes de começar a ler aquilo que ia a dizer, devo pedir já desculpa para discordar da maneira como são feitas estas inscrições, uma vez que me parece que elas não devem ocorrer antes do início do período da discussão. Mas se assim é, então eu peço já a inscrição para a reunião de Dezembro e para as subsequentes.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhoras e senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, elementos do público e da comunicação social.

Nesta sessão, em que termina o primeiro ano de exercício do mandato desta Assembleia, desejo cumprimentar todos os senhores deputados, e felicitar-nos pelo empenho geralmente demonstrado nas actividades da Assembleia, que penso, tem desempenhado o seu papel de representante das populações do Município na sua função de fiscalização do executivo de uma forma geralmente positiva. Este é o meu sentimento imediato.



Mas penso que este é o momento adequado para se fazer uma análise crítica e asseguro-vos n construtiva, ou com intuito construtivo, da forma como decorreram as seis reuniões que tivemos durante este ano. E vou começar pela Mesa e pelo seu Presidente, com toda a amizade e consideração que nutro pelo senhor Professor Carlos André, eu não posso deixar de lamentar que tenha, mais frequentemente do que seria desejável, exercido o seu poder de forma autocrática e parcial, especialmente no que respeita ao tratamento dos deputados da bancada da maioria e da oposição. Refiro-me ao modo como geriu os tempos de intervenção que várias vezes limitou a esta e nunca àquela, e a frequência com que se viu obrigado a invocar o Regimento, aliás, também em meu entender, nem sempre bem interpretado, em nossa opinião não agilizou as reuniões que de um modo geral duraram até bastante mais tempo do que era hábito.

No que me diz respeito, devo reconhecer que sempre me tratou com toda a correcção, mas situações houve em que o não fez em relação a outros membros do meu grupo municipal e aos nossos vereadores, como foi, por exemplo, o caso acontecido na última reunião, com o Dr. José Benzinho, a quem recusou o direito estatutário de defesa da honra.

Refiro ainda para terminar, também porque tem que ser da sua responsabilidade, poderá passá-la a outros naturalmente, o triste episódio da deselegância para com elementos da segurança, convidados pela Assembleia.

No que respeita a outros elementos da Mesa, assistimos a referências insultuosas, que embora proferidas fora deste fórum e a nível individual, não se podem dissociar da função que se ocupa. Tive, é certo senhor Presidente, a garantia de que essa não era a posição oficial da Mesa, mas há coisas que uma vez ditas não se podem apagar.

Espero, senhor Presidente, que estas situações no mínimo infelizes, se tivessem devido a deslizes de início de funções e que não se verifiquem no ano que agora se inicia.

Quero também fazer uma apreciação à actuação do senhor Presidente da Câmara, a quem me unem laços especiais que gostaria de preservar. Faço-o estritamente no que respeita à sua intervenção nas sessões da Assembleia, que me parece nem sempre ter tratado com o respeito que devia merecer.



Julgo que o executivo tem também algumas responsabilidades na preparação das reuniões da Assembleia, e houve demasiadas situações de confusão, cujas culpas lhe devem ser atribuídas.

Começámos este mandato com a questão nunca bem explicada dos computadores desviados para outros fins, assistimos demasiadas vezes a discussões sobre a propriedade ou falta desta na inclusão da agenda de assuntos não discutidos ou incompletamente discutidos no executivo.

Frequentemente se recusou a fornecer a esta Assembleia informações indispensáveis ao seu funcionamento e há pelo menos dois deputados do meu grupo que ainda esperam, num caso desde a primeira reunião desta Assembleia, por informações prometidas por Vossa Excelência, como é o caso do Plano de Acção Social, pedido e prometido, pedido pela deputada Ana Paula Silva, e o mapa de obras do QREN pedido pelo deputado Vítor Lourenço, para já não falar nas dúvidas legitimamente levantadas sobre a inexactidão de actas do executivo, que numa ocasião levaram a um grave incidente com os vereadores da oposição, que em protesto se viram obrigados a abandonar a sala.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, poderia aqui recordar vários episódios de confrontação verbal inadequada e desnecessária que provavelmente hoje lamentamos.

Tive o cuidado de reler as actas e referi-los todos seria demasiado entediado e queria poupar-vos a esse exercício. Eu próprio, não terei sempre constituído o melhor exemplo e disso me penalizo, estamos todos aqui, estou certo, que irmanados do mesmo objectivo de servir o concelho e as suas populações, todos devemos a todos igual respeito, espero portanto, que o próximo ano decorra com a maior normalidade a bem do respeito que queremos que os leirienses sintam por nós, e por este órgão que o representa. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Dou a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, não sem antes dizer que acatarei a sugestão que é feita, foi com toda a boa intenção que admiti a inscrição por mail, em Junho, da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, mas acato a sugestão e doravante, as inscrições no período de antes da ordem do dia serão feitas aqui na Assembleia. Mas foi com toda a boa intenção talvez



porque eu tinha estado no funeral, vinha no carro quando li o mail da senhora Presidente da Junta de Freguesia, e tocado ainda daquela emotividade respondi-lhe que sim, penitencio-me.

DEPUTADO JORGE CRESPO (Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima)

Boa noite.

Jorge Crespo, Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, independente, eleito em lista do Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, digníssima Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhores representantes da comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Sendo esta a primeira intervenção que faço numa Assembleia Municipal, quero começar por apresentar respeitosos cumprimentos ao senhor Professor Carlos André, ilustre Presidente desta Assembleia, tornando extensivo este cumprimento a todos e a cada um dos presentes.

Uma saudação muito especial a todos os companheiros de missão, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, na certeza que, apesar das desconsiderações do poder central e dos constrangimentos financeiros impostos pela situação calamitosa do nosso Município, tentaremos dignificar as funções para que fomos eleitos, cumprindo com honra, dedicação e muito trabalho a vontade do povo que nos elegeu.

Senhoras e senhores deputados, a Freguesia de Bidoeira de Cima está a comemorar este ano vinte e cinco anos de existência. Foi no dia 4 de Outubro de 1985, que foi publicado no Diário da República o decreto-lei que deu corpo a esta antiga e legítima pretensão do nosso povo. Aqui chegado, não posso deixar de prestar uma singela homenagem a todos os bidoeirenses que tendo sonhado, uniram esforços, trabalharam e tornaram realidade essa velha aspiração de autonomia.

Uma palavra fraterna à Freguesia de Milagres, que saúdo na pessoa do senhor Presidente de Junta aqui presente, da qual o actual território da nossa Freguesia foi desanexado e que continua no presente no pensamento e carinho de todos nós, quais filhos que não esquecem a mãe.

Muita coisa mudou na nossa terra ao longo destes vinte e cinco anos. Tal como o país e o mundo, também a nossa freguesia evoluiu e criou melhores condições de vida para os seus habitantes. Contudo, é nossa convicção que essa evolução e

10-09-24 AM



alguma qualidade de vida que hoje usufruímos se deve sobretudo à vontade, querer e tenacidade do nosso povo, que comprovadamente empreendedor, soube, quer nas actividades privadas como no associativismo que nos caracteriza, levar bem longe o nome da nossa freguesia.

Hoje, olhando para trás, verificamos que, infelizmente o poder político pouco nos tem dado, sendo nossa convicção que, sobretudo na última década, termos sido, de facto, o parente pobre do concelho de Leiria. Se não vejamos:

Continuamos sem saneamento básico, a rede viária que serve a nossa freguesia está velha, esburacada e a necessitar de intervenção urgente; A iluminação pública é deficiente e a sinalização rodoviária é verdadeiramente terceiro-mundista, potenciando assim a insegurança de pessoas e bens.

A Carta Educativa aprovada na anterior legislatura esqueceu completamente a Freguesia da Bidoeira. O nosso pavilhão polidesportivo, pertença de uma associação da nossa freguesia (sim, é verdade, este pavilhão não pertence nem está a ser construído pela Leirisport), esse pavilhão, dizia, está em construção há mais de dez anos, com pouquíssimos apoios camarários, sendo nossa convicção que a actividade desportiva que lá existiu, ainda hoje daria cartas por toda a região, caso tivesse as necessárias condições de utilização.

As nossas empresas estão a fugir para freguesias e concelhos limítrofes, por não existir uma zona industrial com as condições mínimas indispensáveis. Os nossos jovens têm dificuldade em construir habitação na freguesia, por força dos constrangimentos impostos por um PDM desajustado. Os dirigentes das nossas associações clamam pelos prometidos apoios, essenciais para minorar as dificuldades sentidas para levar a bom porto os seus planos de actividades, etc., etc., etc.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria!

Quando tomámos a decisão de nos candidatar aos cargos que ocupamos actualmente, tínhamos consciência das dificuldades que iríamos enfrentar. Sabíamos que isto não iria ser, por certo, um mandato fácil, e que a nossa vontade de fazer obra no concelho e na freguesia, não iria, provavelmente, ter a necessária correspondência de meios financeiros. Infelizmente, este cenário confirma-se por completo, já que, mercê de uma gestão errática, descuidada e muito pouco rigorosa dos anteriores executivos, herdou Vossa Excelência uma Câmara Municipal falida, em que os compromissos assumidos superam largamente as receitas previstas, tal como constatámos aqui, aquando da aprovação do orçamento para 2010.



Senhor Presidente, estando quase terminado o primeiro ano de mandato, passou o tempo de tomar o pulso à situação real do Município e para implementação das medidas internas necessárias à melhoria dos procedimentos. O tempo, agora, exige a tomada de medidas tendentes à resolução dos problemas das populações que nos elegeram, sob pena de defraudarmos a confiança que em nós depositaram. Assim, com a coragem que é apanágio de Vossa Excelência, e unindo esforços com quem quer realmente o progresso deste concelho e o bem-estar das populações nele residentes, é hora de inventar soluções concretas, assentes em orçamentos de verdade, de forma a levar a bom porto a espinhosa missão que tem em mãos.

Para que tal seja possível, é imprescindível que aqui, nesta Assembleia, todos nós assumamos as nossas responsabilidades. Uns, cerrando fileiras em defesa do programa e acção do executivo camarário, mesmo que para tal, seja necessário esquecer algumas divergências ou interesses pessoais, a outros, pede-se uma oposição responsável e construtiva, evitando cair na tentação de tentar branquear o passado, fingindo não ter quaisquer responsabilidades na difícil situação financeira do Município.

Quanto a nós, na Bidoeira, com a responsabilidade acrescida de quem logrou vencer correndo contra a maré imensa da tradição partidária, vamos continuar a encarar de frente as dificuldades, e, unindo esforços, com as forças vivas da freguesia fazer obra e cumprir o nosso manifesto eleitoral.

Para isso senhor Presidente, contamos consigo e com toda a equipa que o acompanha!

Conte também connosco!

Quero também aproveitar este momento para fazer o convite a todos os presentes, a visitarem-nos no próximo dia 31 de Outubro e participar nas comemorações do aniversário da Freguesia. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Tem agora a palavra o senhor deputado Francisco André.

DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ (PSD)

Francisco André, Partido Social Democrata.



Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhoras e senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, a todos, uma muito boa noite.

Aproximando-se a data comemorativa do centenário da República, ser-me-ia incomensuravelmente mais agradável vir a esta tribuna de partilha do Ser, nesta multi-secular Nobre e também Republicana Leiria, enaltecer os seus valores, assumidos e patenteados no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho:

Liberdade

Igualdade

Fraternidade

Liberdade no respeito aos Princípios orientadores e Fundamentos civilizacionais, o tangível do intangível.

Igualdade enquanto somatizações que somos do Princípio da Equidade.

Fraternidade, componente mor do Princípio orientador e fundamento da Paz.

Por limitação temporal, tenho de ir ao que aqui me traz, mas não pude, não quis, nem devia de deixar esta breve nota da História para que as datas sejam lembradas e os seus ensinamentos frutuossos.

Indo directamente aos assuntos, relembro as muitas afirmações do Sr. Presidente da Câmara acerca do estado ruinoso das finanças municipais, que a Câmara “estaria falida” (sic), que este primeiro ano seria para “arrumar a casa” (sic), com uma gestão rigorosa quer das receitas quer das despesas.

Ora, os temas que vou expor demonstram exactamente o contrário destes propósitos:

1º Assunto: Gestão dos recursos humanos

Neste tema, importa referir que em poucos meses, e de forma atabalhoada e precipitada foi aprovado o Regulamento Organizativo dos Serviços Municipais – o ROSM -, acto espelhado na rocambolesca acta de 12 de Abril.

É sobre os actos decorrentes desta aprovação que me vou centrar, e sobretudo, nos custos financeiros, económicos e não só de tais decisões.

Assim, promoveu V. Ex.^a Sr. Presidente da Câmara à nomeação de novos quadros dirigentes que passo a enumerar:

A – Dirigentes vindos de fora:

1 Director Municipal

2 Directores de Departamento

10-09-24 AM



3 Chefes de Divisão

Que custarão ao Município por ano um pouco mais de 300 mil euros.

B - Membros de Gabinete dos Eleitos, vindos de fora:

6 Adjuntos

5 Secretários

Que custarão ao Município um pouco mais de 350 mil euros.

Mesmo que tivessem vindo de fora 3 ou 4 destes últimos, são sempre 500 mil euros – digo Meio Milhão de Euros que podia poupar se estas nomeações recaíssem sobre Técnicos e/ou Colaboradores da Câmara, que os há em quantidade e qualidade.

Para quem tanto falou em Câmara “falida” perdeu aqui uma bela oportunidade de poupança imediata.

Mas há mais:

Os 5 Directores de Departamento e os 4 Chefes de Divisão da anterior estrutura, não reconduzidos, são Efectivos do Município, com larga experiência e conhecimento, com os mais altos vencimentos do Pessoal dos Quadros e que estarão neste momento encostados, ou como se diz na gíria “na prateleira”, significando um enorme prejuízo para os Serviços e um não menor encargo financeiro.

Nestes tempos em que tanto se fala de aumento do deficit público, do aumento das despesas correntes como um dos muitos erros do Governo do País, bem se pode concluir que o Município de Leiria contribui com enorme fatia para este estado de coisas.

Sr. Presidente pergunto:

Não lhe ocorreu recrutar menos Pessoal externo, parte dele desconhecedor de Leiria, das suas realidades, dos seus problemas, evitando assim este aumento injustificável de gastos de mais de meio milhão de euros por ano?

Se não, perdeu mais oportunidade natural, isso sim, para dar um exemplo de rigorosa gestão de recursos humanos.

2º Assunto: Contrato com União de Leiria/SAD

Após a designada “telenovela de Verão”, com todo o marketing associado e terminada em Agosto, quero, mesmo felicitando o Sr. Presidente pelo acordo alcançado, não deixar de manifestar a minha estranheza pelo seu excessivo protagonismo, só o entendendo como ajuda a eventuais disfuncionalidades ou insuficiências das partes.



Considerando as receitas e despesas do contrato, corroboro a posição assumida pela Vereação do PSD do Município de que a nova filosofia deste contrato configura um cenário de Privatização de receitas e municipalização de despesas.

Para demonstrar isto, relembre-se da história dos resultados dos contratos anteriores entre a SAD e a Leirisport considerando as receitas e despesas associados aos mesmos:

1º Contrato 2004/2005 e 2005/2006

O saldo foi favorável à Leirisport em 190 mil euros e negativo em 93 mil euros respectivamente.

Nos contratos de 2ª Geração que se iniciaram na época 2006/2007 e seguintes, os saldos foram sempre positivos a favor da Leirisport.

Como se poderá entender que neste contrato:

- a) 100% das receitas de bilheteira;
- b) todos os camarotes Empresa, com excepção de 3;
- c) 100% da nova publicidade fixa no interior da infra-estrutura;
- d) publicidade com o *naming* das bancadas.

Passem a ser receitas exclusivas da SAD?

Ao contrário, novos custos são exclusivos da Leirisport:

- a) todos os custos com cartões e bilhetes para os jogos;
- b) todos os custos com policiamento, bombeiros, assistência médica;
- c) todos os custos com licenças de direitos de autor dos conteúdos sonoros e visuais;
- d) custos para estacionamento das viaturas dos jogadores da SAD

Mas há mais custos implícitos:

- a) perda de receitas com publicidade fixa no interior do Estádio;
- b) perda de receitas associada ao contrato de publicidade com a Super Bock;
- c) perda de receitas com 6 painéis amovíveis em dia de jogo;
- d) perda do jogo de apresentação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A pergunta que se impõe:

Estará este contrato a servir o interesse público municipal?

Como é possível afectar a uma empresa – SAD um património que é de todos?

Tudo isto indica que com este contrato se assistirá à inversão de resultados, e o que até agora deu saldo positivo, passará certamente a negativo.

Com um destino prometido e inevitável que se adivinha Sr. Presidente da Câmara:

10-09-24 AM



A entrega do Estádio à SAD. E mais uma promessa eleitoral cumprida. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Nestes quinze ou vinte segundos senhor Presidente, vou tentar poupá-los no tempo da intervenção.

Senhor Presidente da Câmara, gostaria de lhe dizer, independentemente do que eu disse há minutos, em termos pessoais e de outras circunstâncias ocorridas, em termos pessoais e em termos parlamentares de grupo municipal do CDS, obviamente que iremos continuar a pautar-nos pela frontalidade, pela lealdade aos interesses do Município. E é exactamente por isso, que tenho algumas questões que gostaria de ver esclarecidas para, podermos ter uma atitude muito mais assertiva e contributiva na vida do nosso Município.

Eu tive oportunidade de constatar que em matérias de Educação, houve bastantes problemas nos concursos com as AEC's, nos transportes, na alimentação, creio até que houve uma providência cautelar, tenho, ouvi hoje directamente, reclamações profundas de pais com a qualidade da alimentação que está a ser ministrada às nossas crianças, e, percebi até por uma conversa que tive com o senhor vereador Gonçalo Lopes, que eventualmente uma parte deste problema deveria ter a ver com a utilização de uma plataforma digital. Exactamente porque se calhar, tal como eu, muitos de vós não sabem exactamente o que se passa, e porque tive oportunidade também de ler, que a Câmara nada tinha a ver com estas questões, eu gostaria de pedir ao senhor Presidente da Câmara ou ao senhor vereador da Educação, que nos diga de forma sucinta qual é efectivamente o papel do Município, da Câmara Municipal, no nosso ensino pré-primário e no ensino básico. Exactamente qual é a função que tem a Câmara Municipal, o que é que faz, o que tem de fazer e como tem que fazer, é importante que saibamos para evitar situações em que estejamos a falar no "diz que, diz que...", rapidamente pedia essa informação.

Há uma questão em que eu também ouvi um comentário, e que fiquei com alguma preocupação.



No passado foram criadas bastantes parcerias nomeadamente com clubes, associações, para AEC's, para alimentação, para transportes. Presumo que, com este novo modelo, essa situação desapareceu.

Eu creio, temo, e gostaria também de saber se isso foi devidamente acautelado, que alguma empregabilidade, embora obviamente precária, que gerava este tipo de parcerias, possa ter sido diluída.

Gostaria de saber senhor Presidente, qual é efectivamente a situação que está a existir nesta matéria. Portanto, gostaria que, hoje, a ser possível, pudesse haver uma pequena resenha sobre esta questão, para que ficássemos sem fantasmas sobre estas matérias.

Gostaria também em algum momento, que o senhor vereador do Desporto ou através do senhor Presidente da Câmara, nos pudesse dar alguma indicação referente aos vectores orientadores do PAAD.

Eu não conhecendo o documento, ouvi uns comentários que me deixaram preocupado. Ouvi uns comentários de que, nomeadamente nos apoios à formação, há associações que têm claramente uma maioria de jovens não oriundos do concelho de Leiria. Eu gostaria de saber se existe, se está previsto no PAAD, se está contemplada esta situação, a protecção dos nossos jovens, aqueles que directamente eu me parece que o nosso Município deve apoiar, como é que isto ocorre, o que é que está previsto sobre esta questão.

Há uma outra questão que me preocupa e que eu não sei se devo estar alegre, se devo ficar preocupado.

Com a crise que nós estamos a viver, eis senão quando dou por mim (houve um tempo que andei praticamente sem circular), quando comecei a sair de casa, Leiria está toda em obras, estradas em obras é uma coisa impressionante.

Eu gostaria, porque me parece que é importante, porque estas obras são importantes, que pudesse haver uma planificação e um controlo efectivo da forma como as ruas são ocupadas. Hoje em concreto, na estrada dos Marinheiros, constatei que a estrada está cortada e, ao estar a estrada cortada, verifiquei que está toda a zona de estacionamento pejada de manilhas e assim vai ficar todo o fim-de-semana. Senhor Presidente, senhor vereador Lino pereira, acho que são questões que são importantes, a gestão do *modus operandi* das obras é extremamente importante para a forma como nós, cidadãos, funcionamos.



Senhor Presidente, eu também tive oportunidade de constatar uma coisa e acho que já falámos aqui, relativamente à questão do túnel da IC36, túnel dos Pousos, mas a verdade é que, nunca tido a percepção objectiva do que se passava. Há dias um amigo pegou em mim e deu comigo uma volta, passei por lá e verifiquei que, na verdade, nós vamos ficar com um vale com algumas arribas com mais de cinquenta metros, ali a cortar a Freguesia dos Pousos. E quando vi isto pensei, por exemplo também, nas obras e no que está a acontecer agora na Domingos Sequeira, e no facto de, em determinado momento, se ter falado na possibilidade de ser utilizado o parque de estacionamento natural que podia ter ficado por baixo do ginásio e com isso termos contribuído para a regulamentação e a regularização dos fluxos de tráfego na cidade de Leiria, ou por exemplo, o Posto Médico dos Marrazes, que tem quinze lugares de estacionamento para utentes e que neste momento já está a rebentar pelas costuras, e eu em relação a tudo isto ouvi um comentário que foi “a cavalo dado não se olha ao dente”.

Eu gostaria de dizer ao senhor Presidente que pode contar comigo para, em relação a todas estas matérias, fazer valer os direitos de cidadania de Leiria por uma razão muito simples. Leiria, o concelho de Leiria, não tem direito a aceitar cavalos dados, não, tem direito a analisar os dentes do cavalo para lhe ver a idade, a pelagem, os cascos, e tudo mais, porque nós pagamos. E se de facto a solidariedade é um bem extremamente precioso na nossa democracia, não é menos importante que quem de direito pense que nós não somos exactamente uns palecos que aqui andamos. E eu acho que é o momento senhor Presidente, em relação a um conjunto de matérias, a situação da falta de dinheiro ser utilizada naquilo que tem de ser utilizada. A falta de dinheiro do nosso Governo, das nossas instituições, pode ser muito importante, mas se há muito dinheiro para obras, quando se faz uma obra que se faça com cabeça, tronco e membros, que se faça com o objectivo e com o propósito claro de servir hoje e amanhã, que não venha a ser um factor de agudização de problemas das populações.

Deixo-lhe esta nota porque acho que é uma questão de uma gravidade demasiado grande, para que nós possamos alegremente não ligar a estas matérias...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu informo que o senhor deputado já excedeu o seu tempo largamente...



DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Senhor Presidente termino já, peço desculpa. E vou terminar com duas questões que são extremamente importantes.

Senhor Presidente, eu precisava, enquanto residente na Freguesia dos Marrazes, da sua intervenção directa, para resolução do problema do cruzamento da estrada da Mata com a estrada de Santiago dos Marrazes. Neste momento e enquanto não se encontrarem soluções definitivas para o problema, impera a necessidade de colocação de semaforização naquele entroncamento. Não há condições de fluxo de tráfego naquela zona, autocarros semi-reboques, camiões, automóveis, acidentes permanentemente, está aqui a senhora Presidente de Junta que seguramente corroborará esta situação. É determinante que amanhã possam ser postos semáforos de obras para resolver aquela situação.

Não abusando da sua paciência, muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos!

Perante os inúmeros problemas levantados com os concursos internacionais para as AEC – Actividades Extracurriculares, torna-se imperativo falar sobre este problema. Votámos contra eles, na anterior sessão, porque defendemos que as câmaras devem contratar directamente os profissionais necessários ao funcionamento normal daquelas actividades e integrá-los como funcionários da autarquia. As câmaras de Braga, Viseu, Tavira e Peniche, entre outras, neste aspecto e tanto quanto sabemos, são exemplo da integração dos professores nos quadros autárquicos.

O cenário existente, vem mais uma vez reforçar a convicção do Bloco de Esquerda, de que as câmaras municipais devem proceder quer à contratação directa dos monitores/professores, quer à contratação de pessoal para a confecção e fornecimento das refeições. Neste caso, até porque a prática recente do Ministério da Educação, de retirar os refeitórios às escolas, veio demonstrar que os concursos para a efectuação das refeições e a sua distribuição a empresas privadas, só serviram para encarecer as mesmas e o que é mais grave, levaram a uma assinalável



diminuição de quantidade e sobretudo da qualidade das refeições porque inevitavelmente, o lucro é o fim principal dessas empresas, e quem fica sobretudo prejudicado, são as nossas crianças.

Ao invés da opção pela subcontratação dos monitores/professores, através de associações ou empresas, numa evidente atitude de fraude à lei, na nossa opinião, já que através desse sistema de concursos se viola a legislação laboral existente, que não permite a celebração de contratos a prazo, a não ser em situações excepcionais, que não é o caso, dever-se-á contratar através de concursos públicos todo o pessoal necessário para um funcionamento eficaz das AEC's, integrando-os no quadro do Município. Trata-se de contratar profissionais para a organização de tarefas que têm carácter permanente e duradouro, e que não são de modo algum transitórias, e por tal motivo sujeitas a contratualizações sem prazo.

Medida, que além de promover uma maior estabilidade laboral dos profissionais, incentivando assim o emprego, permitiria uma maior e mais correcta gestão dos dinheiros públicos inerentes às comparticipações por aluno, no montante que pode ir dos cem euros a duzentos e sessenta e dois euros e meio, aluno/ano, suportado pelo Estado via Ministério de Educação. E só assim se evitará a má utilização dos dinheiros públicos, podendo inclusive, através de concursos internacionais, a comparticipação recebida do Ministério da Educação servir para engrossar o cofre camarário, e para enriquecer algumas empresas privadas em detrimento dos interesses públicos, já que, como é norma, essas empresas irão "buscar" profissionais especializados e baratos, provavelmente através de recibos verdes, logo sem qualquer vínculo contratual com a entidade que o recruta, e podendo ser dispensáveis em qualquer momento ou em contratos precários, a preços inferiores ao que deveriam receber, sem direito a férias, subsídio de férias, de alimentação e de Natal, e aumentado assim o elevadíssimo número de empregados precários existentes no País. E tudo isto com o nosso beneplácito.

Assim, por este meio, solicitamos ao senhor Presidente da Câmara de Leiria, que nos esclareça se estiver a ouvir, sobre a seguinte questão:

Pensa ou não no próximo ano, promover a contratação directa dos professores/animadores das AEC's, por parte da Câmara, como acontece em alguns Municípios, medida que além de promover uma maior estabilidade laboral dos profissionais, incentivando assim o emprego, permitiria uma maior e mais correcta



gestão dos dinheiros públicos, inerentes à comparticipação por aluno suportada pelo Estado.

Como é do vosso conhecimento, o Bloco de Esquerda tem como uma das prioridades o combate pela reabilitação da Linha do Oeste, como veículo fundamental para o desenvolvimento da zona Oeste e bem-estar das suas gentes. Por isso, integramos, com outros partidos, a comissão promotora de uma petição para entregar na Assembleia da República, da iniciativa de um grupo de cidadãos de Leiria.

Cumprimos a nossa parte e compete-nos informar que o objectivo proposto por quatro mil assinaturas foi ultrapassado, e brevemente será entregue na Assembleia da República.

Neste momento, não se conhece o número real das assinaturas, porque até agora, mais nenhum dos partidos que participaram na iniciativa entregou as assinaturas que recolheu, se é que as recolheram, presumindo-se que o montante final possa ser substancialmente alterado. Pelo que, aguardaremos até meados de Outubro, para que a entrega se efectue com todas as colaborações.

Em atalho de foice, quero registar o desagrado, com que o Bloco registou as recentes posições do PSD e do PS, ao votarem conjuntamente contra a proposta de aditamento apresentadas pelo Bloco ao PIDAC e em relação à reabilitação da Linha do Oeste.

Com uma frequência pouco saudável, surgem notícias de problemas graves na Leirisport. Há pouco, com o arrendamento do campo, depois com os dinheiros gastos com os contratos mais do que leoninos, efectuados por dirigentes da mesma, no caso mais recente no contrato assinado pelo então Presidente do Conselho de Administração, José Benzinho, por valores muito elevados em relação aos preços de mercado, a ex-trabalhadores da própria empresa. Embora o senhor Benzinho venha justificar tal contrato como sendo "mais barato que a situação anterior para a empresa", o actual administrador diz a respeito e passo a citá-lo " é um valor astronómico especialmente para o tipo de serviço prestado", bem certo é que não basta que a mulher de César seja honesta, é preciso que o pareça.

Finalmente, esperamos que nesta Assembleia seja agendada pelo responsável da maioria, a reunião referente à Leirisport, já que aguardamos a sua marcação pelo menos desde Fevereiro deste ano, preocupa-nos esta atitude, demonstrativa da pouca vontade em se avançar com o funcionamento da Comissão.



Já tinha isto escrito, e hoje fomos contactados para uma reunião a efectuar, julgávamos que o responsável devia ser o responsável da maioria, mas pelos vistos manteve-se a situação da anterior Comissão.

Senhor Presidente, agora tenho aqui duas moções, não sei se devo apresentar agora se posteriormente...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

É melhor já mas já excedeu largamente o seu tempo senhor deputado....

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Cinco minutos...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Já gastou dez minutos, mas os senhores deputados me dirão.

Pode ler as moções senhor deputado.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

MOÇÃO:

Em defesa dos Direitos Humanos, pela inclusão e justiça social contra a xenofobia e o racismo

Considerando que:

1 Nos últimos meses, assistimos um pouco por toda a Europa, a estigmatização das minorias étnicas e/ou nacionais que culminou em expulsões em massa de cidadãos por causa da sua pertença étnica;

2 Que o direito de todos os cidadãos da União e dos membros de suas famílias de circular e residir livremente em toda a UE constitui um pilar da cidadania europeia;

3 Que estas medidas adoptadas em relação às minorias étnicas e/ou nacionais estão envoltas em justificações abertamente discriminatórias que podem conferir credibilidade a declarações racistas e xenófobas e acções de grupos da extrema-direita;

4 A discriminação institucional e social de que são vítima as minorias étnicas e/ou nacionais que as empurra para a pobreza, a exclusão e a marginalidade;

5 A situação de precariedade social em que vivem a larga maioria de populações das minorias étnicas e/ou nacionais o endurecimento das políticas de gestão da mobilidade e a ausência de uma orientação estratégica para uma política



de combate à exclusão social;

6 A urgência de uma política de habitação que não “esconda” a pobreza em zonas sem valor fundiário e urbanístico; e que privilegie a recuperação e ocupação dos bairros históricos das cidades pelos que são marginalizados pela especulação imobiliária e fundiária;

7 Esta política desrespeita os direitos humanos e põe em causa os direitos, as liberdades e as garantias, e favorece e legitima os populismos xenófobos e racistas, como demonstra a subida da extrema-direita racista nas últimas eleições europeias; O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Leiria, na sua reunião de 24 de Setembro de 2010, decida deliberar:

1. Reafirmar que o Município de Leiria rejeita todas as formas de discriminação e zela pelo princípio da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, religiosa e cultural;
 2. Associar-se à condenação expressa pelo Parlamento Europeu e demais instituições, considerando que estas práticas violam os tratados, a legislação comunitária e os direitos humanos;
 3. Reafirmar a necessidade de o Município de Leiria e de todas as cidades europeias assumirem o compromisso político inequívoco de promover uma política inclusiva e de igualdade de tratamento, assente no respeito pela diversidade cultural
- A outra Moção é em relação à Mobilis e passo a ler:

MOÇÃO

Considerando que:

Estando em plena semana de mobilidade e sabendo que o Mobilis é um dos pilares da Câmara de Leiria na promoção da sua rede de transportes colectivos.

Sabendo que a cidade de Leiria continua a ser fustigada por inúmeras filas de trânsito em horas de ponta, pelo que a rede Mobilis é uma alternativa relevante à circulação dentro da cidade.

Sabendo que as populações de algumas malhas urbanas da Cidade, ainda não abrangidas pela rede Mobilis, reclamam a extensão dos percursos, justificando que se tratam de áreas populacionais com significativa dimensão.

Sabendo que tem sido prometido pelo executivo e aliás alvo de estudo a reformulação da rede Mobilis e ao plano rodoviário de Leiria, no intuito de otimizar a rede existente, estando o IPL envolvido nessa reflexão.

Considerando que mesmo em algumas das linhas já servidas pelo Mobilis, as

10-09-24 AM



populações tem reclamado o alargamento dos horários de circulação, de forma a permitir que abranjam as suas necessidades, como é o caso dos alunos da ESTG e os trabalhadores do Shopping Leiria, que saindo depois das 23 horas não dispõem de transporte para cidade, o Bloco de Esquerda vem por este meio apresentar uma proposta de moção, a ser aprovada por esta Assembleia Municipal, no sentido de deliberar:

-A extensão da rede Mobilis ao novo Centro Comercial, ao IPL, e aos equipamentos escolares ou equipamentos de saúde que não sejam servidos pela actual rede Mobilis;

-O alargamento do horário de funcionamento do sistema até ao período nocturno, cuidando-se pela sincronização do funcionamento dos autocarros com o horário de encerramento dos centros de actividade que as carreiras servem (Exemplo: se o objectivo é servir o Shopping, que encerra às 24h, saindo muitos dos funcionários há 01 horas, então a última carreira deve passar lá, por exemplo, às 01h10 ou 01h05), facto que beneficiaria mesmo a criação de emprego, pois muitas das ofertas disponíveis são recusadas por dificuldades de transporte

-A articulação do direito ao transporte no Mobilis com a utilização de alguns parques de estacionamento, considerados como dissuasores, para efeitos de utilização do automóvel no centro da cidade. Estamos a pensar, por exemplo, em parques de estacionamento existentes no IPL ou no estacionamento junto ao Estádio, relativamente aos quais poderia ser concedido o direito a realizar uma viagem de ida e volta para quem estacionasse o seu veículo nesses parques;

-Por último, que o executivo projecte a extensão da ciclovia já existente até à estação de Caminhos de Ferro e do outro lado até às Cortes aproveitando as obras que estão a ser feitas na estrada da Estação e das Cortes, assim como a construção de outras (Barreira, Parceiros, etc.).

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Curado e Silva.

DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)

Boa noite.

João Curado e Silva, PSD.



Senhor Presidente da Assembleia, distinta Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados.

Eu trago aqui apenas uma questão para o senhor Presidente, que me faz alguma confusão, e acho que é um pouco sintomática do estado em que a Câmara está a trabalhar.

No dia 9 de Fevereiro, penso eu, uma reportagem do programa "Nós por cá", na SIC, foi mostrar o estado em que estavam as salinas da Junqueira, na Sismaria, Monte Redondo. Na altura pude ouvir a reportagem que revi ontem, a Câmara alegou e até se entendia, que não tivesse conhecimento da situação, porque esta Câmara está há pouco tempo. Passaram-se sete meses e fui lá hoje, aquilo é um matagal, nem se consegue andar.

Para quem não sabe aquilo teve a ver com um projecto internacional, ligado à exploração de sal, um projecto que foi financiado, e é uma pena ver o dinheiro que lá foi investido e aquilo está a cair, sem exagero, senti-me uma daquelas pessoas que está no meio da selva africana, nas cidades abandonadas, em que não se consegue andar no meio de tanta cana, tanta silva, tanto lixo.

Eu indaguei na altura, e disseram-me que iriam começar brevemente as obras de manutenção, neste momento está num estado em que ou se deita tudo abaixo ou se faz praticamente de novo, a manutenção já não vale a pena. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora tem a palavra o senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Boa noite.

Carlos Guerra, PCP.

Praticamente com o primeiro ano de mandato já passado, somos obrigados a constatar que o saldo político da acção do executivo é negativo para o concelho, e já se sente o clamor da insatisfação a atravessar diversos sectores da sociedade leiriense, clamor que não pode ser escondido ou sequer escamoteado.

As razões da insatisfação são muitas e em várias áreas, são freguesias descontentes porque se sentem prejudicadas e até preteridas, são associações gravemente lesadas porque o executivo não cumpriu as obrigações anteriormente assumidas de apoio à vida associativa, aprovados no mandato passado, por unanimidade, onde se

10-09-24 AM



encontrava o actual Presidente, com o corte unilateral de apoios sem diálogo, em mais uma atitude de autocracia e prepotência. São pais, outros encarregados de educação e professores descontentes com a diminuição e corte de apoios, os atrasos de diversas actividades do 1º ciclo, o início de obras em escolas em cima da abertura do ano lectivo, inevitavelmente atabalhado. É a vontade de suspender a atribuição de apoios à realização de pequenas obras de reabilitação no Centro Histórico da cidade, é a inconsistência de avulsas e inconsequentes actividades para o centro da cidade, em vez de na política resultante do debate democrático sustentada em acções estruturadas de valorização no Centro Histórico e de todo o centro da cidade.

É a vontade de alienar os SMAS e a entrega de bandeja do sector das águas de Leiria à Águas de Portugal, como primeiro passo para a sua futura privatização com pesadas futuras consequências para a população.

É a continuação do abandono a que está votada a Freguesia de Marrazes e a tentativa de despejar para lá aquilo que alguns julgam ser incómodo no centro, ressuscitando mesmo velhas propostas disparatadas em prejuízo da mata.

É a degradação da qualidade de vários espaços verdes e de lazer municipais. É a degradação do serviço de limpeza pública em várias zonas, é no atender às justas reivindicações, a indisponibilidade do serviço Mobilis numa parte substancial da cidade, nomeadamente na Cruz d'Areia e na esmagadora maioria da Freguesia de Marrazes.

É o caso atribulado do autocrático processo de reestruturação de serviços, é a permanente e já fastidiosa desculpa da falta de recursos financeiros que visa apenas desculpabilizar do incumprimento dos compromissos eleitorais. É o sigilo à volta do acordo entre a Leirisport e a União Desportiva de Leiria SAD, quando este tem de ser público porque o estádio e a Leirisport são municipais.

É uma política de extravagantes devaneios sobre equipamentos culturais, enquanto praticamente transcorrido um ano de mandato o que sobressai é a amputação do Centro Cultural de Marrazes, e a real incapacidade para ter dado conteúdo aos museus já abertos. Sonha-se com bonecos de cera e somos incitados a visitar arquitecturas do MIMO, paredes apenas, porque não há museologia nem museografia.

No entretanto, o espaço do castelo é vulgarizado com banalidades mundanas, em vez de ser intervencionado numa acção arqueológica global que nos permita conhecer muito mais sobre a acrópole leiriense e a história do nosso território.



Já tivemos o D. Manuel, agora temos o D. Dinis, ficámos a saber que vamos ter a D.^a Inês, e a seguir pode vir a D.^a Isabel, com ou sem rosas, mas de preferência com pão, porque estes tempos de políticas de direita não estão para outra coisa.

Em vez de acção cultural que, parafraseando Bento Jesus Caraça, contribua para a formação integral do indivíduo, o que temos são espectáculos de variedades. A isto acrescenta-se a negligência com o património, de que são casos paradigmáticos o processo da Capela das Chãs e o abandono do importante projecto do Museu de Arqueologia. É também a falta de iniciativa e empenho desta maioria na resolução de grandes constrangimentos ao nosso desenvolvimento, particularmente no que respeita à despoluição da Bacia do Lis, incluindo o tratamento dos efluentes suinícolas, à modernização da Linha do Oeste, à criação da universidade pública, ao aproveitamento do potencial agrícola do Vale do Lis, à luta contra os exorbitantes custos dos factores energéticos para o nosso tecido industrial, à construção do Parque Industrial de Monte Redondo, à defesa da Mata dos Marrazes, e à defesa dos interesses de Leiria no contexto regional e nacional.

Por agora fiquemos por aqui, com este rol de razões que nos fazem afirmar que Leiria precisa realmente de uma verdadeira mudança.

Tenho também um **requerimento** para apresentar ao senhor Presidente que diz o seguinte:

Num suplemento recentemente publicado por um jornal local, o senhor Presidente da Câmara diz textualmente que “já existe um espaço para o novo terminal rodoviário, basta apenas que a empresa chegue a acordo com os eventuais investidores que pretendem adquirir o edifício onde funciona actualmente a Rodoviária”.

Porque presumimos que isto não é mais um sonho do senhor Presidente;

Porque esta Assembleia detém altas responsabilidades em matéria de planeamento, nomeadamente no âmbito do ordenamento do território e urbanismo (artigo 53.^o, n.º 3 da Lei n.º 169/99);

Porque este assunto já aqui foi abordado por nós e não foi indicada qualquer localização, o PCP requer que o senhor Presidente da Câmara informe esta Assembleia da localização exacta a que se referia no citado artigo.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora tem a palavra o senhor deputado João Cunha.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Eu venho aqui hoje falar de ruído, obviamente que não é do ruído em volta do Orçamento de Estado, é um ruído que todos estão já cansados de ouvir, não vou falar também sobre o ruído que existe em volta da forma como o ano lectivo, na nossa região, acabou por ser submetido, mas venho falar de uma questão mais objectiva que é a questão do ruído existente na nossa cidade.

Neste momento têm-me chegado vários testemunhos de que, em determinadas zonas da cidade, nomeadamente no Centro Histórico, de um intensificar, digamos assim, de um ruído que está a impedir largas franjas da população de ter aquilo constitucionalmente poderíamos designar de o direito ao descanso. E isto é algo que está a agudizar-se, não só derivado de situações de lazer, de outros cidadãos que entendem que o seu lazer deve-se sobrepor ao descanso dos outros, mas também, e era este aspecto que eu queria realçar, em relação à circulação progressiva de veículos que fazem actividades quer de recolha do lixo quer dos outros elementos de resíduos, nomeadamente embalagens, etc.

Há zonas da cidade onde os camiões que fazem este percurso o fazem com algumas horas de intervalo, vamos imaginar que à meia-noite passa o camião para recolher as matérias do vidro, faz o barulho que todos conhecem, às três da manhã passa o camião que vai retirar o papelão, às cinco e meia ou seis da manhã passa o outro que vai recolher o plástico ou outra coisa qualquer, depois passa ainda o camião dos resíduos sólidos, etc. Portanto, isto para quem efectivamente pretende descansar porque tem que trabalhar no dia seguinte, é qualquer coisa de dramático. Há pessoas que, em determinadas zonas da cidade onde o eco do passar destes camiões se intensifica e entra pelas habitações a dentro, realmente se queixam de que esta é uma situação real, que é diária e portanto daí a minha pergunta sobre a forma de como é que isto pode ser articulado para que possamos dar o direito ao descanso às populações que assim o pretendem. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

A senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

10-09-24 AM



Começaria pela abertura do ano escolar e não posso deixar de dizer que a autorização que esta Assembleia aprovou para o executivo avançar com o concurso internacional para o fornecimento de um conjunto de serviços às escolas, foi a medida correcta. Isso permite, por um lado, com rigor e transparência fazer a contratualização destes serviços, contrariamente àquilo que foi hábito durante anos, em que esta contratualização não era feita deste modo, e, era feita pelo fraccionamento da despesa.

Os serviços estão, penso que, a funcionar sem grandes queixas, exige agora que a Câmara monitorize esta actividade e garanta a estabilidade e o cumprimento daquilo que foram a contratualização com as diferentes empresas. É evidente que o acompanhamento pedagógico daquilo que é a acção para a música, para a expressão físico motora, para o Inglês, competirá a cada um dos agrupamentos fazê-lo com rigor e com determinação, e, disso dar conta desta acção à Câmara Municipal para saber também, nesta articulação, da qualidade dos serviços que estão a ser prestados. Relativamente às refeições portanto, manter a monitorização desta actividade que terá de ser feita também em articulação.

Uma nota também bastante positiva, para um conjunto de problemas que foi resolvido já no início do ano, problemas velhos de transporte dos alunos. Quem não se lembra, provavelmente quem não circula na cidade a estas horas, muitas vezes há um quarto para as oito haver já miúdos na cidade que vinham das freguesias para as escolas aqui no centro da cidade, a circular, eu diria a deambularem, pelo centro da cidade, e que neste momento isso não acontece, é sinal de que os problemas dos transportes, muitos deles, foram resolvidos.

Relativamente ao balanço que de algum modo o senhor deputado do PSD e o senhor deputado do CDS/PP fizeram, em jeito de balanço, destes onze meses da Câmara Municipal e desta Assembleia Municipal, eu gostaria aqui de referir apenas o seguinte:

É evidente que, dos opositores políticos, espera-se que apontem os erros, não se espera que apontem aquilo que de facto correu bem ou não se espera que eles também digam o estado em que a autarquia recebeu as finanças, que de facto dificultou toda a acção do executivo. Não falou portanto, da situação caótica que se vive em termos financeiros, não falou da situação que as Juntas de Freguesia herdaram e que foi bem expressa aqui pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, uma carta escolar que não serve, um saneamento que está por fazer,



um pavilhão gimnodesportivo que tarda em ser concluído, espera a oposição que em onze meses este executivo resolva os problemas que foram sendo acumulados durante décadas, todos sabemos que isso não é possível. Estamos aqui para fazer o acompanhamento e a fiscalização daquilo que é a acção da Câmara, mas também sabemos das dificuldades e da forma como herdou este executivo as finanças da autarquia, que não lhe permitem qualquer acção, enfim, que lhe permita ultrapassar num curto espaço de tempo aquilo que foram problemas que foram sendo acumulados durante anos e anos.

Velhos problemas foram aqui elencados pelo senhor deputado do PCP, como a linha do Oeste, enfim, o saneamento, a iluminação pública, enfim, todos esses, mas sabemos que em onze meses, sem dinheiro, não se resolve o problema que foi sendo acumulado durante anos e anos, e nessa altura não havia problemas de ordem financeira. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

O senhor deputado Pedro Biscaia para terminar.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite a todos.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Ainda bem que é para terminar porque eu apenas venho aqui, talvez contrariando o protocolo, talvez contrariando os hábitos desta Assembleia, mas venho apenas salientar um facto feliz de alguém que todos conhecemos nesta Assembleia, e que, é um exemplo de esforço, de determinação pessoal, que não deixando de cumprir com rigor as suas responsabilidades profissionais, conseguiu, digo, com grande esforço, alcançar a sua licenciatura. E, peço desculpa desta minha intervenção tão simples, mas estou-me a referir à Teresa Pinto, responsável pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

As inscrições terminaram senhor deputado.

Terminou o período de antes da ordem do dia. Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, apenas uma nota.



Um deputado manifestou aqui estranheza porque o mesmo partido preside à comissão da Leirisport, deve ter sido distração em relação ao que aprovámos na última reunião. Há três comissões criadas e são coordenadas por ordem de criação pela ordem de eleição dos partidos na assembleia. Portanto, a primeira comissão criada é presidida pelo representante do Partido Socialista, a segunda comissão criada é presidida pelo representante do PSD, a terceira comissão criada é presidida pelo representante do Partido Socialista e assim se seguirá, utilizando a ordem de eleição dos deputados. Aprovámos isso na última Assembleia Municipal, os responsáveis dessas comissões foram notificados de que podem convocar as reuniões, e, a partir daqui está nas mãos deles que as comissões funcionem, apenas me penitencio de o não ter feito durante as férias de Verão, deveria tê-lo feito, mas achei que as férias de Verão não seriam o melhor momento para pôr em funcionamento essas comissões, mas já foram notificados os coordenadores respectivos para poderem desencadear esses procedimentos. Salvo erro, quem preside à primeira comissão que tem a ver com o processo de construção daquele edifício onde é a Rodoviária Nacional é o senhor deputado António Sequeira, quem preside à comissão da Leirisport, salvo erro, é o senhor deputado Francisco André, e quem preside à comissão para as questões relacionadas com a energia eléctrica é o senhor deputado Rui Silva. E seguir-se-á este método, adoptámos o método que é utilizado na Assembleia da República, e toda a Assembleia aceitou que era um princípio correcto e coerente.

Senhor Presidente da Câmara, antes de votarmos as moções quer responder a alguma questão? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Boa noite a todos!

Queria cumprimentar todos os membros desta Assembleia, e começaria, tentando não ocupar muito espaço neste tempo, queria começar por referir-me à intervenção do senhor deputado Manuel Antunes, que efectivamente temos relações extra Assembleia, de alguns anos, e que pode servir de exemplo para a elegância que pode haver no nosso diálogo, em termos políticos com as nossas divergências, mas que ainda conseguimos aguentar qualquer tentação de divergência pessoal.



Transmitir-lhe-ei para o seu mail, se não se importar, se aceitar, informação sobre o que aconteceu acerca dos computadores, eu pedia-lhe que me dispensasse de o referir aqui em público, depois fará o que entender com essa informação.

Quanto ao Plano de Acção Social e ao QREN, não faço a mínima ideia porque é que não chegou enfim aos requerentes, rapidamente solucionaremos esta questão.

Quanto ao senhor deputado e Presidente da junta de Freguesia da Bidoeira, vive o mesmo tormento que todas as outras freguesias deste concelho são as dificuldades financeiras, são problemas herdados, são situações complicadas, às quais a própria autarquia não tem até ao momento a capacidade de ajudar a resolver. Basta ver o orçamento que foi apresentado, os tais cento e vinte e sete milhões, tem aí no relatório financeiro o montante da receita e alertámos para essa situação, o montante da receita feita no primeiro semestre, para perceber as dificuldades que temos. Não vale a pena tentar branquear o passado, esperamos que dentro de algum tempo os relatórios das diversas inspecções sejam presentes a todos vós.

Quanto ao senhor deputado Francisco André, diria que tenho muita pena de dizer-lhe isto, é que muitas vezes contando mentiras podem-se transformar em verdades, e não queremos contribuir para isso. Quanto à gestão de recursos humanos, como toda a gente sabe, cá estaremos para mostrar resultados e naturalmente que deve ter em devida conta que não se pode querer agora aquilo que no passado não foi feito, e portanto essa responsabilidade da forma de gestão, será da nossa responsabilidade e em devido tempo aqui prestaremos contas.

Vamos então àquilo que me parece que está enfim, a tentar enganar-se a opinião pública face àquilo que está escrito, face a todo um histórico que tem a ver com o contrato da União de Leiria SAD e a Leirisport.

É público que se inverteu o modelo de contrato para a utilização do estádio municipal de Leiria. Olhando para o relatório de análise da época anterior, verificou-se que, a forma como estava acordado a utilização do estádio, verificou-se e falando agora em números, que houve uma receita de bilheteira de quatrocentos e trinta e sete mil seiscentos e vinte e um euros e quarenta e seis cêntimos. E este montante foi distribuído 59% para a União de Leiria SAD, e 41% ficou na Leirisport. E desses 41% da Leirisport, cento e oitenta mil euros números redondos, a Leirisport suportou com segurança 50% e nas outras 100% da despesa, isto é, limpezas, água, electricidade, recursos humanos, bilhética, relvado, esquecendo-se de uma coisa que fizemos este ano, é que há mais custos para além disto, há encargos financeiros e há



amortizações. E foi com base nisso, e face à previsão, e o dado que tínhamos da receita do ano anterior, que se tomaram um conjunto de medidas que passarei a citar, que redundam numa prestação de serviço que a Leirisport faz à União de Leiria SAD, disponibilizando um espaço, é a mesma coisa que se faz nas outras estruturas. Olhando para aquilo que se diz, cem por cento de receita para aqui ou para acolá, eu leria aqui alguns excertos daquilo que é um contrato perfeito entre a União de Leiria e a UNICER, este contrato tem correspondência e cito as datas, para perceberem o que temos em causa, no dia 17 de Setembro de 2009, em que é remetido a um administrador da Leirisport, Dr. João Paulo Empadinhas:

" No seguimento da reunião desta manhã com Vossa Excelência, senhor João Bartolomeu, servimo-nos da presente para informar que esta sociedade propõe ceder à Leirisport 25% do valor do contrato de patrocínio rubricado pela UNICER."

No dia 18 de Novembro de 2009, é remetido ao Dr. Pedro Nogueira:

"No seguimento do combinado anexamos contrato rubricado entre esta sociedade e a UNICER." E o que é que diz este contrato?

Um contrato de patrocínio, tendo em vista um conjunto de regras que passam por garantir a designação oficial da bancada Poente, ou seja, bancada/tribuna presidencial do estádio com bancada SuperBock, diz também que fica garantida a exclusividade de patrocínio de visibilidade na categoria de cervejas e de águas, decorar em regime de exclusividade o anel intermédio/segunda linha de bancada, decorar entradas da bancada, decorar em regime de exclusividade o anel inferior, decorar anel de linha de camarotes, enfim, etc., etc., muitas outras condições que podemos disponibilizar depois ao líder da bancada do grupo municipal do PSD, e que, tinha em vistas um patrocínio pela colocação no Topo Norte da publicidade da UNICER no valor de duzentos e noventa mil euros. Este contrato foi rubricado entre a União de Leiria SAD e a UNICER, foi aceite pela Leirisport a contrapartida de 25%, e foi remetido portanto à própria Leirisport o teor de todo o contrato. Isto é um contrato que vai até à época 2011/2012. E sabemos isto porque então, se este contrato foi angariado pela União de Leiria, revertendo pela utilização do espaço do estádio 25%, é fácil chegar ao contrato assinado este ano e que tem um conjunto de cláusulas onde se pode ler "Cláusula X – Publicidade" como é que isto funciona, ou seja, aquilo que se tentou foi de um lado os custos estimados de utilização de um dia de jogo, e estabeleceu-se um valor de dezassete mil e quinhentos euros que a União de Leiria terá que pagar. Estabeleceu-se ainda que por cada treino tem que pagar



quinhentos e vinte euros, essa receita é equivalente ao custo da despesa que a Leirisport tem pela cedência do estádio naqueles dias.

No que respeita à publicidade, aquela que é angariada pela Leirisport fica com 75% e dá 25% à União de Leiria SAD, aquela que é angariada pela União de Leiria SAD inverte-se, dando 25% à Leirisport, porque é obvio que, essa publicidade ocorrerá por via de se fazer lá jogos de futebol, porque se não se fizer lá jogos de futebol com certeza que nenhum patrocinador ali investirá.

Tem mais um conjunto de regras que era aquilo que vinha de trás. Eu queria explicar porque este tema vai ser objecto de uma reunião especial dentro da Câmara, aliás achei curioso, que os termos utilizados fossem praticamente iguais àqueles que passaram dentro da reunião de Câmara. Mas só para dar conta que há um contrato, há documentos, e portanto é fácil fazer essa identificação.

Diria depois ao deputado Domingos Carvalho, que em relação ao PAAD o PAAD é o mesmo que veio à correcção de valores, e portanto, é o que vem de trás.

Diria também que, em relação à matéria que nós coloca do cruzamento Mata/Santiago, naturalmente que vamos ver e perceber se é possível ali fazer alguma coisa, e conjugando as vossas duas intervenções sobre AEC's, seja do senhor deputado Domingos Carvalho seja do senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, daria depois, se o senhor Presidente me permitir, a palavra ao vereador da Educação, Gonçalo Lopes.

Em relação à intervenção do senhor deputado João Curado sobre as salinas na Junqueira, aquilo que é sabido é que realmente foi vandalizado e portanto tinha sido feito esse levantamento. Vamos ver a capacidade de resposta para este efeito.

Quanto ao senhor deputado Carlos Guerra, queria-lhe dizer que efectivamente mais uma vez está em equívoco, porque todas as obras do PALOR estão em vias de ficarem consignadas, incluindo o próprio Convento de Santo Agostinho, estas obras do PALOR têm que estar prontas até Julho de 2011, vamos dar tempo ao tempo para efectivamente podermos saber quem é que cumpre ou não cumpre.

Quanto à situação das freguesias, já referi há pouco, não vale a pena repetir, estamos a envidar esforços para tentar regularizar os compromissos que estão assumidos pela autarquia, e como é óbvio outra coisa não seria de esperar.

Quanto ao senhor deputado João Cunha, em relação aos carros do lixo, efectivamente já alertámos porque já houve reclamação também, a empresa que



tem a recolha do lixo, não se o problema é dos transportes, se é do ajustamento dos horários, naturalmente que vamos reforçar esse alerta.

Por último, peço desculpa ao deputado José Francisco, não percebo, justificaremos depois, o problema tem a ver com a introdução de equipamento na reconstrução do antigo Hotel D. João III, naturalmente que será prestada, rapidamente, a mesma resposta.

Senhor Presidente se permitir, em relação às AEC's, dava a palavra ao senhor vereador Gonçalo Lopes.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Com certeza senhor Presidente pedia só ao senhor vereador que fosse rápido porque a Câmara também já excedeu o seu tempo.

GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)

Boa noite, Gonçalo Lopes.

Senhor Presidente da Assembleia, excelentíssimas senhoras e senhores vereadores, caros deputados.

Teria muito para dizer porque efectivamente a Educação é uma prioridade para este Município e sobretudo representa para as autarquias, nos dias de hoje, enormes responsabilidades que lhes são atribuídas legalmente. E posso resumir em dois ou três aspectos fundamentais: alimentação, AEC's e transportes escolares.

No que diz respeito às AEC's estamos a falar num volume de investimento que ronda os oitocentos mil euros anualmente. O que é que aconteceu com as AEC's? E por isso é preciso fazer história para que todos os deputados percebam a complexidade que foi o início deste ano escolar e a necessidade de se realizar um concurso público internacional. Há três AEC's que são fundamentais no 1º ciclo. O Inglês, a Actividade Física Desportiva e a Música. O que é que era feito em anos lectivos anteriores?

Sabendo naturalmente que o Inglês é igual, seja na escola da Carreira ou na escola da Chainça, este tipo de despesa é despesa que tem que ser somada num único concurso. E o que é que anteriormente o executivo fazia? Fazia uma coisa simples, subtraía e fraccionava a despesa, e dividia aquilo que devia ser uma aquisição global por nove ajustes directos. Este é o exemplo para o Inglês.

Perante esta situação, e que detectámos já no início do mandato, que no meu entender e também no entender de juristas que consultam isto e dos próprios



abastecimentos, isto perfaz uma profunda ilegalidade, isto é fraccionamento de despesa, porque despesas iguais têm que ser somadas e depois de somadas temos que saber em que tipo de procedimento concursal tem que ser afecto. E somando, por exemplo, o Inglês, no ano lectivo que terminou no passado e que foi lançado pelo anterior executivo, as AEC's de Inglês iriam custar perto de duzentos e cinquenta mil euros. Para quem não sabe, as normas de contratação pública dizem que até setenta e cinco mil euros é possível fazer ajustes directos, acima de setenta e cinco mil euros concurso público, acima de cento e trinta e três mil euros terá que ser concurso público com publicação internacional. Pois bem, em todos os anos lectivos passados estávamos perante esta situação! E o que é que se fazia? Faziam-se ajustes directos porque era mais fácil, violando as regras da concorrência e da transparência, e é isto que esta Câmara não quis fazer este ano lectivo, e fez aquilo que é o mais difícil e que nunca teve a Câmara coragem de fazer, um concurso público internacional para as AEC's e para as refeições. Porque é que há problemas nestes concursos? Porque são difíceis de fazer em prazo de duração que ultrapassa o de um simples ajuste directo, obrigou em 10 de Abril a começar a preparar estes concursos. Qual é o problema fundamental de que resulta isto? Resulta que naturalmente os ajustes directos/acordos de colaboração, que perfaz o mesmo sentido, ou seja, para não ir à lei da concorrência ou ao mercado saber quem é que tem os melhores preços e as melhores condições, fazia-se o ajuste directo ou os acordos de colaboração. Os acordos de colaboração eram praticados na actividade física desportiva, aonde se direccionava os apoios directamente para clubes desportivos. Isso pode-se fazer até setenta e cinco mil euros, mas a partir de setenta e cinco mil euros para cima esse clube fica tapado, e por isso teria que ir a concurso. Foi o que se fez. Colocámos a concurso todos os lotes da actividade física desportiva, da música, e do inglês. E o que aconteceu foi muito simples, várias empresas concorreram, os clubes concorreram, o Orfeão concorreu para a música, e ganhou aquele que tinha o preço mais baixo e que tinha devidamente instruído o seu processo de candidatura. E portanto, assim muito simples foi o que aconteceu com os concursos das AEC's. E como havia algumas entidades que tinham o monopólio de algumas destas AEC's, não ficaram satisfeitas com a decisão, mas é da vida, ganhou o preço mais baixo, fez-se justiça, jogou a concorrência e sobretudo fez-se um concurso que, no nosso entender, está dentro da lei. E como acho que as consequências daquilo que foi feito no passado podem ser gravosas para o futuro do Município, porque no meu entender

10-09-24 AM



estamos a falar de despesas e contratos ilegais, não quis como responsável da Educação, que se voltasse a repetir o caminho do facilitismo. Seria muito fácil fazer ajustes directos e acordos de colaboração com clubes, com as entidades locais, mas estávamos pelo caminho errado, estávamos pelo caminho da falta da concorrência e da transparência. Isto foi o que foi feito nas AEC's, concursos públicos, está explicado, apenas um apontamento: é que para além dos nossos serviços de abastecimentos não terem experiência de contratação pública internacional, porque não havia experiência dentro da Câmara relativamente a este tipo de concursos, porque o hábito era o do ajuste directo, só para vos dar uma ideia...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor vereador peço-lhe que não seja longo...

GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)

Vou terminar senhor Presidente.

Refeições, o mesmo problema. O sistema de refeições, só para vos dar uma ideia para concluir. Em 2009/2010, ano lectivo, serviram-se quatro mil trezentas e trinta e duas refeições, cerca de 18% por dia, cerca de 18% dessas refeições foram asseguradas por empresas contratadas pelo Município, isto perfaz um montante de cinquenta e dois mil euros. Perguntam vocês, como é que foram contratadas essas empresas. Foi por concurso público internacional? Também não, ajuste directo, violando mais uma vez aquilo que são as normas da contratação pública.

O que é que nós fizemos neste ano? Concurso Público Internacional! Mais refeições a serem servidas, colocámo-las no mercado, ganharam as empresas que apresentaram o preço mais baixo.

Sobre a providência cautelar. A providência cautelar deste concurso resulta do seguinte:

A empresa que fica em segundo lugar tem um preço superior àquela que ganhou, e diz que a proposta da empresa vencedora por ter o preço mais baixo no seu fundamento, nomeadamente nos recursos humanos que afecta, não tem uma base de cálculo correcta. É nosso entendimento, do jurídico, e foi a defesa que apresentámos, é que nós só temos que julgar, em termos de júri, se o preço é mais baixo ou não, de todos os condicionamentos não eram condição de avaliação o



número de recursos humanos a afectar ao serviço, não fazia parte do caderno de encargos, e foi nessa base que fizemos a defesa.

Perante uma providência cautelar, o que restava ao Município era fazer junto do Tribunal Administrativo de Leiria, aquilo que é uma fundamentação sobre o interesse público do fornecimento de refeições, isto é, não poderíamos deixar de fornecer cerca de duas mil e trezentas refeições/dia, que estão a ser fornecidas actualmente por estas empresas. E por isso, está a decorrer em tribunal não só o processo da providência cautelar mas também esta resolução fundamentada, para saber a sua avaliação.

Teria muito mais para falar mas falei sobretudo sobre estes dois aspectos importantes que são aqueles que foram os mais polémicos, sobre as obras em Leiria no primeiro ano de mandato fizemos seiscentos e quarenta mil euros de investimento, em quarenta e cinco intervenções escolares, muitas delas essenciais, para a segurança dos jovens e crianças do nosso concelho. Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor vereador.

Tenho duas moções para colocar à votação, o requerimento será obviamente remetido à Câmara Municipal.

Uma moção apresentada pelo deputado Vitorino Vieira Pereira, já se deve m ter esquecido, leio apenas o texto da **moção**:

1. *“Reafirmar que o Município de Leiria rejeita todas as formas de discriminação e zela pelo princípio da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, religiosa e cultural;*
2. *Associar-se à condenação expressa pelo Parlamento Europeu e demais instituições, considerando que estas práticas violam os tratados, a legislação comunitária e os direitos humanos;*
3. *Reafirmar a necessidade de o Município de Leiria e de todas as cidades europeias assumirem o compromisso político inequívoco de promover uma política inclusiva e de igualdade de tratamento, assente no respeito pela diversidade cultural”*

Obviamente que antes de pôr à votação considerarei a possibilidade de alguém se pronunciar sobre estas moções muito brevemente, porque todos os tempos estão mais do que esgotados.



O senhor deputado por favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Obrigado senhor Presidente.

É apenas para indicar que a bancada do PSD se absterá nesta moção porque embora aceitando a maior parte dos princípios que estão na própria moção, entende que há considerandos que não são aceitáveis para nós. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado Amílcar Gaspar tem a palavra.

DEPUTADO AMÍLCAR GASPAR (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Amílcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, cidadãos.

Relativamente a este tema e a esta votação, gostava de deixar aqui um alerta.

Na minha opinião penso que só se fala em direitos e não em deveres nem obrigações, nomeadamente no que diz respeito a etnias. Infelizmente algumas freguesias têm alguns problemas com etnias, e nós vemos, pelo menos quem lida com esses problemas diariamente, só vêem direitos, direitos, e, nada de obrigações, nada de deveres, nada de compromissos com a sociedade, nada de pagamentos de impostos, rigorosamente nada. Eu gostava só de deixar aqui este alerta. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não está mais ninguém inscrito, eu vou pôr a moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com catorze votos a favor, trinta e oito abstenções e três votos contra, aprovar a presente Moção.

Uma segunda **Moção** dispense-me de ler os considerandos:

“ O Bloco de Esquerda vem por este meio apresentar uma proposta de moção, a ser



aprovada por esta Assembleia Municipal, no sentido de deliberar:

-A extensão da rede Mobilis ao novo Centro Comercial, ao IPL, e a os equipamentos escolares ou equipamentos de saúde que não sejam servidos pela actual rede Mobilis;

-O alargamento do horário de funcionamento do sistema até ao período nocturno, cuidando-se pela sincronização do funcionamento dos autocarros com o horário de encerramento dos centros de actividade que as carreiras servem (Exemplo: se o objectivo é servir o Shopping, que encerra às 24h, saindo muitos dos funcionários há 01 horas, então a última carreira deve passar lá, por exemplo, às 01h10 ou 01h05), facto que beneficiaria mesmo a criação de emprego, pois muitas das ofertas disponíveis são recusadas por dificuldades de transporte

-A articulação do direito ao transporte no Mobilis com a utilização de alguns parques de estacionamento, considerados como dissuasores, para efeitos de utilização do automóvel no centro da cidade. Estamos a pensar, por exemplo, em parques de estacionamento existentes no IPL ou no estacionamento junto ao Estádio, relativamente aos quais poderia ser concedido o direito a realizar uma viagem de ida e volta para quem estacionasse o seu veículo nesses parques;

-Por último, que o executivo projecte a extensão da ciclovia já existente até à estação de Caminhos de Ferro e do outro lado até às Cortes, aproveitando as obras que estão a ser feitas na estrada da Estação e das Cortes, assim como a construção de outras (Barreira, Parceiros, etc.)."

Antes ainda de perguntar se alguém pretende usar da palavra, permito-me chamar a atenção para um facto. O modo como a Moção está redigida não permite a sua apreciação por esta Assembleia, a menos que, o autor da moção queira escrever "proposta de moção a ser aprovada por esta Assembleia Municipal, no sentido de deliberar recomendar...", se não incluir a palavra recomendar não posso colocar a moção à votação, porque a Assembleia não tem poder para tomar esta deliberação. Podemos retirar a palavra "deliberar" e ficar só "recomendar". Concorde senhor deputado Vitorino Vieira? Concorde!

Pediu a palavra o senhor deputado Vítor Lourenço, peço-lhe também que seja breve.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Boa noite!

10-09-24 AM



Apenas para explicar que votaremos esta moção com uma abstenção, na medida em que, esta proposta, embora tendo aspectos positivos naturalmente, reconhecemos que sim, que tem, faz uma discriminação positiva em relação a alguns cidadãos de Leiria, porque é que havemos de estar a querer circuitos de Mobilis para a meia-noite e para a uma hora para servir um determinado público, quando o resto do concelho e o resto dos munícipes não são tratados de igual forma. Portanto, não faz sentido este tipo de proposta, julgamos nós, não tem equidade, embora alguns aspectos da moção possam ser realizáveis e estudados.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Vou pôr a moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com cinco votos a favor, quarenta e sete abstenções e um voto contra, aprovar a presente Moção.

Será enviado à Câmara Municipal, obviamente, vale o que vale, o resultado é este e dispenso-me de o interpretar.

Antes de entrarmos no período da Ordem do Dia gostava, se os senhores deputados e as senhoras deputadas não levam a mal, de fazer uma reflexão que levará apenas um minuto, tanto mais que fui alertado ou criticado se quiserem, por alguma parcialidade no poder que tenho de conceder o uso da palavra e de retirar o uso da palavra, sem deixar de recordar que o maior escândalo, desse ponto de vista, desta Assembleia que constituiu uma senhora Presidente da Junta exactamente de Leiria, falou vinte e cinco minutos numa sessão, eu lembraria isso, que fique registado em acta como resposta à observação que me foi feita, mas não era por isso que queria falar.

Eu ler-vos-ia que o nosso Regimento diz:

"A cada grupo político e conjunto de independentes com representação na Assembleia Municipal, é assegurado um período de tempo proporcional às suas representações (tenho adoptado o princípio de que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata têm o mesmo tempo). " O período referido no número anterior é



no mínimo de cinco minutos qualquer que seja o número de deputados que cada grupo ou partido possui, ou tratando-se de deputados independentes.

Ao Presidente da Câmara Municipal no conjunto das suas intervenções será atribuído metade do tempo que é atribuído ao grupo municipal mais representativo."

Portanto, a atribuição do uso da palavra é por partidos, tinha consciência disso quando disse há pouco quatro ou cinco minutos para cada deputado, porque fiz as contas e quatro minutos a cada deputado do PSD daria um uso de tempo de dezasseis minutos, não excederam muito, foram aos dezoito, estamos bem, cinco minutos a cada deputado do PS, que eram três, dava quinze minutos não os atingiram, foram aos oito minutos. Não estamos mal, os dois partidos mais pequenos teriam dois minutos cada um, excederam largamente, o Bloco de Esquerda utilizou doze minutos, o CDS utilizou dez minutos, e portanto, foi muito tempo.

A Câmara Municipal, com tolerância da minha parte, penitencio-me, excedeu larguissimamente porque teria direito a metade do tempo do maior partido o que significaria oito minutos.

Eu já fiz esta reflexão uma vez aqui. Nós estamos a chegar muito perto da meia-noite e meia, ainda não passámos do período de "antes da ordem do dia". Esta modalidade de funcionamento da Assembleia não serve!

Gostaria de deixar este alerta que é de carácter pedagógico, e peço aos líderes das várias bancadas que me concedam esta possibilidade que o Regimento aliás me dá, de ser mais disciplinador no tocante ao uso da palavra. Não faz sentido.

O período de "antes da ordem do dia" deve demorar uma hora, com intervenções de quarenta a quarenta e cinco minutos, que sobrem quinze minutos para a Câmara Municipal e para as votações. Passemos adiante.

ORDEM DO DIA

2. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra para discussão destes relatórios? O senhor deputado pretende apresentar um pedido que tem a ver com a ordem de trabalhos?



Deveria ter sido apresentado no período anterior, mas não há problema nenhum, pode fazê-lo agora.

Faça favor senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Senhor Presidente queria pedir a retirada do ponto n.º 3. Este documento foi disponibilizado aos elementos desta Assembleia ontem, às dezassete horas e catorze minutos, menos de vinte e quatro horas antes da Assembleia, embora não seja muito extenso, ao contrário das nossas expectativas, é um documento contudo denso, que necessita de reflexão, e tanto quanto sei, não foi a reunião do executivo. É um assunto demasiado importante para ser discutido apenas em vinte e quatro horas, e ainda que ele possa ser considerado com alguma premência, parece-me que em abono da qualidade dos nossos trabalhos e das nossas apreciações, deveria ser retirado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhoras e senhores deputados eu não tenho dois pesos e duas medidas, e não tinha uma posição quando estava na oposição e outra posição quando sou Presidente da Assembleia. Este ponto foi agendado na expectativa de que o documento fosse entregue dentro do prazo. Não foi entregue dentro do prazo, estava a aguardar que algum partido suscitasse o problema, o problema foi suscitado e com legitimidade, o ponto está retirado, sem sequer consultar a Câmara Municipal.

Em relação ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, pergunto se alguém pretende inscrever-se?

Faça favor senhora deputada Clarisse Louro.

DEPUTADA CLARISSE LOURO (PSD)

Muito boa noite!

Clarisse Louro, independente, da bancada do PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores jornalistas, senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores.



Atingimos o primeiro ano de mandato deste executivo camarário. Em tempo de balanço, vemos que nos relatórios hoje apreciados não há qualquer referência à Loja do Cidadão. Parece que o executivo entende que ainda não é tempo de sabermos o que se passa, mas se entende assim entende mal a nosso ver.

Um ano depois, apenas sabemos que não existe, que Leiria é a única capital de distrito sem Loja do Cidadão, e sabemos faz muita falta à população. Mas isso já sabíamos, de resto não sabemos mesmo nada. Quando entrará em funcionamento? Onde será instalada? São duas questões básicas que gostaríamos de ver respondidas, melhor, que já não é tempo de continuarem sem resposta.

A passagem da volta a Portugal em bicicleta por Leiria, com toda uma etapa, a penúltima, corrida em contra-relógio no concelho, constituiu um acontecimento que merece realce e um generalizado aplauso. A cidade e o concelho ganharam com isso, e não é o mérito da iniciativa que alguma vez será posto em causa, se bem que, não possamos deixar passar em claro o notório aproveitamento político que o senhor Presidente dele fez. Mas não pretendemos, longe disso, valorizar esse aspecto, afinal, a vida política é assim mesmo. Para retirar qualquer mérito à associação de Leiria, ao maior acontecimento do ciclismo nacional, os proveitos embora de sempre difícil quantificação são inquestionáveis, mas falta-nos os custos. O executivo vem dizendo que não há. Ora aqui está uma ótima notícia, não custou nada. Não estamos habituados a isso, por isso impõe-se a pergunta:

É mesmo verdade que não custou nada? Ou será que por portas e travessas iremos chegar a conclusão contrária?

As obras de construção do IC36 levaram ao abate de quatrocentos e dezoito sobreiros, espécie protegida e de relevante importância sistémica na Freguesia da Barreira, no lugar da Moura. Não se irá questionar se esse abate era inevitável, aceitamos que sim. Entretanto, a empresa concessionária do IC36 – Auto-estradas do Litoral Oeste, propôs por troca destes sobreiros o povoamento de 4,2 hectares de sobreiros mas na mata nacional da Machada, no Barreiro, distrito de Setúbal. Pois bem, a freguesia da Barreira e o concelho de Leiria fica sem os sobreiros, vê desvalorizar os terrenos por onde passa o traçado, e, a compensação vai para o Barreiro. A que propósito? Que sentido faz isto? O que é que o executivo fez perante este verdadeiro absurdo? Que explicação tem o executivo para que os novos sobreiros sejam plantados no Barreiro e não na Barreira?



Está em construção, no jardim do Solar do Visconde da Barreira, propriedade da Câmara Municipal, um edifício de dois andares destinado, ao que consta, a centro social da Associação Recreativa BARDEC. Consta ainda que, esta construção arrancou e está em curso sem o devido projecto aprovado pelos serviços competentes da Câmara Municipal. Acresce que consta que, a construção avança porque há autorização verbal do senhor vereador Lino Pereira.

Constando tudo isto, impõe-se perguntar ao executivo o que se passa realmente no jardim do Solar do Visconde da Barreira. Está de facto esta construção em curso? Com que critério foi o espaço atribuído àquela associação? Foi ouvida a população da Barreira a esse propósito? Está a construção devidamente licenciada?

Para concluir as nossas interrogações, gostava de referir o seguinte:

Recentemente, apenas com os votos favoráveis da maioria, foi aprovada a acta n.º 9 desta reunião de 12 de Abril que aprovou o Regulamento da Reorganização dos Serviços Municipais (ROSM) e o Organograma, porque os vereadores eleitos pelo PSD entendem que ela, a acta, não corresponde à realidade da reunião.

A maioria PS pretende fazer passar a ideia, que os vereadores do PSD alteraram o sentido de voto *a posteriori*, o que é simplesmente calunioso e atenta à honra e verticalidade do Professor Luciano de Almeida, então líder da nossa bancada, que me sinto, como colega também, no dever de o defender, dada a sua ausência e a impossibilidade de o fazer por ele próprio.

O Professor Luciano, porque o ROSM não estava então concluído, faltando mesmo as alterações propostas por dois vereadores da maioria, sempre sustentou a reserva de voto. Esta posição está claramente identificada nos registos áudio da reunião, pelo que, repudiamos com total veemência esta tentativa de subversão da realidade dos factos e diversão de responsabilidades. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhora deputada tinha pedido a palavra? Faça favor!

DEPUTADA CLARA MONTEIRO (CDS/PP)

Boa noite a todos.

Clara Monteiro, CDS. Eu prometo ser mesmo muito breve. Relembro o seguinte:

O senhor Presidente falou aqui, em tempos, que uma das suas prioridades era a diminuição da despesa, e disse também, que iria aumentar a receita, tinha ideias



para isso, e na altura já era expectável que tal não acontecesse, dadas as circunstâncias, infelizmente para todos nós, que isso não iria acontecer. Realmente as receitas correntes desceram e portanto isso não nos surpreende. Mas vamos então à razão da minha intervenção e vamos às despesas.

Disse aqui o senhor Presidente que iria diminuir as despesas, era uma das suas prioridades e que também iria ter muito rigor na gestão.

Ora, e vou só referenciar essas, as despesas correntes mais relevantes - aquisição de bens e serviços - e pessoal têm um peso de 71% nas despesas correntes totais. Então vejamos:

O acumulado a Agosto, relativamente à aquisição de bens em relação ao período homólogo teve apenas uma variação positiva de 86%, a aquisição de serviços teve também, referenciando o mês de Agosto, o acumulado relativamente ao período homólogo 14% ou 16%, não posso precisar, e, pessoal, 4%, ou seja senhor Presidente, contrariando aquilo que o senhor falou aqui nesta sala, há aqui um aumento destas despesas correntes, que são bastantes significativas, aliás até porque é um crescendo de 2006 até agora, essas três rubricas têm apenas uma aumento de mais de três milhões de euros, penso que é dinheiro.

Senhor Presidente é neste sentido que nós CDS, gostaríamos de ver esclarecida a justificação deste aumento e se o senhor tem medidas para implementar no sentido de inverter esta tendência. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Câmara!

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhora deputada Clarisse Louro, queria-lhe dizer que em relação à Loja do Cidadão depois de alguns anos para a poderem instalar e não o fizeram, a questão para nós é muito evidente, como aliás para nós tem sido dito desde o anterior mandato.

A Loja do Cidadão funciona como uma âncora. O ideal é conseguirmos instalá-la no centro da cidade, por uma razão simples. Se não forem tomadas medidas deste género, que permitam a instalação de âncoras, a zona central da cidade vai morrer. Portanto, estamos a tentar fazer um esforço para conseguir efectivamente instalar nesta zona. Não é fácil arranjar os espaços, a área solicitada são dois mil e duzentos metros, e portanto não tem sido fácil arranjar essa solução. Esperamos que dentro

10-09-24 AM



de algum tempo, estamos sempre com a esperança das coisas acontecerem, que possa haver uma boa solução para a cidade de Leiria e para todo o concelho.

Queria quase devolver-lhe a pergunta sobre os sobreiros para lhe dizer que o REPAC foi à Câmara em 2007, constava lá o arranque dos sobreiros, e ninguém se manifestou. A declaração de impacto ambiental foi em 2008, não aproveitaram também para referir isso, portanto, se a retirada dos sobreiros já estava prevista, devia se calhar ter havido a preocupação de saber onde é que haveria a compensação. Também viemos saber pela comunicação social que vão para o Barreiro. Mas agora, face a esta altura, não temos poder de intervenção porque deveria ter sido feito a apreciação daqueles dois instrumentos.

Quanto à situação da sede na Barreira, como é sabido é espaço municipal, projecto municipal solicitado pelo anterior executivo na altura ao GAT, é esse projecto que está ali a ser implementado, como é sabido é a Junta de Freguesia que gere aquele espaço, entendeu ceder aquele canto para a implementação de uma estrutura associativa que urgia resolver, tendo havido essa disponibilidade. Repito e digo, que o projecto vem do mandato anterior, solicitado ao antigo GAT, agora a CIMPL, que o elaborou e é esse que está em construção, tratando-se de obra municipal não necessita do respectivo licenciamento.

Quanto à situação da acta n.º 9, como é sabido não estive presente, limitei-me ao registo sonoro, limitei-me aos testemunhos e quero recordar aqui uma coisa que disse na última assembleia, por mim não haveria qualquer inconveniente que determinada frase pudesse ser retirada. Ouvidos os meus colegas do executivo, deram-me todos eles conta, a que se adicionou ainda o testemunho de outras pessoas, de que o registo sonoro tinha efectivamente aquilo que nós acabámos por assumir. Obviamente que se pôs à votação, houve quem entendeu não concordar, não está ali qualquer atitude ofensiva, está democraticamente votado, portanto para nós está assunto resolvido.

Em relação à intervenção da deputada Clara Monteiro. A diminuição de despesas, chamo-lhe a atenção para a página onze, onde se dá conta da poupança corrente a 31 de Agosto, dá-se conta do montante de receitas e das despesas, e dá-se conta também na evolução do endividamento àquela data, comparando desde 2006 até 2010, que o compromisso por liquidar em relação ao compromisso sobre a receita diminuiu drasticamente. Mas não vale a pena iludirmo-nos, porque milagres não há, o dinheiro não está a aparecer, neste momento temos qualquer coisa como cerca de



quarenta e seis, quarenta e sete milhões de receita, temos muito receio que se houver um espirro nas taxas de juro vamos apanhar uma pneumonia seguramente. E portanto, estamos a tentar gerir na base dos compromissos que temos, naquilo que é possível as receitas que entrarem agilizar e honrar os compromissos, e portanto o problema aqui é de alguma paciência, porque efectivamente nós, não duvidem, a não ser que haja uma hecatombe, é para cumprir os compromissos que estão assumidos.

Voltava à intervenção da deputada Clarisse Louro, peço desculpa mas passou-me este aspecto, antecipando àquilo que irá à próxima reunião de Câmara e contando rapidamente a situação da Volta a Portugal, obviamente que dividiria em duas vertentes a resposta.

Uma delas o evento em si, continuaremos a apostar em eventos que a um baixo custo possamos trazer para Leiria, no sentido de promover a região, como é sabido fomos nós que impusemos à organização que este tipo de prova circulasse praticamente dentro do concelho, e portanto tentámos aí potenciar aquilo que era a garantia da transmissão televisiva. Potenciámos ainda a utilização das unidades hoteleiras por toda a organização, de toda a estrutura e de todas as equipas, dentro do nosso concelho e não só, Marinha Grande e Pombal também tiveram esse efeito, e agora diria que o que está aqui em causa é efectivamente os custos.

O custo total deste pacote e este pacote são dois contra-relógios, 2010/2012, e são seis eventos da Volta a Portugal do Futuro, estava acoplado, partidas e chegadas dentro da área da CIMPL. Este ano, por exemplo, a Volta a Portugal do Futuro teve chegada a Pombal, a partida no dia seguinte de Porto Mós, 2011 serão outros concelhos e 2012 outros dois. E por conseguinte, este pacote tem um valor total de duzentos e trinta mil euros.

Nós fizemos uma proposta à CIMPL para ser feita uma candidatura no âmbito da promoção do território, que teve uma participação de cerca de 43%, e no valor restante fizemos imputação, conforme o tipo de prova que vão receber, daquele que era o valor base, e aquilo que calha pela realização do contra-relógio deste ano e do de 2012, aquilo que competirá à autarquia ter que assumir, são cinquenta e nove mil euros. Mas para esses cinquenta e nove mil euros tivemos a oportunidade de ter alguns sponsors, que vão ser patentes em proposta na próxima reunião para efeitos da lei do mecenato, e só, ao contrário daquilo que esperávamos, não foi possível ter custo zero porque aquele que pensávamos que seria o principal sponsor, que se



comprometeu a contribuir para eventos na zona central da cidade, acabou por se sponsorizar com um valor extremamente baixo o que furou as nossas expectativas. Imaginemos que a grande superfície comercial furou a nossas expectativas quando à partida pensaríamos que houvesse a sensibilidade para apoiar devidamente. Já fizemos sentir a nossa mágoa por isso e portanto em valores líquidos, aquilo que nós pensamos que iremos suportar directamente e aqui há que depois ter a relação directa com as mais-valias que ficaram, independentemente do Presidente da Câmara ter estado num programa televisivo e se não fosse o Presidente da Câmara de Leiria de certeza que era um outro Presidente qualquer que lá iria ou qualquer outra pessoa da região, portanto mal por mal foi lá o Presidente da Câmara, se me permitem já agora, e portanto penso que ficaremos abaixo de custo próprio para aquelas quatro horas de televisão em directo, abaixo dos vinte e cinco mil euros. Espero que em 2012, se ainda cá estivermos todos, que venhamos a ter oportunidade de efectivamente a autarquia ter custo zero para este evento, assim como tentaremos para outros eventos. E estão aqui a alertar-me para uma situação, um destes dias, a propósito das comparações que são possíveis fazer e que muitas vezes se tenta esquecer, estou a reportar-me à documentação que me foi entregue. Eu tenho aqui uma informação dos serviços da autarquia, dando conta que a pretexto da Taça da Europa, os custos da Câmara foram de quatrocentos e sessenta e oito mil quinhentos e sessenta e nove euros. Digo e repito, não fui confirmar, estou a basear-me unicamente na informação prestada pelos serviços da autarquia. Tirem as conclusões que muito bem entenderem.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do relatório de Actividades e Relatório Financeiro.

Passamos ao ponto n.º 4 uma vez que o ponto n.º 3 foi retirado.

4. REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Chamo a atenção desta Assembleia para o facto de que de acordo com a lei, o Regulamento provisório foi aprovado pela Assembleia Municipal, foi ao Conselho Municipal de Segurança de Leiria, que entretanto foi constituído, e este Conselho deu sobre ele o parecer, o que nos compete é fazer duas coisas:

Pronunciarmo-nos sobre cada uma das alterações propostas, e votarmos em votação final global.

As propostas que foram feitas estão na vossa posse, eu penso que pôr isto à discussão em pacote provavelmente demorará muito mais tempo, porque de repente misturamos uns artigos com os outros, há aqui coisas que são absolutamente pacíficas, e portanto eu limitar-me-ia a dizer uma por uma quais são as alterações:

Há aqui questões que são meramente de vírgulas, e há questões que são de fundo e aí direi à Assembleia, a Assembleia não é obrigada a aceitar o parecer do Conselho Municipal de Segurança, a Assembleia pode manter a sua versão original. A Assembleia fez uma proposta, o Conselho deu o parecer, a Assembleia pode manter a sua versão original. Ficou claro?

Portanto, se aceitam esta metodologia, em relação ao artigo 2º, o que está em causa é a correcção de uma gralha, perdoar-me-ão, nem vale a pena ler, e quase diria, dispensa-me a Assembleia de votar creio.

Passaríamos ao artigo 4º que é de facto uma correcção de fundo. O texto aprovado na Assembleia dizia, na alínea k) " Um representante designado por cada grupo na Assembleia Municipal o qual pode ser ou não membro deste mesmo órgão", o Conselho Municipal de Segurança, no seu parecer, dá uma redacção diferente " Cinco cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal". Como compreenderão, é uma alteração substancial em relação àquilo que a Assembleia Municipal tinha proposto. Pergunto se se querem pronunciar ou se querem simplesmente votar. Merece discussão. Primeiro o senhor deputado Domingos Carvalho, depois o senhor deputado João Cunha, e o senhor deputado Carlos Guerra.

Não haverá mais inscrições.

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.



Senhor Presidente, como bem referiu e portanto acho que é evidente, estamos a falar de quase uma possibilidade de contradição entre o espírito inicial da lei e a letra dessa nova redacção, e por isso parece-me que esta Assembleia não deve permitir, porque, nós estamos a falar e desculpem que vos diga, que o critério de representatividade que se deve pretender neste tipo de órgão morre por completo. Estaremos a colocar aqui uma questão em que será aprovada seguramente uma lista por maioria, e portanto nós corremos o risco, no Conselho Municipal de Segurança, de desta forma ter cinco indivíduos que representam a mesma força política. Parece-me, que não é esse o espírito que se pretende para um órgão deste tipo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Em relação a esta alteração, como é evidente, ela desvirtua completamente o sentido que deve presidir a este aspecto do Conselho Municipal de Segurança. O que se quis garantir naturalmente foi uma representação política, no órgão, para que as diferentes bancadas pudessem opinar sobre estas matérias. E portanto, a nova formulação obviamente que pode inclusivamente levar a que sejam cinco cidadãos, técnicos, que não representam qualquer força política e que podem ser aprovados em pacote. Portanto, nós não concordamos com essa alteração e sufragamos aquela que estava efectivamente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora tem a palavra o senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Eu também concordo um pouco que há aqui uma adulteração daquilo que a Assembleia Municipal já decidiu. A Assembleia Municipal já designou representantes, eu propunha que o parecer que veio do Conselho Municipal de Segurança que poderia ser adoptado pela Assembleia Municipal se colocássemos aqui uma variante...



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não podemos senhor deputado...

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Então eu mantenho o que foi aprovado na Assembleia Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Como compreenderão este rigor, caso contrário estávamos a retomar, no momento em que nós pudéssemos fazer alterações podíamos fazer alterações ao texto todo, ao fazermos alterações ao texto todo ele regressava para parecer ao Conselho Municipal de Segurança, salvo opinião melhor de alguns juristas, mas parece-me que seria isso.

Portanto o que está aqui em causa, e não há mais inscrições, é adoptar ou o texto que a Assembleia Municipal tinha aprovado, que diz que há um representante designado por cada grupo representado na assembleia municipal o qual pode ser ou não membro deste mesmo órgão, ou adoptamos o parecer do Conselho Municipal de Segurança que substitui isto pelo mesmo número de pessoas, cinco, designados pela Assembleia Municipal. A argumentação foi já expendida, dispenso-me de me referir a ela, limitar-me-ei a votar como todos os membros desta Assembleia.

Vamos votar em alternativa o que significa que não pode haver abstenções.

Quem mantém o texto aprovado na Assembleia Municipal?

Quem vota a favor do texto proposto pelo Conselho Municipal de Segurança?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência delibera, rejeitar a proposta de alteração do Conselho Municipal de Segurança para a alínea k) do artigo 4º do respectivo Regulamento.

Em relação ao artigo 7º trata-se de uma gralha. Dispensar-me-ão de votar, em vez de "ida" é "dia" obviamente.

Artigo 9º a ordem do dia, a diferença entre "os assuntos serem indicados com cinco dias de antecedência em relação à data da reunião" e a proposta do Conselho que propõe "quinze dias de antecedência em relação à data da reunião".

Alguém pretende discutir? Vamos votar em alternativa!

Quem mantém o texto aprovado na Assembleia Municipal?

Quem vota no texto proposto pelo Conselho Municipal de Segurança?



A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência delibera, por maioria, rejeitar a proposta de alteração do Conselho Municipal de Segurança para a redacção do artigo 9º.

O artigo do quórum é de facto razoavelmente distinto. Diz o texto do ponto dois, aprovado na Assembleia Municipal “passados trinta minutos sem que haja quórum de funcionamento, o Presidente dará a reunião como encerrada fixando desde logo dia, hora e local para nova reunião.” A proposta do Conselho Municipal de Segurança é “passados trinta minutos sem que haja quórum de funcionamento, a reunião realizar-se-á desde que esteja 1/3 dos seus membros.”. Portanto, num caso a Assembleia propunha que se fixasse dia, hora e local para nova reunião, o Conselho Municipal de Segurança propõe que a reunião se realize desde que esteja 1/3 dos seus membros. Suponho que o Código de Procedimento Administrativo admite esta solução, é mais prática de facto, atendendo à natureza do órgão. Alguém pretende discutir? Não!

Quem vota favoravelmente a manutenção do texto da Assembleia Municipal?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência delibera, por maioria, aprovar a proposta de alteração do Conselho Municipal de Segurança para a redacção do ponto dois do artigo 10º do respectivo Regulamento.

O ponto três deste mesmo artigo dizia “ no caso previsto na parte final do número anterior, o Conselho funciona desde que esteja 1/3 dos seus membros”. Foi adoptado o parecer do Conselho, portanto creio que não há alternativa, temos que seguir o mesmo critério. Não me parece que aqui haja lugar a votação porque esta votação está prejudicada pela aprovação do ponto anterior.

Finalmente a proposta de alteração ao ponto dois do artigo 11º. O texto aprovado em Assembleia Municipal dizia que o tempo máximo de intervenção era de cinco minutos, na proposta do Conselho é cinco minutos por cada ponto em discussão.

Eu devo dizer, salvo melhor opinião, que dizem as duas a mesma coisa. Por “cada intervenção”, não há uma intervenção por dois pontos da ordem de trabalhos, por cada intervenção é cada vez que uma pessoa intervém. Eu acho que em português aquilo que foi aprovado na Assembleia diz o mesmo que aquilo que o Conselho



Municipal de Segurança quer dizer. Rigorosamente a mesma coisa, a isto chamam os juristas *quod abundat non nocet*, mas de facto não vejo que seja necessário.

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Salvo melhor interpretação na primeira versão, permite-se que dentro de um ponto um deputado tenha mais do que uma intervenção, sendo que, essa intervenção não pode exceder os cinco minutos. Enquanto na versão que se propõe o que se diz é que apenas pode haver uma intervenção em cada ponto. Esta, salvo melhor opinião, é a interpretação que eu dou.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Devo dizer que não está correcto do ponto de vista do português senhor deputado, não me leva a mal, mas não está correcto, porque cada intervenção significa cada vez que a pessoa intervém, não está escrito em lado nenhum que a pessoa só pode intervir uma vez. O que significa que se intervier duas vezes na discussão do mesmo ponto, cada intervenção dura cinco minutos, e isto está escrito em qualquer das hipóteses. Tanto se me dá aprovar o primeiro ou o segundo texto, embora deva dizer que do ponto de vista do português o segundo não está muito claro, desculparão a minha deformação profissional.

Então cada deputado votará como entender as duas hipóteses, eu continuo a manter, confesso, salvo o devido respeito obviamente, que o parecer do Conselho Municipal de Segurança não faz grande sentido.

Se ninguém quer discutir o assunto vou colocar à votação em alternativa.

Quem vota a favor da manutenção do texto da Assembleia Municipal?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência delibera, por maioria, rejeitar a proposta de alteração do Conselho Municipal de Segurança para a redacção do ponto dois do artigo 11º do respectivo Regulamento.

Senhoras e senhores deputados temos que fazer agora a votação final global, incorporadas estas alterações, algumas das quais vindas do Conselho Municipal de Segurança, nós adoptámos, a Assembleia é chamada a votar em votação final global do texto. Fiz –me entender?

Quem vota contra o texto do regulamento?

10-09-24 AM



Quem se abstém? Uma abstenção.

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência que lhe é conferida pela alínea n) do n.º1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, em conjugação com o n.º 3 do artigo 6º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, delibera, por maioria com uma abstenção, aprovar definitivamente o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

5. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ASSOCIAÇÃO D. PEDRO E D. INÊS DE CASTRO – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O documento parece-me bastante claro, ainda assim pergunto ao senhor Presidente da Câmara se quer acrescentar algo ao texto que foi distribuído? Não.

Alguém pretende discutir? Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Apenas para dizer o seguinte:

Não nos parece apropriado que o Município possa associar-se a instituições de carácter privado, que não tenham carácter intermunicipal. Isto é, eu parece-me que o facto de se cooperar com uma instituição associativa de dentro ou fora do concelho, mas ainda por cima tratando-se de fora do concelho, sempre se utilizou a forma de protocolos de cooperação ou de colaboração, e não me parece que faça sentido que o Município se associe a uma instituição associativa de carácter privado, para os fins a que se destina. Daí que, a nossa indicação de voto é de abstenção em relação a este ponto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada Patricia Ervilha.

DEPUTADA PATRICIA ERVILHA (PS)

Patricia Ervilha, Partido Socialista.

Muito brevemente para dizer que o Partido Socialista reconhece a importância e a pertinência do movimento associativo, concretamente o trabalho de garantia de perpetuação do património histórico não obstante, sugere-se à Câmara Municipal,

10-09-24 AM



senhor Presidente, o conhecimento detalhado do plano de actividades da associação, e que o mesmo delineado em conjunto com a Câmara Municipal de Leiria, averiguando assim a sua relevância cultural. É só, obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada está a sugerir que se adie a votação até conhecermos o plano? É uma recomendação apenas à Câmara Municipal, antes da adesão.

Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de adesão da Câmara Municipal à Associação D. Pedro e D. Inês de Castro.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência que lhe é conferida pela alínea m) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria com vinte e um votos a favor e vinte e sete abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal e autorizar a adesão do Município de Leiria à Associação D. Pedro e D. Inês de Castro.

O senhor deputado João Cunha vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Para além das razões apresentadas aqui pelo deputado Vítor Lourenço que naturalmente justificam também a minha abstenção, há também uma outra questão que me suscita aqui uma dúvida porque não tenho informação acerca do montante da quotização que é indicado, como sendo de quinhentos euros anuais. Eu não sei se todos os associados desta associação estão em pé de igualdade para pagar os mesmos quinhentos euros anuais ou se isto é apenas para este tipo de entidades. Essa informação não nos chegou e desse ponto de vista levanta-me algumas dúvidas. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Passamos ao ponto n.º 6.

6. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À REDE PARA A PROMOÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS DA UNIÃO EUROPEIA – REDE CIUMED – Apreciação, discussão e votação;



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Este ponto também me parece claro, mas perguntava ao senhor Presidente se quer acrescentar algo ao que está no verbete que foi enviado.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Só para dar conta que o grande objectivo desta articulação com outras cidades é efectivamente a partir de informação e nomeadamente sobre gestão urbanística, isto não tem custos, tivemos a oportunidade, através do vereador António Martinho, de participar numa convenção em Beja sobre esta matéria, organizada por esta entidade, portanto à partida será só o eventual benefício que possa haver de alguma informação sobre modelos de gestão urbanística. Nada mais do que isto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra?

Não há nenhuma inscrição eu vou pôr à votação esta proposta da Câmara Municipal.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência que lhe é conferida pela alínea m) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria com duas abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal e autorizar a adesão à Rede para a promoção das Cidades Médias da União Europeia – REDE CIUMED.

7. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2011 – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara se pretende acrescentar algo a este ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Esta proposta é praticamente igual à do ano passado excepto naquilo que o ano passado foi falado e que não foi possível fazer tecnicamente, que é a inventariação



de todos os prédios dentro do chamado Centro Histórico, que se encontram devolutos ou em acentuado estado de degradação.

A lei permite que nessa situação, e tipifica o que é que é um prédio devoluto, identificámos cerca de oitenta e oito imóveis, se possa ir até ao dobro da taxa do IMI, e que nos prédios degradados possa ser agravada até 30%, é o limite máximo.

Nós entendemos propor que, quer para um caso quer para o outro, houvesse a majoração de 30% face à taxa base do IMI, ou seja, para prédios urbanos não avaliados recentemente ficarão estes prédios devolutos ou degradados com uma taxa de 0,8775, e nos prédios que tenham sido avaliados ficarão com uma taxa de 0,4875. Portanto, a minoração mantém-se para o Centro Histórico, na situação que a lei contempla de prédios urbanos devolutos ou degradados, e em função daquilo que no ano passado foi aqui discutido na Assembleia, propõe-se então a majoração em 30%.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Quem pretende usar da palavra em relação a este ponto?

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Relativamente à taxa para os prédios devolutos há mais de um ano, a Câmara nada diz. As majorações e minorações de IMI são um excelente instrumento para o Município dar um sinal claro aos proprietários no sentido da reabilitação dos prédios e da sua colocação no mercado de arrendamento. O que se sabe é que a maioria dos prédios devolutos o estão por motivos de especulação imobiliária e não por dificuldades económicas dos proprietários, e, além disso, a lei é ainda muito restrita e cheia de excepções.

Não colhe também argumento de que a Câmara só iria agravar alguns dos prédios do Centro Histórico não pretendendo entretanto fazer o levantamento fora dele dos prédios devolutos. A lei existe e deverá ser aplicada, sobretudo porque visa proteger um mercado importantíssimo, o de arrendamento e de atacar um outro, anti-social e ganancioso, o da especulação imobiliária.

Há que fazer o cadastro de todos os prédios devolutos e não só do Centro Histórico, não devemos ceder ao hobby dos proprietários imobiliários atrasando de forma mais ou menos sub-reptícia o processo de levantamento dos fogos devolutos. Por outro



lado, a Câmara ao propor no n.º 4, para o Centro Histórico, uma majoração de 30% para os prédios devolutos e/ou degradados, está a confundir conceitos.

Na verdade a lei, expressamente, distingue a penalização aplicável aos prédios devolutos, que é o dobro da taxa aplicável e que abrange todos os prédios devolutos situados ou não no Centro Histórico. E os degradados, desses sim, é que provêm a referida majoração de 30%, nem se venha dizer que se trata de um processo moroso e de difícil aplicação, basta uma simples articulação entre os serviços municipais e as empresas de água e luz, para se saber quais os prédios que se encontram devolutos.

Assim propomos, **proposta de efectuação de lista de fogos devolutos**:

Considerando que os fogos devolutos, que assim se mantêm à espera de melhor oportunidade para a especulação imobiliária, não são objecto de agravamento do IMI, como a lei o prevê;

Considerando que não existe elaborada nenhuma lista, generalizada, pela Câmara, de fogos devolutos;

Considerando que colocar estas casas no mercado, disponíveis para venda ou arrendamento é uma das formas de reabilitação urbana;

Considerando que, conforme o previsto pelo decreto-lei n.º 159/2006, de 8 de Agosto – que define o conceito fiscal de fogo devoluto – a Câmara Municipal deverá transmitir à Direcção Geral dos Impostos a listagem dos prédios ou fracções autónomas devolutas até ao dia 30 de Novembro de cada ano;

Considerando que, é urgente que o executivo municipal tome as medidas necessárias para que a lista dos fogos devolutos chegue à DGI dentro do prazo.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal reunida em 24 de Setembro de 2010, delibera:

- 1. Exigir ao executivo municipal a elaboração da lista de prédios devolutos, até ao dia 30 de Novembro de 2010.*
- 2. Que seja decidido que os prédios devolutos, conforme está previsto na lei, sejam agravados com uma taxa de IMI, em 100%.*

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Pedro Faria!

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Pedro Faria, PSD.

Queria tecer aqui alguns comentários relativamente aos prédios devolutos.

10-09-24 AM



Os anteriores Executivos Camarários, logo no 1º Mandato, levaram a cabo um exaustivo levantamento e estudo de todos os Prédios da Zona Histórica, estudo esse que foi sendo enriquecido e aprofundado ao longo dos anos.

Entre muitas outras conclusões, retira-se daí que a maioria das situações de prédios muito degradados ou mesmo devolutos, tem por trás problemas jurídico administrativos extremamente complexos, normalmente relacionados com partilhas que ficaram por fazer, e que agora vão na 4ª ou 5ª geração.

Fácil será perceber que havendo 30 ou 40 herdeiros, haverá sempre alguém que emigrou para o Brasil, outro que não fala com ninguém, o João é contra tudo o que o José quiser, etc.

Envolve ainda muito frequentemente gente de fracos recursos económicos, que não tem possibilidade de recorrer a grandes advogados, situação agravada por os prédios pouco valerem, e divididos por uma dúzia ou duas de co-proprietários, muito menos. Significa isso que não é aumentando o IMI que se vai resolver seja o que for, tendo em contrapartida o grande inconveniente de ir castigar mais, gente que tem dificuldades, e que tomara eles, porventura verem-se livres desse encargo e preocupação.

Melhor seria pois, que a Câmara se disponibilizasse para ajudar a resolver estes verdadeiros imbróglios, disponibilizando apoio jurídico para estudo de soluções, e tomando a iniciativa de conjugar interessados.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

O que temos em cima da Mesa para votação, eu peço às senhoras e aos senhores deputados que tomem atenção ao que vou dizer, é o ponto sete da ordem de trabalhos – Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2011.

O senhor Vitorino Vieira Pereira entregou uma proposta que não é isto, e portanto deveria ter sido entregue e poderia ter sido votada como uma recomendação à Câmara Municipal, no período de “antes da ordem do dia”. Aqui só podemos votar este ponto da ordem de trabalhos que tem a ver com o IMI.

Portanto, o senhor deputado não me levará a mal, eu não posso colocar a sua proposta à votação, guardo-a, e, se o senhor deputado assim o entender eu



submetê-la-ei à Assembleia Municipal na próxima sessão, inclusive posso fazer dela um ponto da ordem de trabalhos, já que foi entregue com toda esta antecedência.

Se não tiver nenhuma objecção do plenário, é assim que terei que fazer. Sendo assim, o que vamos votar é a proposta que foi entregue pela Câmara Municipal, das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2011.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria, com trinta e três votos a favor e dezoito abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal e fixar as taxas do IMI nos seguintes valores:

- Prédios urbanos [alínea b) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI] – 0,675%
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI [alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI] – 0,375%
- Para a área territorial definida pelo perímetro da zona declarada Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Leiria, conforme delimitação estabelecida no Decreto-Lei n.º 15/2001, de 22 de Março /Diário da República I Série B, n.º 69, pág. 1613) minoração de:
 - 23% para a taxa da alínea b) do n.º 1, do art.º 112º do CIMI, sendo a taxa efectiva de 0,52%;
 - 20% para a taxa da alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI, sendo a taxa efectiva de 0,30%
- Para a área territorial definida pelo perímetro da zona declarada Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Leiria, conforme delimitação estabelecida no Decreto-Lei n.º 15/2001, de 22 de Março /Diário da República I Série B, n.º 69, pág. 1613) majoração de 30% para os prédios devolutos e/ou degradados;

O senhor deputado Vítor Lourenço vai fazer uma declaração de voto.



DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

A nossa abstenção prende-se com as objecções aqui apresentadas pelo deputado Pedro Faria, e só para deixar em acta que daqui a um ano cá estaremos para analisar os resultados desta política.

**8. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2011 -
Apreciação, discussão e votação;**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara Municipal se em relação ao ponto n.º 8 pretende fazer a apresentação? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Esta proposta é igualzinha à do ano passado e portanto é a manutenção das taxas do ano passado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende inscrever-se?

Não vejo ninguém a inscrever-se, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria, com um voto contra e uma abstenção, aprovar a proposta da Câmara e fixar a taxa da derrama nos seguintes valores:

- 1,25% para um volume de negócios até €150.000,00;
- 1,5% para um volume de negócios superior a €150.000,00.

9. FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO NO IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA PARA OS RENDIMENTOS DO ANO DE 2011 - Apreciação, discussão e votação;



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente pretende apresentar a proposta?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

É igual à do ano anterior!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Faça favor senhor deputado!

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Ana Paula Silva, independente, PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores e senhoras secretárias, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimas senhoras senhores vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores deputados, senhores Presidentes de Junta, senhores jornalistas, senhoras e senhores!

A minha intervenção, sobre e novamente a fixação de percentagem da participação no IRS desta vez com efeitos em 2012, prende-se essencialmente pelo seguinte:

Tendo sido esta medida tomada o ano passado com efeitos ainda para 2011, e pelas palavras do senhor Presidente da Câmara, uma medida cega, pergunto, ao manter-se a mesma medida com efeitos para 2012, se esta deixou de ser uma medida cega e passou a ser uma medida consciente e ponderada mas sobretudo sustentada. Qual é o valor efectivo e real que a Câmara deixa de arrecadar com esta redução de 1% no IRS? Qual é o valor médio que beneficiam os contribuintes individuais e as famílias no final do ano contributivo, com esta redução? Quantos contribuintes individuais e famílias beneficiam com esta redução? Onde é que a Câmara cortou e vai cortar, ao ficar descapitalizada deste montante relativo a mais esta redução? Cortará na acção social? Sim ou não? Se sim, onde? Corta nas contribuições para as Juntas de Freguesia? Quanto e em quê? Corta no pelouro da educação? Como e onde?

Tenho muitas questões senhor Presidente, mas penso que as posso resumir em duas. Foram feitos estudos para averiguação dos custos/benefícios desta redução de IRS para os contribuintes, os que pagam IRS porque auferem rendimentos, e os que não pagam IRS porque infelizmente não auferem os respectivos rendimentos, do concelho de Leiria? Se foram feitos, pode esta Assembleia ter acesso a eles? E quando? Se não foram feitos, equaciona o executivo fazê-los e apresentar os resultados a esta Assembleia?

10-09-24 AM



Como é do domínio público, o concelho sofreu, infelizmente, à semelhança do que acontece no País, um grave aumento de desemprego no primeiro semestre deste ano. E a fazer fé nas notícias que no dia-a-dia vão sendo publicadas, o segundo semestre não augura melhorias, antes pelo contrário. O concelho sofreu também um grave aumento no número de empresas que encerraram, ainda bem, infelizmente, não se espera que esta calamidade melhore. Não fazendo uma aritmética rigorosa destes dois factores, porque não tenho ainda estes dados, posso, contudo, depreender que os valores de IRS e de IRC liquidados no concelho de Leiria sofrerão também um decréscimo.

Consequentemente, a Câmara Municipal acaba por ser penalizada nas verbas a serem transferidas pelo Estado, acrescentando ainda o facto de que por causa destas duas situações tão nefastas aumentou também o número de pessoas e de famílias, a atravessarem gravíssimas dificuldades económicas e que necessitam de apoio social. E se lhe acrescentarmos outro factor ainda, e que muitas vezes é esquecido, e que é o número de desempregados, que já não têm direito ao subsídio de desemprego ou social de desemprego porque o seu tempo se esgotou, concluímos que o índice de pobreza no concelho terá e tem tendência a aumentar ainda mais.

Se equacionarmos todos estes factores e lhe acrescentarmos o facto de a Câmara Municipal estar a prescindir de um valor que não sabemos ainda muito bem qual é, relativo ao decréscimo do IRS, a dúvida persiste. Será esta uma boa medida para toda a população em geral ou só irá beneficiar uma percentagem minoritária de população que paga IRS, e, em especial, aqueles que auferem felizmente salários mais altos?

Tendo em consideração um estudo recente, que nos diz que em Portugal só 15% da população paga 85% do IRS arrecadado pelo Estado e não tendo eu ainda nenhum conhecimento sobre a percentagem no concelho de Leiria, pergunto:

Sabe o executivo qual a percentagem de população leiriense beneficiada com esta medida? E em contraponto, sabe o executivo qual a percentagem de população que poderia vir a ser apoiada com as verbas arrecadadas se se mantivesse a taxa no valor de 5%?

Todos sabemos que Portugal é dos países da União Europeia aquele que mais graves assimetrias salariais tem, e não estará o executivo a esquecer que vivemos num estado social com todas as responsabilidades, deveres e obrigações que isso acarreta?

10-09-24 AM



Por isso senhor Presidente pergunto:

Não estará o executivo a incorrer na injustiça de uma espécie de segregação social tendo como factor dominante o facto de que quem ganha mais, mais sai beneficiado?

Senhor Presidente acho que vale a pena pensar nisto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Somos contra a fixação da taxa de 4%, pois entendemos que a mesma não deve ser reduzida, porque vai beneficiar sobretudo os que têm mais rendimentos, logo, menos necessitados, e prejudicar quem mais precisa.

A Câmara precisa de todo o dinheiro e mais algum, para ajudar os mais desfavorecidos. A receita que irá obter, não prescindindo da taxa máxima, deverá ser canalizada para o domínio da acção social, e não se tente desvirtuar esta possibilidade, com a afirmação de que assim se estaria a criar um novo imposto. Basta ter o cuidado de averiguar o quantitativo recebido, e deste retirar, aquando do orçamento, 1% para aumentar a verba referente à acção social neste.

Não podemos deixar caprichosamente que se reduzam as já parcas possibilidades de apoios sociais, por estes factos, o Bloco de Esquerda vota contra a proposta apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, caros colegas.

Acho que uma vez mais, estamos aqui perante uma cena de *non sense*, isto é um anti Python, só pode. A Câmara propõe uma redução de imposto, esta redução, é bom que todos tenhamos consciência disso, advém de uma daquelas ideias peregrinas que o nosso ilustre Primeiro-Ministro de vez em quando tem, quando não



tinha noção nenhuma que era a crise que estava a aparecer. E então pensava-se que a crise ia ter determinado tipo de contornos de que não se sabia a causa.

Eu só acho uma coisa senhor Presidente que lhe quero dizer, obviamente que não lhe vou dizer para subir os impostos, isso seria contra a minha natureza, portanto é bem-vindo, só tenho pena, mas tenho pena de ouvir, e peço desculpa, acho que não vou cometer nenhum erro de análise profunda, o único vereador geneticamente socialista do executivo, disse aqui há pouco o seguinte:

O único critério que nos interessa é o preço mais baixo. Nem o capitalista mais rebuscado faz uma análise de preço sem uma análise de serviço. Ninguém faz isto!

Mas, aqui, nós ouvimos há pouco isto, agora ouvimos esta situação espantosa. Eu peço desculpa, mas a crise actual tem um contorno que eu acho interessante. É que quem tem salário, neste momento começa a perspectivar-se alguma subida para quem tem empréstimos bancários, nomeadamente para compra de habitação, alguma penalização, mas até agora para quem tem o seu salário garantido, esta crise tem sido uma maravilha. Estou certo ou estou errado? Esta crise tem sido uma maravilha, para quem tem o salário garantido venham muitas crises destas.

Perante isto senhor Presidente, e quando eu ouvi há pouco dizer que se porventura o rating português levar aumento da taxa de juro, o que não é preciso ser bruxo para adivinhar o que vai acontecer, e o senhor Presidente da Câmara nos disse que da gripe passa a pneumonia, o senhor Presidente está a querer dizer-me para eu fazer haraquiri? Eu não quero que isto morra, o senhor pediu para nós o ajudarmos, e só podemos ajudar de uma forma. Repense a matéria porque me parece que está a cometer um erro grave. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Nós vamos votar contra porque entendemos que os impostos nacionais são para serem aplicados a todos os cidadãos em todo o território nacional. Porque se trata de uma medida demagógica e porque a receita perdida pela Câmara faz realmente falta para benefícios de melhores políticas sociais e educativas.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Esta matéria é recorrente, e volto a recordar aqui a promessa eleitoral do Partido Socialista, e foi esse programa do Partido Socialista que os leirienses sufragaram. Pena temos, que não seja possível reduzir em 2% aquilo que é redistribuído a todos os munícipes que pagam o seu IRS. E estamos a falar de uma baixa de impostos, e temos ouvido na comunicação social que muitos partidos entendem que os impostos se devem baixar, mas parece que aqui, quando se discute esta matéria, estamos no percurso inverso, que de facto as famílias devem pagar ainda mais.

Ouvi com atenção as anteriores intervenções, e parece que a receita que a Câmara Municipal não vai arrecadar por força da redistribuir, àqueles que pagaram o seu IRS, parte desse imposto, é enfim, a solução para todos os males. Iria resolver os problemas da acção social, iria resolver os problemas da educação, iria resolver os problemas do desemprego, enfim, parece que temos de facto com uma quantia que num orçamento não é tão significativa quanto isso, a solução para todos os males.

Queria dizer aqui que, muitas famílias pagam IRS, mas que é preciso também combater com muita frontalidade aqueles que muitas vezes, tendo desempenhando determinado tipo de actividades não descontam. Portanto, esse combate também tem que ser feito em todos os fóruns.

Queria dizer que esta medida é uma medida que os leirienses apoiaram quando elegeram este executivo, pena é que não possa ser desde já os 2% como estava inicialmente previsto. Mas acreditamos que num futuro próximo isso será possível.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

O senhor Presidente da Câmara quer dar esclarecimentos em relação às interpelações de que foi alvo?

Senhor deputado deseja intervir para apresentar um recurso da decisão da Mesa relativamente ao encerramento das inscrições? Eu não tomei nenhuma decisão taxativa, o senhor deputado queira entender a minha decisão como uma forma de ser rápido na organização dos trabalhos, mas até agora não retirei a palavra a



nenhum deputado que me pedisse a palavra depois de encerrar as inscrições. Fará o favor senhor deputado!

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Eu peço desculpa, interpretei de maneira errada a decisão, e portanto já não estou a apresentar nenhum recurso, porque eu acompanhei durante a discussão destes pontos essa ordenação das apresentações no sentido de agilizar os trabalhos da assembleia. Mas eu peço ao senhor Presidente que entenda, para este ponto e para futuros pontos, que a intervenção de alguns deputados pode suscitar de outros deputados o interesse em discutir, para bem de uma discussão que venha a ser complexa...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Queira desculpar senhor deputado, eu não queria entrar em diálogo, mas eu sempre interpretei assim, mesmo quando estava sentado aí em baixo...

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Então estamos de acordo com certeza, porque a intervenção da senhora deputada Odete João, me levanta essa questão, de acrescentar algo, e já agora informar que pelas razões apontadas pela deputada Ana Paula, e também porque depois dos lamentos do senhor Presidente da Câmara, sobre a questão das receitas, aquando da apresentação do relatório financeiro, me parece neste momento uma medida de pura autoflagelação, ao prescindir voluntariamente das receitas que neste momento, e de acordo com o que disse, põem em risco o próprio funcionamento da Câmara, porque o senhor Presidente foi bem claro quando se lamentou sobre essa perda de receitas. Ora bem, eu sei que há promessas eleitorais que a maior parte de nós fez, com toda a convicção, e que pretende cumprir, mas a situação modificou-se muitíssimo desde há um ano para cá. E portanto parece-me que é importante chamarmos mais uma vez a atenção do executivo e do senhor Presidente da Câmara para que não há aqui lugar a este tipo de posição tão rígida e que reconsidere este ponto.

Se ele se mantiver como está naturalmente a bancada do PSD votará contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado João Cunha.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

A questão de fundo aqui é uma questão de justiça distributiva em relação àquilo que são os rendimentos que são percebidos para pôr à disposição dos cidadãos. E portanto das duas uma: ou assumimos o princípio de que temos que olhar para aqueles que mais precisam, e naturalmente tem que haver aqui um princípio de justiça social, ou então invertemos completamente o sentido que queremos dar ao sentido colectivo. E o que está aqui a ser feito é uma operação de pura demagogia política, não vale a pena a deputada Odete João vir para aqui dar aquele ar, de que há por aí uns partidos que até defendem a redução de impostos e agora têm uma oportunidade de reduzir os impostos e não querem. Isto não é assim, nós temos que partir de princípios de justiça tributária e justiça distributiva e portanto nós temos que ser solidários com aqueles que precisam e esta é a posição do Partido Social Democrata.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caríssimos colegas deputados, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Apenas uma nota.

Nós compreendemos, naturalmente, as objecções que foram aqui levantadas a esta proposta que aliás, vem nalinha do que já o ano passado aqui discutimos. Não vou entrar em detalhes sobre aquilo que nos move em apoiar a proposta da Câmara, mas queria apenas referir o seguinte:

O senhor Presidente da Câmara e os elementos da Câmara que subscrevem esta proposta são pessoas respeitáveis, são cidadãos certamente tão empenhados como nós todos em gerir bem os destinos do concelho e as contas da Câmara, e ao fazer esta proposta fizeram-na naturalmente com a consciência e o rigor que se impõe relativamente a esta matéria. Seria dar um voto de desconfiança ao Presidente da Câmara e à maioria que o suporta, se a proposta fosse retirada ou fosse votada em sentido contrário. Nós entendemos naturalmente a argumentação aqui utilizada,



respeitamo-la, naturalmente, mas mantemos que subjacente à proposta não está apenas uma promessa eleitoral como aqui foi referido, já o ano passado longamente discutimos os fundamentos da proposta, portanto os fundamentos que existiam o ano passado mantêm-se, independentemente de a crise económica ser mais forte ou menos forte a verdade é que a proposta tem sustentabilidade do ponto de vista financeiro, se o não fosse ela não seria apresentada, e por isso a nossa opinião, e a minha em particular, é de apoio à proposta e de subscrição naturalmente, e votá-la-ei favoravelmente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não tenho mais nenhuma inscrição e portanto vou dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para encerrar o debate, esclarecendo as dúvidas que foram suscitadas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Eu só peço que chegue o tempo de podermos constatar os dados estatísticos oficiais, para percebermos o verdadeiro impacto desta situação.

Acabei de descobrir agora, que 1% de IRS resolve os problemas do concelho, eu espero que efectivamente tenhamos todos, e estou também aqui a dizer isto com verdade, não o estou a fazer com ironia, porque também se chegarmos à conclusão que o impacto é tremendo naturalmente que estaremos a tempo de ainda vir a corrigir.

A questão que se põe é esta, já o ano passado isto aconteceu. Os proprietários de vários prédios que regra geral são aqueles de maior posse está tudo bem, é aprovado, a redução da derrama é aprovada, no IRS já não é o mesmo tratamento? Quem tem mais lucro não são os maiores tributados? Os maiores proprietários não têm também este efeito de redução de taxa? Então no IRS porque é que há-de haver aqui uma contradição?

Eu espero que assim que houver oportunidade de termos aceso aos dados estatísticos oficiais, possamos medir o impacto real. As projecções que nós temos, apesar desta conjuntura, podem eventualmente ter que ser corrigidas. Vamos esperar efectivamente pelos dados finais, não posso dizer mais nada neste momento.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.



Vou pôr a proposta da Câmara Municipal à votação, trata-se do ponto n.º 9 - Fixação da taxa do IRS.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da sua competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria, com trinta votos a favor, quinze votos contra e sete abstenções, aprovar a proposta da Câmara e fixar a taxa de 4% para participação variável no IRS, para os sujeitos passivos com domicílio fiscal no território do Município de Leiria para os rendimentos do ano de 2011.

A senhora deputada Ana Paula Silva vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Ana Paula Silva, independente, PSD.

Escuso-me dos cumprimentos, só queria que ficasse registado em acta que votei contra não porque esteja por princípio contra a redução de impostos, não é o que está aqui em causa. Eu votei contra porque exactamente ainda não temos na nossa posse documentos, números, que nos digam que esta proposta é boa para o concelho, que esta medida é boa para o concelho, é boa para todas as pessoas e não só para alguns. É isso que eu quero deixar expresso em acta.

Há outra coisa ainda, vão-me permitir, vou ter que o fazer, porque a minha consciência assim o dita. Voto contra também porque penso que não pode ser o Município de Leiria a aligeirar os problemas que o Governo socialista tem causado aos portugueses, onde os leirienses estão incluídos, com o consecutivo aumento dos impostos, e como é evidente e fazendo fé na comunicação social, com outros que aí vêm. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Vítor Lourenço para uma declaração de voto.



DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Sem me querer repetir, apenas para dizer que a minha votação contra esta medida tem exactamente expressão naquilo que ainda hoje aqui ouvimos várias vezes. O senhor Presidente da Câmara e o executivo municipal que gere o nosso Município, tem tomado medidas voluntárias para diminuir as receitas do Município. Já hoje aqui, foram dados vários exemplos, em como são medidas que a Câmara toma para diminuir as suas próprias receitas. Qual é o interesse público Municipal que isto representa?

Senhora deputada Odete só uma nota. Para teimosia já nos basta a do primeiro-ministro, não seja assim teimososa.

10. RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DA REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO QUE AUTORIZOU A DEMOLIÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NECESSIDADES EM CHÃS – REGUEIRA DE PONTES – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Guerra autor da proposta.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Não podemos falar em desenvolvimento económico e social se esse não integrar a dimensão cultural, e só há estratégia de desenvolvimento se incorporarmos entre os seus eixos a preservação do património.

O património é a nossa herança do passado com que vivemos hoje e que passamos às gerações vindouras, conjunto de bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou cultura, portadores de interesse cultural relevante reclamam um regime especial de protecção e valorização.

Preservar, reabilitar e valorizar estes elementos culturais é condição indispensável para a construção, manutenção e reforço da identidade local e da cidadania.

O sistema português de protecção de património remonta ao século XVIII, à época de D. João V, e não podemos deixar de citar aqui e agora, o decreto régio de Agosto de 1721, que o institucionalizou “Hei por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua de todo ou



em parte, qualquer edifício que nos mostre ser daqueles tempos antigos, ainda que em parte esteja arruinado.”

A Câmara decidiu autorizar a destruição da Igreja das Chãs, decisão que, repetimos, lamentamos e repudiamos. Desde a primeira vez que aqui trouxemos o assunto, instalou-se na sociedade leiriense um intenso debate e gerou-se um amplo e diversificado movimento a favor da preservação da capela.

O grande argumento que arreata a favor da demolição assenta na eventual vontade da população local e de alguns sectores eclesiásticos contra a sua preservação, e na falta de legitimidade da gente de fora poder tomar posição sobre um assunto que não lhes diz respeito.

Esta pretensa razão não passa de um equívoco. Em primeiro lugar porque os órgãos do poder local têm o direito e o dever legalmente consagrados de decidir sobre os assuntos do património, não podendo os seus membros escudar-se atrás de um qualquer pretexto pouco esclarecido e demagógico. Depois, porque os assuntos do património não são, aqui e em lado algum, apenas de quem está ao seu imediato redor. Alguém aceitaria que a Torre de Belém fosse demolida porque isso era vontade da população da zona de Lisboa? Alguém aceitaria a destruição da Acrópole de Atenas porque essa seria a vontade dos atenienses? Alguém aceitaria a destruição da Torre Eiffel ou do Big Ben porque essa seria a vontade de parisienses ou de londrinos? Alguém, hoje, aceitaria a demolição do Templo da Senhora da Encarnação porque essa seria a vontade da população das Olhalvas?

Como já dissemos, sabemos e entendemos as razões da comunidade católica local e da comunidade de Chãs em geral, mas estamos mais convictos de que é possível conciliar os interesses, valorizando com isso este território e espaço humano. E repetimos que nos opomos frontalmente à destruição deste património, arrasando de um golpe, pelo menos, meio milénio de história.

A Capela das Chãs está referenciada no regulamento do Plano Director Municipal de Leiria que propõe a sua classificação como imóvel de valor concelhio, e está inventariado pelo instituto público com competência na matéria. De nós, responsáveis pelos destinos do concelho e pela salvaguarda da reabilitação e revitalização do seu património, durante quatro anos, outra coisa não se espera que não seja defender a preservação e requalificação desta capela.

A Constituição da República Portuguesa no seu artigo 78º, e a lei do património cultural, no artigo 11º, a todos obrigam ao dever de preservar, defender e valorizar o



património cultural incumbindo a Constituição da República ao Estado, que aqui deve ser entendido em sentido lato, abrangendo o poder local, promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da entidade cultural comum.

A Câmara, em nome do Município, deve cumprir as suas obrigações em matéria de património. Cumpra-se então a lei como alguém publicamente sugeriu, e assumam-se as responsabilidades que nos cabem na defesa do património.

Além da lei fundamental, a lei ordinária diz que compete à Câmara Municipal assegurar o levantamento de classificação, administração, manutenção e recuperação e divulgação do património cultural, paisagístico e urbanístico do Município.

Por outro lado, a igreja católica já não tem interesse nem necessidade deste edificado, de tal modo que iria ser demolido. Se para nada já serve à Igreja, se ia ser demolido com os consequentes custos da demolição, limpeza do terreno, transporte a vazadouro e reabilitação do espaço deixado livre, então a Igreja pode outorgar ao Município a propriedade deste imóvel, naturalmente sem qualquer custo para o erário municipal, colaborando connosco da mesma maneira que nós colaboramos com a Igreja nos muitos apoios que lhe damos, até em matéria de investimento.

Assim, porque a decisão de demolir a Capela das Chãs é inaceitável e ao arrepio do que deve ser a intervenção do poder local democrático, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária no dia 24 de Setembro de 2010, delibera recomendar à Câmara Municipal a revogação da deliberação que autorizou a demolição da Capela de Nossa Senhora das Necessidades em Chãs, Regueira de Pontes, a elaboração de um estudo e plano urbanístico que salvasse as expectativas e anseios da comunidade católica e da população locais, relativamente à dignidade a dar à envolvente do novo e velho templos.

Mais delibera que se constitua uma comissão com representantes de todos os grupos municipais para em conjunto com a Câmara Municipal dialogar com as estruturas regionais da Igreja Católica no sentido de se alcançar um acordo justo para todas as partes e que salvasse a defesa do nosso património.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.



DEPUTADO AMÍLCAR GASPAR (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Amílcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Mais uma vez aqui estamos a debater este assunto, já foi aqui amplamente debatido uma vez, e cá estamos outra vez por teimosia do caro colega do Partido Comunista, portanto cá estamos mais uma vez para debater isto.

Eu gostava de lembrar que a comunidade local nunca quis nem quer a igreja no local. Já foram feitos vários debates sobre o assunto, em que foram reunidas três assembleias-gerais para se debater, no local, em que a população teve oportunidade de se expressar e não houve um único argumento a favor da manutenção da igreja no local.

O nosso caro amigo lamento informá-lo mas está um bocado equivocado, com certeza não contactou com as pessoas que vivem naquele local. Atenção que eu não quero com sito dizer que sejam só as pessoas a decidir e que elas é que têm razão, não é isso que eu estou a dizer, o que estou a dizer é que todos os factos têm que ser ponderados e temos que ir ao historial desde início.

O meu amigo também, de certeza absoluta que não consultou o processo, porque eu tenho o processo e nunca foi ter comigo para o consultar, por sua vez a paróquia também o tem e não me constou que o senhor tenha lá ido consultar rigorosamente nada. Portanto, não conhecimento suficiente de causa e baseia-se em factos que não são verdades, são inverdades. Fala em meio século de história quando na realidade aquela igreja tem cento e poucos anos de história, portanto aí é uma inverdade. Não tem nada a ver com aquilo que está a dizer. Existia, e para ficar claro de uma vez por todas, uma antiga capela que quando foi construída a linha do oeste foi demolida essa capela, que tem precisamente o mesmo nome desta capela e daí vieram, essas sim, duas pedras com valor simbólico, para esta capela. Portanto estamos a falar de duas situações com valorizações distintas, diferentes, é preciso ter noção disso, não vamos meter tudo no mesmo saco, agora, é evidente e eu compreendo que neste tipo de situações há sempre quem seja a favor, quem seja contra, é compreensível.

De qualquer forma, quero recordá-lo mais uma vez, que a capela só não foi demolida há mais tempo, quando foi projectada a nova igreja na localidade de Chás, há Freguesia de Regueira de Pontes, por imposição dos anteriores executivos, eles é que quiseram manter a capela onde ela está. Essa capela, mais uma vez volto a frisar, não passa, e estiveram lá vários técnicos credenciados para o efeito, de um edifício



que não tem valor arquitectónico. Estive lá com o senhor Presidente da Câmara e com uma pessoa que realmente é credenciada para o efeito e mais uma vez foi-nos dito que é limpeza total, no máximo deixar ali no chão onde esteve implantada a capela, um desenho, que nem vale a pena manter rigorosamente nada. E quero com isto dizer também, que foram vários e variadíssimos os técnicos que estiveram lá a avaliar a situação, foi analisada a possibilidade de alargamento da própria capela, mas também não é exequível, a capela está em cima da estrada.

Portanto, há vários factores que condicionam essa decisão e essa decisão não foi tomada de ânimo leve. Portanto é preciso ter atenção a este tipo de situações.

Mais uma vez volto a lembrar que o antigo executivo é que pôs a condição de manter o imóvel, por sua vez o antigo executivo teve oportunidade de fazer e não fez, tiveram dois mandatos para o fazer e não fizeram, não têm moral para estar agora a criticar a situação. E neste momento, já não existe uma afectividade entre a população e a capela, não existe, neste momento é um mono, um estorvo que ali está, portanto, essa é que é a realidade do local, vamos ter essa sensibilidade de uma vez por todas.

Aconselho caro amigo, já que falei em monos, porque não pensar nos monos das Freguesias, temos um problema grave. Os meus caros colegas, os que têm os monos sabem do que é que eu estou a falar, é um tema interessante para debater, porque não o PDM para debater, porque não as rotundas na estrada nacional 109 que precisamos, temos um problema de tráfego neste momento na zona da Ponte da Pedra, são temas interessantes para debater, debata-se sobre isto, o outro é um tema que está morto.

E digo mais, neste momento, porque houve dois ou três arquitectos mais teimosos que levaram este assunto ao IGESPAR, a capela já está a ser avaliada pelo IGESPAR. Isto só para o tranquilizar, mas deixe que lhe diga mais uma coisa. Além disso, este processo, e quem esteve atento nos últimos tempos à comunicação social, sabe também que o IGESPAR tem que dar resposta até ao final do ano, caso contrário, é muito património que vai sair fora da alçada do IGESPAR, e há muito património que o IGESPAR não vai pegar porque não tem dinheiro para o manter, e não se vão preocupar com a capela das Chãs, isso posso-lhe garantir. Há muito património e muito mais valioso inequivocamente, simbolicamente mais valioso do que a Capela das Chãs, e não queira comparar a Capela das Chãs com a Torre de Belém ou com



outros monumentos emblemáticos porque não tem comparação possível, estamos a comparar um Mercedes com um carro de tracção animal, não tem nada a ver.

Era só isto, obrigado a todos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Manuel Silva. Quer que eu leia a proposta antes? Muito bem! A Mesa recebeu uma proposta que no fundo, permito-me chamar a atenção para isto às senhoras deputadas e senhores deputados, suspenderá se for aprovada e tenho que a considerar assim, salvo melhor opinião, a decisão que resultaria desta proposta. Eu vou lê-la:

PROPOSTA

“Considerando que a localização da nova Igreja das Chãs tinha em conta a demolição da Capela de Nossa Senhora das Necessidades, a localização da actual igreja é da responsabilidade dos anteriores executivos da Câmara Municipal de Leiria de maioria PSD/CDS. A actual igreja e capela conflituam no espaço exíguo, pois o planeamento pressupunha a demolição da antiga capela, o Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes e a população entendem que se deve demolir a capela, um conjunto de cidadãos ligados a entidades como a Ordem dos Arquitectos de Leiria, a ADLEI ou o CEPAE solicitaram a classificação da capela de Nossa Senhora das Necessidades, o requerimento já foi objecto de abertura de procedimento de classificação e encontra-se para decisão do Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico, por já ter sido aberto procedimento de classificação. A deliberação do executivo da Câmara Municipal de Leiria da demolição da capela é ineficaz, por força da legislação em vigor;

Face ao exposto, o Grupo Municipal do partido Socialista propõe que se aguarde a decisão do Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico.”

A aprovação desta proposta levará à suspensão de qualquer outra votação, não há anulação mas há suspensão, se esta proposta for aprovada o ponto manter-se-á até que o IGESPAR se pronuncie.

Portanto peço que me auxiliem, se eventualmente estou errado, mas é uma proposta de suspensão da votação.

Faça favor senhor deputado José Manuel Silva.



DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Bom, eu se não fosse devoto da Nossa Senhora das Necessidades já me tinha tornado, porque eu acho que isto para aqueles incrédulos que não acreditam em milagres mostra que eles existem. Trata-se aqui de um verdadeiro milagre, porque a Bidoeira tinha uma capela que foi deitada abaixo, a da Carreira foi deitada a baixo, a do Vale da Pedra foi deitada também, a casa paroquial seiscentista do Souto da Carpalhosa foi deitada abaixo, o Colipo desapareceu, o convento dos Capuchos está em ruínas o património do Centro Histórico em ruínas está e só a capela das Chãs é que merece este, desculpem-me a expressão, interesse todo.

Isto não desmerece naturalmente do debate que eu acho que deve ser feito, com serenidade, sobre a preservação do património. Mas, o que aqui se tem passado a nosso ver, em relação a este processo, é uma questão essencialmente política que tendo uma raiz ligada ao património é um aproveitamento político para criar dificuldades à Câmara. Assim não seria, se houvesse um interesse generalizado sobre a preservação de todo o património do concelho o que manifestamente não acontece. A única coisa que se discute aqui na Assembleia Municipal, como se isto fosse um problema como aliás disse o deputado Amílcar, ilustre Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, a Torre de Belém ou emblemático monumento nacional.

Sobre a preservação do património seria até interessante fazer-se aqui uma sessão, já que se fazem sessões sobre imensas coisas na assembleia, também valia a pena fazer uma sessão dedicada à problemática do património e como é que se defende o património.

Eu aliás devo dizer que nesta matéria estou muito à vontade porque até sou sócio-fundador de uma associação cujo objectivo é a defesa e valorização do património natural e cultural. Relativamente a esta matéria, penso que estamos perante um caso, que não quero qualificar negativamente, mas de puro interesse político e não passa disso, e vejamos:

A população interessada nos serviços religiosos prestados até ao período em que isso foi possível, da capela, organizaram-se para fazer um novo templo, coisa que aliás é vulgaríssima. Como aqui disse o senhor Presidente da Junta e não é por ele ser



Presidente da Junta, porque se eu não estivesse convicto do que estou a dizer diria aquilo que entendesse porque até sou desta área e portanto estou à vontade para falar sobre esta matéria, aquilo que aqui foi dito corresponde ao que tem sido escrito por alguns especialistas desta matéria, como havendo dois ou três elementos que realmente vale a pena preservar como memória da capela e não o edifício em si. E portanto, parece lógico, que tendo-se a população organizado para construir um novo templo, este não fica lá a fazer nada. Aliás, parece que é óbvio que se a população estava a criar um novo templo ao lado deste não era para manter este. E também parece óbvio que a câmara anterior, provavelmente com alguma razoabilidade, não investiu na preservação da capela porque esta questão também é uma questão que não pode passar em claro, a câmara anterior não interveio no sentido de preservar o templo porque certamente terão considerado que não valia a pena fazê-lo uma vez que estava em construção uma nova igreja. E portanto, tudo aconselharia, tudo se apontaria para que construída a nova igreja, como aliás tem acontecido em todos os lados, pelo menos que se conheça (eu próprio moro nos Marinheiros e também aconteceu o mesmo à capela dos Marinheiros), não se investisse na manutenção da capela. Eis senão, quando muda a Câmara e se levanta um clamor sem fim, como diz o nosso hino nacional, acerca da preservação do templo. Eu já escrevi uma vez um apontamento sobre isso, aliás o deputado Carlos Guerra até me citou, eu agradeço-lhe por isso, e eu, fundamentalmente, acho que isto tem que ser resolvido da forma que eu dizia, terminando esse escrito, é cumprase a lei. O que é que diz a lei? A lei diz que se o imóvel não estiver classificado não há nada que impeça a sua demolição, e de facto não está. Por isso, eu até acho que a Câmara nesta matéria, tem sido bastante temerosa, porque já devia ter deitado a capela abaixo ou permitido que ela tivesse ido abaixo. Não deixou, como não deixou e agora naturalmente que os custos políticos de deitar a capela abaixo são mais graves do que eram há seis ou sete meses ou há um ano atrás, julgo que a solução que o Partido Socialista propõe é a solução equilibrada que é, uma vez que está em curso um processo de apreciação do valor arquitectónico da capela, também não se perceberia muito bem, com toda a franqueza, que neste momento se fosse a correr deitar a capela abaixo, até porque, a Nossa Senhora das Necessidades transitará calma e serenamente da actual capela para o novo templo.

E portanto deixemos a senhora descansar em paz e sossego, e nós remetemo-nos à espera, que também não deve ser muito prolongada, de que o IGESPAR decida se a



capela tem ou não valor arquitectónico. Sendo assim, vamos ao encontro das expectativas do nosso ilustre colega, deputado Carlos Guerra, e, também procuramos satisfazer aquilo que são as pretensões da população de que a capela possa ter uma função a seu contento.

Aqui trata-se de uma decisão um bocado salomónica. Se o IGESPAR mandar preservar a capela ela terá ser preservada, se o IGESPAR decidir que a capela não vai ser classificada ela será naturalmente tratada da forma mais conveniente. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Vítor Lourenço.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

É apenas uma nota sobre este assunto.

Parece-me que a deliberação que a Assembleia tomou, julgo que na sessão que se realizou na Maceira, na penúltima, foi dado o aval quase unânime desta Assembleia, à proposta da Junta de Freguesia, da população das Chãs e tinha o apoio da Câmara Municipal.

Eu nunca percebi até hoje, porque é que ainda não foi resolvido, com certeza que os senhores arquitectos que fizeram a proposta, não serão, julgo eu, militantes do PSD, que por serem oposição utilizaram aqui um truque político para tratar este assunto.

Portanto, eu não percebi qual foi a demora, concordo com a proposta naturalmente, depois do processo de classificação estar em curso não temos nada a fazer, qualquer proposta de classificação entrada, faz parar todo o processo que estivesse em decisão. Portanto, da data dessa assembleia até hoje não percebi, não entendo, porque é que isso não aconteceu, foi maioritária a larga maioria, dois ou três votos contra, na assembleia, e portanto estava o assunto resolvido da parte da Assembleia Municipal, na altura tomou-se a decisão que se achou mais conveniente e ajustada à situação.

Em relação à espera do IGESPAR, vamos esperar, sentados, se não fizer nada na capela se calhar ela até começa a cair antes de o IGESPAR tomar a decisão, porque o Lapedo foi há sete anos classificado pelo Conselho Directivo do IGESPAR como monumento nacional e o Conselho Consultivo do IGESPAR que dá o parecer final,

10-09-24 AM



nunca reuniu. E estão lá dezenas de exemplos desta natureza, em lista de espera, há anos, para que o IGESPAR decida o que fazer. Não me admira quando o senhor Presidente do IGESPAR terá dito ao senhor Presidente da Câmara “que em Leiria não havia valor arqueológico que merecesse um museu” nada me espanta já.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Quando esta questão foi trazida à Assembleia Municipal eu já na altura me abstive na votação porque, confesso que não estou devidamente esclarecido. Tenho largas dúvidas quer de uma posição quer de outra.

Parece-me que por via disso, dou o benefício da dúvida à proposta que o Partido Socialista aqui apresenta, mas sou solidário com o deputado José Manuel Silva no sentido de que este assunto não deve ser politizado, pelo que, apelo ao Partido Socialista que retire os considerandos da proposta, nomeadamente os considerandos políticos que introduziu no preâmbulo da proposta, e que a proposta então seja presente sem esses mesmos considerandos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não há mais inscrições, dou a palavra ao senhor deputado Carlos Guerra para encerrar a discussão. Não quer? Eu pergunto-lhe directamente porque isso resolviamos o problema sem ter que passar à votação. Então vou fazer de outra forma. Vou perguntar primeiro ao Partido Socialista, senhora deputada Odete João, se aceita a sugestão que é feita de retirar o segundo parágrafo *“a localização da actual igreja é da responsabilidade dos anteriores executivos da Câmara Municipal de Leiria de maioria PSD/CDS”*. É a sugestão que é feita, retirar este parágrafo.

Pergunto ao senhor deputado Carlos Guerra se, perante esta proposta que aqui está, que é suspender tudo isto até que o IGESPAR se pronuncie, se o senhor mantém a sua proposta ou se quer pô-la à votação. Não quer colocar a proposta votação.

Portanto sendo retirada a proposta que foi apresentada pelo deputado Carlos Guerra, só está à votação a proposta que o Partido Socialista apresentou, sem aquele parágrafo, e é essa que vamos votar.



Vamos então pôr à votação esta proposta que diz, em suma, tirando aquele parágrafo que tem uma referência partidária:

"Face ao exposto, o Grupo Municipal do partido Socialista propõe que se aguarde a decisão do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico."

Quem vota contra esta proposta?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade a provar a presente proposta.

**11. PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO P.R.E.C.H – PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA –
Apreciação, discussão e votação;**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara pretende apresentar o ponto? Fará o favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Duas razões que podem resumir a tomada de posição, votada e aprovada por maioria. Por um lado este programa que poderia eventualmente ter um sentido de incentivos para a reabilitação acabou praticamente por não ter e tem duas razões a nosso ver, é um programa de acesso complicado, é um programa que não prevê ou limita os apoios a quem realmente precisa deles, e é um programa aberto a pessoas que podiam muito bem suportar por si mas têm acesso também a este programa. E portanto, atendendo também, por outro lado às razões que criam esta injustiça, entendemos suspender, não anular.

Mas queríamos aproveitar também para dizer, que a pretexto daquilo que muito se falou do Centro Histórico e reabilitação, que se houver dinheiro é fácil entrar num processo de parceria e tentar expropriar e ter dinheiro para isso e para reconstruir, não é o caso, e neste momento está para ser proposto na próxima reunião de Câmara, um protocolo feito entre a Câmara Municipal e a Caixa de Crédito Agrícola de Leiria, em que a Câmara por um lado se compromete a agilizar o procedimento de aprovação dos projectos de reabilitação dentro do Centro Histórico, e em função disso, a Caixa de Crédito Agrícola cria um fundo de dez milhões de euros, com uma taxa bonificada que vai permitir aos proprietários que possam, fazer reabilitação. Esse protocolo tem algumas regras, limitando também valores, presumo ter ficado

10-09-24 AM



consignado que por cada proprietário pode ir até ao valor de duzentos mil euros bonificado, e portanto esta é a forma que entendemos de tentar ver se é possível ou não a reabilitação do Centro Histórico por parte dos proprietários.

Vamos ver como é que o programa vai ser feito. Não é ao nível deste programa, este programa o que tem feito é ser a Câmara a subsidiar carenciados, não carenciados, é um programa aberto, mas não é isso que nós queremos. Em paralelo entre as tantas ideias que apareceram tivemos a possibilidade de ter uma instituição de referência deste concelho, desta região, que vai disponibilizar um fundo de dez milhões de euros para permitir intervenções no Centro Histórico.

Penso que é a solução mais realista face à situação em que nós todos estamos, sem prejuízo de ouvirmos daqui a uns dias a Parque Expo que manifestou interesse em conversar com a autarquia, e vamos ouvir para tentar saber se têm capacidade de intervenção no Centro Histórico.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente

Quem pretende usar da palavra a este respeito?

Senhor deputado Pedro Faria.

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Pedro Faria, PSD.

Há pelo menos treze anos que o Partido Socialista enche a boca, e enche-nos os ouvidos, com o Centro Histórico.

Muito já se fez, e muito há ainda por fazer, para revitalizar este nosso Centro Histórico.

Apesar de muito já se ter feito, e estou-me a lembrar por exemplo da execução e renovação de todas as Infra-estruturas, que ficaram no subsolo, obra complicada, incomodativa, cara, e que depois não se vendo, as pessoas têm tendência a esquecer, e que mesmo assim o anterior Executivo não hesitou em concretizar. Pois sempre o PS achou que era pouco, não se coibindo de reclamar que nada então se fazia.

Hoje o Partido Socialista é Poder Autárquico em Leiria, e o que faz de positivo e concreto?



Acaba com o PRECH – programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico de Leiria, em boa hora aprovado em 2006, como forma de dinamização e incentivo local à realização de obras de reabilitação.

E quais são as razões apontadas para esta insólita medida?

Afirma-se que “o programa PRECH revelou-se desajustado, demasiado complexo tornando o procedimento excessivamente burocrático”.

Bom! Não há dúvida de que maior simplicidade do que acabar com o Programa não deve haver.

Parece-nos porém que seria muito mais eficaz alterar e simplificar o seu Regulamento, se assim o entendessem.

Afirma-se por outro lado que tem relativamente pouca adesão dos interessados, mas queixam-se ao mesmo tempo que “a aplicação do Regulamento exige, por parte da Autarquia, o cumprimento de obrigações desproporcionais aos seus recursos”.

É tão absurdo que até parece gralha!..

O nosso Centro Histórico necessita do contributo de todos nós, dos Comerciantes e dos cidadãos em geral, para lhe dar vida.

A Câmara Municipal tem aqui um papel fundamental, e não é certamente a suspender programas deste tipo que se dá passos nessa direcção.

Por isso o PSD votará contra esta medida negativa.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Laura Esperança.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Foi com estranheza e muita apreensão que tomei conhecimento deste ponto na ordem de trabalhos. Ninguém falou comigo, nem me foi pedida qualquer opinião, nem formal nem informalmente.

Soube, pela comunicação social, que houve uma “visita” do Presidente Raul Castro ao Centro Histórico, com uma comitiva que incluiu jornalistas. A comitiva Camarária foi de facto 'reconhecer' a realidade ou fazer uma operação simplesmente mediática?

É que, pensava eu, que todos sabemos bem o que se lá passa e os problemas dos que lá moram, os que por lá passam, os que fazem nele a sua vida. Todos sabemos.



Sabemos que não houve uma corrida desenfreada ao PRECH – Programa de Reabilitação de Edifícios do Centro Histórico de Leiria (nas 3 edições – 2007, 2008, 2009, 12 candidaturas, 9 financiadas no montante de 141.926,23 Euros), e que este não resolve os problemas mais graves, mas vem contribuindo para eliminar muitos outros. Sabemos o este Programa resolve, e o que resolve, fica resolvido. Suspende-lo um ano depois da tomada de posse justifica que se pergunte o que se andou a fazer durante 11 meses. É minha convicção que este tempo foi mais que suficiente para estudar melhorias e, neste momento, a Assembleia Municipal devia ser chamada a aprovar a nova versão, ou outro em substituição, e não a subscrever um acto que vai ao arrepio da intenção manifestada de acelerar a recuperação do Centro Histórico. Hoje falou algo que também ainda não se sabe bem o que é, nem está ainda nada concretizado...vamos esperar para ver.

Só se ouve falar em cortes: nos apoios às Juntas de Freguesia, aos clubes, às associações de todos os tipos, agora também às obras particulares no Centro Histórico...

Infelizmente também não se vão aproveitar os 80% de financiamento do QREN para fazer o “Centro Cívico/Praça Eça de Queirós” no sítio do “Buraco”, que seria a tal âncora que todos esperamos que se faça, e que estava prevista fazer. Enfim, vamos ter de nos contentar com uma redução de custos na obra, e só se faz metade do previsto!

Ficamos também todos com a ideia de que a Loja do Cidadão vinha para Leiria, de imediato, e para o Centro Histórico, eu pelo menos fiquei com essa ideia, mas agora já não sei. Nunca mais se ouviu falar disso.

Afinal para onde está a ser canalizado o dinheiro? São iniciativas como o ‘mundialódromo’, que me inibo de classificar, que visam recuperar e reabilitar o Centro Histórico?

A sua prioridade para melhorar o Centro Histórico, a sua contribuição para o tornar cada vez mais vivo e atractivo para os investimentos necessários, é esta, suspender um programa que teve candidaturas, não sabendo se haveria outras pessoas ou entidades interessadas nele, e não apresentando nem as razões que o justifiquem, nem sequer uma alternativa, ou mais alternativas?

A Zona Histórica/Centro Histórico deveria ser uma prioridade para todos nós, porque não pode esperar! Disse.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Julgo que muitos aqui nesta sala far-me-ão justiça pessoal, de reconhecer, que ao longo dos anos a minha acção cívica, tal como outras pessoas aqui presentes e até de outras bancadas, diga-se, em favor do Centro Histórico é inquestionável. E portanto, far-me-ão também esse reconhecimento, de que eu nunca patrocinaría, votaria, apoiaria uma solução que inviabilizasse ou diminuísse essa mesma revivificação e reabilitação do Centro Histórico, aquilo que hoje debatemos são questões, a ver por esta grelha que nos foi distribuída, claramente objectivas.

Nos últimos três anos, este programa tem um balanço que não foi positivo, número reduzido de intervenções (doze em três anos), investimento elevado (cento e quarenta e um mil novecentos e vinte e seis euros e vinte e três cêntimos), e se formos ver por exemplo, sem citar nomes que aqui estão, logo em 2007, um orçamento de vinte um mil novecentos e vinte e oito euros, teve uma comparticipação autárquica de dezassete mil quinhentos e quarenta e três euros, ou o seguinte, de vinte e sete mil duzentos e trinta e um euros que teve vinte e um mil setecentos e oitenta e cinco euros de comparticipação., escuso-me de ler o resto porque todos sabemos ler.

Portanto, aquilo que importa dizer é que este programa não teve um balanço positivo embora eu creia que, quando foi implementado digamos, foi de boa mente, foi com uma boa intenção. Outros programas como o RECRIA e o PROHABITA por exemplo, também não conseguiram trazer efeitos favoráveis e impulsos favoráveis à reabilitação do Centro Histórico. E a situação do Centro Histórico, ou se quisermos da zona antiga, sendo grave, deve procurar outras formas de financiamento, nas actuais circunstâncias da autarquia, e é isso que acho que nós, Assembleia Municipal, devemos exigir da autarquia, é a agilização nos processos de reabilitação por exemplo, é a requalificação do espaço público permanentemente, é a questão da iluminação pública, é a questão do licenciamento comercial rigoroso juntamente com as forças policiais em relação a algumas actividades comerciais que se desenvolvem



no Centro Histórico. E também, como aqui já foi dito, noutra ponto, uma regulação fiscal municipal selectiva, é essencial.

E agora deixem-me só, para terminar, dizer que vou votar favoravelmente esta proposta de uma forma descansada, tranquila, convicta, palavra de honra, e mais do que isso: quando vejo o anúncio feito pelo senhor Presidente da Câmara de mais uma acção meritória da Caixa Agrícola, não estou aqui obviamente, como compreendem, a publicitar seja o que for, mas desta instituição a que Leiria muito deve, veja-se por exemplo a intervenção cirúrgica no Terreiro, que resolveu o problema do Terreiro e fez reviver por exemplo a Praça Rodrigues Lobo, parece-me que é uma garantia de rigor financeiro, de transparência e de profissionalismo que esta linha de crédito, agora anunciada, nos pode trazer, faz-nos estar mais tranquilos e, ao mesmo tempo, atentos e exigentes, em relação à ambicionada recuperação do Centro Histórico de Leiria. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Muito rapidamente só para dar nota do seguinte:

Eu penso que desta discussão que está a ser interessante, pese embora a hora já adiantada, acerca do Centro Histórico, fica naturalmente uma nota positiva de que, o senhor Presidente da Câmara trouxe aqui uma outra via para que o Centro Histórico possa ser revitalizado. Isso, naturalmente, não deixamos de reter.

Agora, nada impede que o programa que estamos aqui a considerar, possa ser ele próprio reformulado, relançado e, em paralelo com outras iniciativas como o caso desta que aqui trouxe. Penso que não é incompatível, penso que elas são complementares, e tudo o que pudermos fazer para que o Centro Histórico ande para a frente, tudo bem.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes!



DEPUTADO AMÍLCAR GASPAR (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Amílcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Relativamente a este ponto, penso que todos nós, principalmente os Presidentes das Juntas de Freguesia, temos a nossa posição, posição de defender os interesses da nossa freguesia, e neste caso, tudo o que tenha a ver com contenção de despesas, tudo o que tenha a ver com formas de avançar com projectos e desde que não acarrete mais encargos para a autarquia, eu não posso deixar de estar de acordo. Estive a analisar esta proposta e não posso deixar de estar de acordo, e mais uma vez alerto o senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de, de uma vez por todas arranjar soluções para as Freguesias. Se nós estamos a poupar aqui ou acolá, pensem numa coisa, se analisarem estes últimos anos, os milhões que foram gastos no Centro Histórico de Leiria, eu também quero um Centro Histórico, nem que seja pequenino, para a minha freguesia, porque vou buscar uma fatiazinha, mas faço muita obra com esse pequenino centro histórico, garantidamente, e para isso a Ortigosa, a Boa Vista, etc., etc., todas essas pequenas Freguesias também querem com certeza um pequeno centro histórico.

Tem que haver alguma coerência, tem que haver alguma “dinâmica” no sentido de dinamizar as coisas mas com alguma calma e não vamos ver as coisas só no sentido político, vamos ver as coisas também no sentido prático, e vamos de uma vez por todas pensar nas Freguesias.

Portanto, eu queria deixar aqui este alerta para a Câmara Municipal, como disse, mais uma vez, não posso deixar de estar de acordo com esta proposta mas a pensar nas Freguesias, é nesse sentido. Aliás, se vocês se deram ao trabalho de ler um pouco a documentação que nos é disponibilizada, aquilo é uma resma de papéis, onde estão as despesas e vemos como as coisas estão. Começamos a ver a localização das despesas, onde é que o dinheiro foi gasto, Leiria, Leiria, Leiria, e por aí fora. Estamos a falar se calhar de mais de 90% das despesas ou à volta disso, concentradas num determinado local. Não quero que a minha colega fique mal impressionada com isto que estou a dizer, não é isso, mas quero deixar este alerta, não vejo lá a Freguesia de Regueira de Pontes, não vejo lá Boa Vista, não vejo lá Ortigosa, não vejo lá outras freguesias.



Vamos ter, de uma vez por todas, o bom senso e começar a canalizar, a diversificar estas situações para outras freguesias. Eu acho que estou a falar por mim, e corrijam-me se estiver enganado, pelos meus colegas, todos eles.

Portanto, nós estamos ansiosos que essa ajuda comece de uma vez por todas a chegar às Freguesias, e por isso não posso deixar de estar de acordo com isto. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição, vou dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para encerrar este debate.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

É muito rápido.

Já agora, senhor deputado Pedro Faria, não tenha problemas que vai ter que assistir à obra feita, nomeadamente também as infra-estruturas, as tais que ninguém quer fazer porque não se vêem. Está adjudicado, o projecto de intervenção para infra-estruturas da chamada zona alta do Centro Histórico.

Senhora deputada Laura Esperança, queria-lhe dizer que aquilo que andámos a fazer no Centro Histórico, eu sei que a senhora fica incomodada porque nós vamos ao local, vamos ver, eu sei disso, mas tem que estar com outra visão e não ser tão ciosa do seu espaço. E queria-lhe dizer o seguinte:

Aquilo que andámos a fazer na noite de Leiria foi conhecer esta noite de Leiria. A noite de Leiria, do Centro Histórico, onde os carros estão mal estacionados e onde, quando há um fogo, há complicações para os bombeiros como já aconteceu, onde se passam situações de tráfico e é preciso que haja intervenção. Onde se passam situações de outro teor e é preciso qualificar isso, e queria-lhe dizer também que aquilo que fomos fazer e que está em curso, e era para nós muito fácil actuar de imediato, mas queremos dar oportunidade a todos, foi inventariar todos os espaços de restauração, dos bares do Centro Histórico, e tirámos conclusões inadmissíveis. Há bares que estão abertos há anos que nem sequer têm licença da autarquia, há bares que estão ilegais mas licenciaram esplanadas, há quem tenha esplanadas das quais não pagam as respectivas licenças há sete anos, e portanto aquilo que nós estamos a fazer é um levantamento desta situação, não é carregar no botão, porque



se não se calhar já tinha sido feito há muito tempo e a forma de actuação é simples isto:

Quais são os espaços que estão legais, confirmamos, quais são os espaços que não estão legais e aí pode acontecer duas coisas, mediante determinado tipo de obras podem vir a ser legalizados, nomeadamente por meios de insonorização, os outros têm que ser encerrados de imediato. E vamos depois partir para outro sistema, tem que haver respeito dentro do Centro Histórico, e não podemos ter bares a funcionar até às três, quatro, cinco da manhã. Tem que haver uma hora igual para todos.

Portanto, vamos dar oportunidade a partir deste levantamento, de dizermos aos empresários que tipo de obras nos podem ajudar a legalizar aquele espaço, porque aquilo que encontrámos, e que há pouco referi, esplanadas que não pagam há sete anos. Não exijam, vão ter que verificar, se não houver mais acidentes de percurso como já houve, as obras que estão inseridas no PALOR. Era isto que eu queria dizer.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vamos passar à votação deste ponto.

Quem vota contra a proposta da Câmara Municipal?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria, com vinte e seis votos a favor, doze votos contra e sete abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal e suspender pelo prazo de um ano o Programa de Reabilitação dos Edifícios do Centro Histórico de Leiria – PRECH.

O senhor deputado Vítor Lourenço vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Eu peço imensa desculpa de estar de frente para vós tantas vezes, mas eu tenho feito isto pelo mínimo do tempo, e vou fazer isto novamente nesta intervenção.

Na verdade senhor Presidente da Câmara, nós saudaremos todas as medidas que aqui pré anunciou como medidas de revitalização do Centro Histórico, quando elas



aqui apareceram para as votarmos com certeza que essas que aqui pré anunciou as saudaremos e as votaremos a favor, não tenha dúvidas nenhuma disso.

Mas também não tenho dúvidas de que, e aqui o que estava em causa era a votação da suspensão do PRECH, que era uma medida com os resultados que teve, já sabemos que não foram resultados brilhantes, tantos quantos eram esperados quando o programa se lançou, é desta conjugação do somatório dos programas, das coisas pequenas que se vão fazendo, que se constrói uma cidade, se reconstrói um espaço, que se dá vida aos espaços. Ninguém ficará com certeza ciente de que, através do protocolo com o beneplácito de uma entidade bancária, ao fim de um ano ou dois tem o Centro Histórico resolvido. Não vai acontecer, demorará muitos anos, com a certeza absoluta que isso acontecerá dessa forma, agora suspender medidas que não têm o impacto desmesurado, o impacto enorme que todos desejávamos mas tem algum impacto, não nos parece a melhor forma, porque aqui se trata mais uma vez de uma medida a somar a outras que são medidas de redução de factores da actividade do Centro Histórico e que esta Câmara já tomou. É preciso enunciá-las e lembrar que quando se abandonou o projecto da ponte em Y, um projecto concebido...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado recorde-lhe que está a fazer uma declaração de voto...

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Exactamente por isso senhor Presidente, quando se abandona, dentro desta questão da suspensão, da valorização do centro Histórico, um projecto concebido e pormenorizado por um dos mais importantes gabinetes de arquitectura da Europa, e que daria com certeza um impacto positivo enorme de atractividade ao Centro Histórico, a ponte em Y era a ponte que ia ser feita em frente à fonte grande. Quando se altera o projecto do Centro Cívico e sei que por razões de vária natureza mas podia-se ter feito um esforço para manter aquele projecto, cujo programa estava destinado a valorizar e a revitalizar o Centro Histórico, tirando-lhe uma valência importante como sabem, não estou a falar das questões técnicas, a verdade é que suspenderam e alteraram aquele programa, o programa estava feito para um Centro Cívico, com uma valência de terceira idade, uma valência de juventude e com uma valência de sala polivalente de utilização permanente. E portanto são projectos de abandono de medidas que podem contribuir para a melhoria do Centro Histórico.

10-09-24 AM



Eu não digo que as medidas que pré anunciou não sejam óptimas e que as saudaremos, agora foram-se abandonando algumas das medidas que representavam atractividade para o Centro Histórico.

Portanto senhor Presidente, essa visão estratégica e essa continuação do PALOR que foi um projecto estratégico que a Câmara anterior e os executivos anteriores lançaram saúdo, saudaremos essas medidas, agora é urgente que essa liderança municipal, no projecto e nessa visão estratégica para o Centro Histórico, venha à luz do dia, ela que apareça rapidamente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputadas e senhores deputados vamos passar ao ponto n.º 12 da ordem de trabalhos, permitam-me que diga uma coisa:

Dou todo o tempo porque o Regimento não tem o anexo, quem fez o Regimento não fez o anexo, para as intervenções durante o debate antes das votações. Confesso, deve ser incapacidade minha, deve ser limitação minha, e quero que isto fique aqui registado, que não consigo entender porque é que dando eu todo o tempo no debate dos pontos, não fazem as intervenções no debate dos pontos e reservam as intervenções para as declarações de voto. Que fique escrito em acta porque o Presidente da Assembleia Municipal também tem que dar conta dos seus desabafos de alma.

12. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE UM ELEVADOR – CENTRO COMERCIAL MARINGÁ - Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara quer apresentar o ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Penso que está explícito o que se pretende, o que está aqui em causa é desafectar domínio público para o domínio privado da autarquia para constituir direito de superfície, para que seja possível instalar um elevador pelo condomínio do Centro Comercial Maringá, de acesso à zona comercial, portanto para eliminar barreira



arquitectónica. Trata-se de seis metros quadrados, constituição depois de direito de superfície.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Quem pretende usar da palavra?

Não vejo nenhuma inscrição, vou pôr à votação a proposta da Câmara Municipal.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por unanimidade, aprovar a desafectação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno destinada à implantação de um elevador de acesso ao Centro Comercial Maringá

13 PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente pretende apresentar o ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Peço autorização para ser o senhor vereador da Educação a abordar esse assunto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Se faz favor senhor vereador.

GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO)

Gonçalo Lopes.

O protocolo que está a ser presente hoje à Assembleia é referente aos meses de Novembro e Dezembro, foi aprovado o ano passado, era de 1 de Novembro a 30 de Outubro, portanto para completar o resto do ano este protocolo refere-se ao mês de Novembro e Dezembro, corresponde a 1/6 daquilo que foi aprovado para o ano inteiro e aquilo que recomendava, caso seja aprovado em Assembleia Municipal, que os Presidentes de Junta depois aprovem em Assembleia de Freguesia o respectivo protocolo e que o submetam à Câmara Municipal de modo a ficar o processo devidamente instruído.

10-09-24 AM



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra?

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Já no anterior protocolo eu votei contra por causa do artigo 4º, n.º 2. Eu entendo que a Câmara Municipal, através do armazém, não pode vender material à Junta de Freguesia e sendo uma delegação de competências ou lhe dá o dinheiro para ir comprar no mercado ou então fornece-lhe o material que tem em armazém. Era só.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente da Câmara não quer usar da palavra.

Não há mais nenhuma inscrição, vou colocar à votação a proposta.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é conferida pela alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria, com um voto contra, aprovar os protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia do concelho de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras deputadas e senhores deputados, muito obrigado pela vossa colaboração, pela vossa disponibilidade, encontrar-nos-emos em Dezembro.

Permitam-me que diga que tentarei que a Assembleia não ocorra na última sexta-feira de Dezembro, tradicionalmente revela-se uma má data. Portanto pedirei à Câmara Municipal que tenha o orçamento pronto para poder ser apreciado, discutido e votado antes do Natal.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 02.40 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo. -----



APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão ordinária de 10 de Dezembro 2010, deliberou por maioria, cinco abstenções, aprovar a acta. -----

O Presidente da Assembleia

Carlos Manuel B. Ascenso André

A Assistente Técnica

Teresa Paula Pinto